



ACADEMIA MILITAR

POLÍCIA MILITAR DE CABO VERDE: INCREMENTO DE CAPACIDADE

Autor: Aspirante Aluno de Cavalaria Claudino de Jesus Semedo Tavares

Orientador: Tenente-Coronel de Cavalaria José Pedro Mataloto

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Cavalaria

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2020



ACADEMIA MILITAR

POLÍCIA MILITAR DE CABO VERDE: INCREMENTO DE CAPACIDADE

Autor: Aspirante Aluno de Cavalaria Claudino de Jesus Semedo Tavares

Orientador: Tenente-Coronel de Cavalaria José Pedro Mataloto

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Cavalaria

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2020

EPÍGRAFE

*“O Exército pode passar cem anos sem ser usado, mas não pode passar um minuto
sem estar preparado”*

Rui Barbosa

“(...) o momento essencial da mudança não é a invenção, mas sim a inovação (...)”

António Telo

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Viriato Tavares e Francisca Tavares palavras não
chegam para agradecer tudo o que fizeram e tem feito por mim!

Aos meus irmãos, à minha namorada e à minha filha Cláudia!

Á todos os meus irmãos de arma!

AGRADECIMENTOS

Este trabalho de investigação possui um caráter individual, mas a sua concretização não seria possível sem o contributo de muitos, alguns diretamente e outros indiretamente, prestando apoio incondicional a um jovem oficial de cavalaria a cumprir a sua primeira missão como oficial. De modo a demonstrar a minha profunda gratidão, deixo-lhes aqui, como forma de agradecimento, uma simbólica referência.

Ao meu orientador Tenente-Coronel de Cavalaria José Pedro Mataloto, que mesmo no exercício das suas funções laborais, prestou auxílio na condução deste trabalho de investigação.

Ao Coronel de Cavalaria José Baltazar, pelos ensinamentos e pelo excelente exemplo que é como profissional e como pessoa, prestando auxílio desde a escolha do tema, como no desenrolar da investigação, estando sempre pronto para ajudar, constituindo assim como um elemento fundamental para este trabalho.

Ao Tenente-Coronel Cavalaria Hélio Patrício pela forma profissional como exerceu a sua função de diretor de curso de Cavalaria no quinto ano.

Ao Exmo. Brigadeiro-General Antero Matos, ao Coronel Mário Furtado, ao Coronel António Rocha, ao Tenente-Coronel Amílcar Pires, ao Tenente-Coronel Paulo Lopes, ao Capitão Nilton Barros, ao Capitão Rui Fortes, ao Capitão Manuel Mendes Nunes, ao 1º Tenente Marco Almeida, ao 1º Tenente Odair Cruz, ao 1º Tenente Adilson Fernandes Lopes pela disponibilidade e gentileza que mostraram, desde o contacto inicial, em partilhar os seus conhecimentos e experiência na temática em questão, mostrando se disponível para a entrevista, que foi um contributo essencial para esta investigação.

Ao Coronel de cavalaria José Túlio Marques da Silva pela entrevista concedida e por todo apoio que prestou à Cabo Verde em especial, durante as assessorias, e a este trabalho de investigação.

Ao Capitão Ernando Ribeiro, Capitão Jorge Landim, Capitão Dilva Almeida, 1º Tenente Adilson Lopes, 1ª Tenente Júlio Inocêncio, Tenente Euclides Pina, Subtenente Ivanildo Mendes, subtenente Natalina Varela, e ao aspirante Cavickson Fortes pelo apoio prestado, especialmente na obtenção de informações e documentos relevantes para esta investigação.

A todos os militares Portugueses que diretamente ou indiretamente contribuíram para a minha formação, em especial para o Coronel Brito, Major Cardoso, Capitão GNR Paulino,

Capitão de Infantaria Barbosa, Capitão Infantaria Martins, Capitão Cavalaria Marcos Silva, Tenente Cavalaria Robalinho Lopes, Alferes Cavalaria Davide Silva, estes últimos, pelo apoio prestado na obtenção de documentos relevantes para a investigação. E ao alferes cavalaria André Soutelo pelo suporte prestado durante estes dois últimos anos de formação na Academia Militar.

Aos oficiais da Polícia Militar da Áustria nomeadamente Tenente-Coronel Gerald Kohlweg e ao Major Wolfgang Koller pelo esclarecimento e pela partilha de documentos relevantes sobre a Polícia Militar da Áustria.

Aos oficiais subalternos Angolanos Tenente António e Tenente Fábio pelos documentos fornecidos e pelo esclarecimento sobre a Polícia Militar Angolana.

A todos os docentes da Academia Militar, principalmente ao Coronel Bruno Brito e a professora Isabel Caetano pelo apoio incondicional durante todos esses anos.

A todos os meus professores, desde o ensino básico como as Professoras Zenaida e Sara, como as professoras do ensino secundário como a professora Mónica, Ana, o professor Andrade e a professora Teresa pelos ensinamentos e por fazerem me acreditar no meu potencial.

Aos meus companheiros e camaradas Cabo-Verdianos da AM pelo carinho, alento, companheirismo, amizade e união que cultivamos.

A todos os camaradas oriundos dos PLOP pelo sacrifício que fazemos em prol da formação, especialmente para Oliveira, Lima e Sabonete que mantiveram sempre firmes comigo nesse percurso académico, e por tudo que me ensinaram.

Aos meus camaradas do Curso António Garcia Rosado, especialmente aos de Cavalaria, pelo acolhimento, apoio e pelos grandes momentos vividos.

Aos meus pais, irmãos, à minha namorada e à minha filha Cláudia pelo amor incondicional.

Á Todos vós, o meu sincero OBRIGADO!

RESUMO

Com este trabalho de investigação procura-se analisar a Polícia Militar de Cabo Verde e apresentar linhas de orientações para incrementar as suas capacidades. Sendo assim, este trabalho é composto por uma componente teórica e outra componente respeitante ao trabalho de campo realizado. A componente teórica, apresentada nos três primeiros capítulos, enquadra e sustenta toda a investigação realizada. Deste modo, nessa componente iniciou-se por conceitualizar as várias temáticas abordadas e ao longo desta, foram realizados estudos, á luz dos Vetores de desenvolvimento Doutrina, Organização, Material, Infraestruturas e Interoperabilidade da Polícia Militar de Cabo Verde, Angola, Áustria e da Polícia do Exército Português.

Os capítulos finais retratam a segunda componente do trabalho e expõe a metodologia empregue, a apresentação e análise dos resultados culminando com a respetiva conclusão. Desta forma, é no âmbito desta componente que foram feitas pesquisas e recolha de dados e informações recorrendo ao método qualitativo, isto é, procurou-se obter respostas ao problema em estudo com base nas entrevistas feitas e na análise documental.

Da análise teórica e dos dados obtidos das entrevistas, ressaltou-se a extrema importância da Polícia Militar nas Forças Armadas de Cabo Verde e no país, dado ao alargado espectro de missões que esta especialidade permite cumprir na segurança interna, em reforço ou complemento as Forças e Serviços de Segurança, e na execução do componente Militar da Defesa Nacional. Também se enfatizou a necessidade de reforçar as capacidades do Corpo da Polícia Militar, principalmente nas missões no âmbito da segurança interna em que algumas são de grande exigência e sensibilidade.

Chegou-se a conclusão de que as autoridades competentes devem rever todo o quadro que envolve a atuação da Polícia Militar de forma a adequa-lo aos novos requisitos da sociedade Cabo-verdiana. Cujo a solução pode passar pela criação de um grupo de Polícia Militar na terceira Região Militar e pela profissionalização de parte da Polícia Militar ou em alternativa proceder-se à evolução deste corpo, para uma força do tipo Gendarmaria, mantendo a sua missão original de policiar a força e com a distribuição funcional de tarefas entre a Guarda Nacional e a Polícia Nacional. Obtendo assim a disposição legal para complementar ou substituir a Polícia Nacional em espaços geográficos específicos do país.

Palavras-Chave: Forças Armadas de Cabo Verde; Polícia Militar; Capacidade Militar.

ABSTRACT

This research work seeks to analyse the Cape Verdean Military Police and present guidelines to increase their capabilities. Therefore, this research is composed of a theoretical compound and another component regarding the field work carried out. The theoretical component, presented in the first three chapters, frames and supports all the research carried out. Thus, this component started by conceptualizing the various topics addressed and throughout this, studies were carried out, in the light of the Vectors of development Doctrine, organization, Material, Infrastructure and Interoperability of the Military Police of Cape Verde, Angola, Austria and the Portuguese Army Police.

The final chapters portray the second component of the research and exposes the methodology used, the presentation and analysis of the results culminating in the respective conclusion. Therefore, it is in this component that researches and data and information collection were made using the qualitative method, that is, we sought to obtain answers for the problem under study based on the interviews made and on the documentary analysis.

The theoretical analysis and the data obtained from the interviews highlighted the extreme importance of the Military Police in the heart of the Armed Forces and in the country, given the wide range of missions that this specialty allows to fulfill in internal security, in reinforcement or complement to the Forces and Security Services, and in the execution of the Military component of National Defence. The need to reinforce the capabilities of the Military Police Corps was also emphasized, especially in internal security missions, where some are highly demanding and sensitive.

It was concluded that the competent authorities should review the entire framework that involves the action of the Military Police in order to adjust it to the new requirements of the Cape Verdean society. The solution of which may be the creation of a Military Police group in the third military region and the professionalization of part of the Military Police Or alternatively, proceed with the evolution of this Corps, to a Gendarmerie-type force, maintaining its original mission of policing the force and with the functional distribution of tasks between external security and internal security. Thus, obtaining the legal disposition to complement or replace the National Police in geographic and specific spaces of the country.

Keywords: Cape Verde Armed Forces; Military Police; Military Capacity;
Development.

ÍNDICE GERAL

EPÍGRAFE	ii
DEDICATÓRIA	iii
!Fim imprevisto da fórmula	
RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
ÍNDICE GERAL	viii
ÍNDICE DE FIGURAS	xii
ÍNDICE DE TABELAS	xiii
LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS	xiv
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS	xv
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO	5
1.1.Enquadramento Legislativo	5
1.2.Enquadramento Histórico	6
1.3. Enquadramento Concetual.....	7
1.3.1. Polícia Militar	7
1.3.2. Capacidades	9
CAPÍTULO II – SITUAÇÃO ATUAL DA POLÍCIA MILITAR DE CABO VERDE	11
Nota Introdutória	11
2.1. Doutrina	11
2.1.2. Missão da PM	12
2.1.3. Atribuições da PM	12
2.1.4. Segurança Nacional e o Binómio Segurança Interna / Segurança Externa	13

2.2. Organização	14
2.3. Treino	16
2.4. Material	16
2.5. Infraestruturas	17
2.6. Interoperabilidade	17

CAPÍTULO III – ANÁLISE DE ALGUNS MODELOS DE POLÍCIAS MILITARES ESTRANGEIRAS..... 18

Nota Introdutória	18
3.1. Polícia Militar de Angola	18
3.1.1. Doutrina	18
3.1.1.1. Missão Geral da PM	19
3.1.1.2. Atribuições Gerais da PM	19
3.1.1.3. Atribuições da PM em Tempo de Paz	19
3.1.2. Organização	20
3.1.3. Treino	20
3.1.4. Material.....	20
3.1.5. Interoperabilidade.....	21
3.2. Polícia Militar da Áustria	21
3.2.1. Doutrina	22
3.2.1.1. Missão da MP da Áustria.....	22
3.2.1.2. Comando Estratégico, Operacional e Tático	22
3.2.1.3. As Funções da PM Austríaca	22
3.2.2. Organização	23
3.2.3. Treino	24
3.2.4. Material.....	25
3.2.5. Infraestruturas	25

3.2.6. Interoperabilidade.....	26
3.3. Polícia Militar de Portugal.....	26
3.3.1. Doutrina.....	27
3.3.2. Organização.....	30
3.3.3. Treino.....	30
3.3.4. Material.....	31
3.3.5. Infraestruturas.....	31
3.3.6. Interoperabilidade.....	31
CAPÍTULO IV – METODOLOGIA / MÉTODOS E MATERIAIS.....	32
Nota Introdutória.....	32
4.1. Tipo de Abordagem.....	32
4.2. Modelo de Análise.....	33
4.3. Método Científico.....	34
4.4 Técnicas de Recolha de Dados.....	35
4.5. Amostragem: composição e justificação.....	36
CAPÍTULO V- RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	38
Nota Introdutória.....	38
5.1 Apresentação e análise dos Resultados.....	38
5.1.1 DOCTRINA.....	38
5.1.2 ORGANIZAÇÃO.....	41
5.1.3 TREINO.....	44
5.1.4 MATERIAL.....	46
5.1.5 INFRAESTRUTURAS.....	47
5.1.6 INTEROPERABILIDADE.....	47
5.2 Matriz SWOT: Capacidade da Polícia Militar.....	49

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	50
BIBLIOGRAFIA	58
APÊNDICES	I
APÊNDICE A – MODELO DE ANÁLISE	II
APÊNDICE B – MODELO CONCEPTUAL	III
APÊNDICE C – CARTA DE APRESENTAÇÃO	IV
APÊNDICE D – DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO.....	V
APÊNDICE E – CARATERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS	VI
APÊNDICE F – GUIÃO DE ENTREVISTA	VIII
APÊNDICE G – DISTRIBUIÇÃO DAS QUESTÕES PELOS VETORES DE DESENVOLVIMENTO	XII
APÊNDICE H - ENTREVISTA EXPLORATÓRIA AO CORONEL DE CAVALARIA MARQUES DA SILVA	XIV
ANEXOS	XVI
ANEXO A – SISTEMA DE SEGURANÇA NACIONAL.....	XVII
ANEXO B – ESTRUTURA DO REGIMENTO DE POLÍCIA MILITAR ANGOLANA	XVIII
ANEXO C – PRINCIPAIS MATERIAIS DA POLÍCIA MILITAR AUSTRIACO ...	XIX
ANEXO D – DISTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES OPERACIONAIS DE PM AUSTRIACA NAS REGIÕES FUNCIONAIS	XXI
ANEXO E – ORGANIGRAMA DO GRUPO DA POLÍCIA DO EXÉRCITO.....	XXII
ANEXO F – LISTA DA MATERIAL DO GRUPO DE POLÍCIA DO EXÉRCITO	XXIII
ANEXO – INFRAESTRUTURAS DO GRUPO DE POLÍCIA DO EXÉRCITO ...	XXV

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Arquipélago da RCV e a distribuição territorial das suas FA.....	6
Figura 2: Estrutura da Polícia Militar Austríaco	24
Figura 3: Organigrama de uma Companhia de PM Austríaco	24
Figura 4: Modelo Concetual.....	III
Figura 5: Sistema de Segurança Nacional de Cabo Verde	XVII
Figura 7: Organigrama do RPM da Angola.....	XVIII
Figura 8: Equipamento Principal da PM da Austria.....	XX
Figura 9: Distribuição das Unidades Operacionais de PM Austríaca nas Regiões Funcionais	XXI
Figura 10: Distribuição das Unidades Operacionais de PM Austríaca nas Regiões Funcionais	XXI
Figura 11: Organigrama do GPE	XXII
Figura 12: Lista de Material do Grupo de Polícia Do Exército.....	XXIV
Figura 13: Infraestuturas do GPE	XXV

INDICE DE TABELAS

Tabela 1: Alguns meios das CPM do Corpo da PM.....	16
Tabela 2: Missões e Tarefas da PM Angolana	19
Tabela 3: Lista de alguns materiais existentes nas unidades de PM de Angola.....	21
Tabela 4: Materiais da PM da Áustria	25
Tabela 5: Questões levantadas VS Objetivos determinados	34
Tabela 6: Matriz SWOT Capacidades da PM	49
Tabela 7: Prospeção de um possível modelo.....	53
Tabela 8: Modelo de análise.....	II
Tabela 9: Caracterização dos entrevistados.....	VI
Tabela 10: Distribuição das questões pelos vetores de Desenvolvimento	XII

LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS

APÊNDICES

Apêndice A – Modelo de Análise

Apêndice B – Modelo Conceptual

Apêndice C – Carta de Apresentação

Apêndice D – Declaração de Consentimento

Apêndice E – Caracterização dos Entrevistados

Apêndice F – Guião de Entrevista

Apêndice G – Distribuição das Questões pelos Vetores de Desenvolvimento

Apêndice H - Entrevista Exploratória ao Coronel de Cavalaria Marques da Silva

Apêndice I – Resume das Respostas das Entrevistas

ANEXOS

Anexo A – Sistema de Segurança Nacional

Anexo B – Plano Treino da CPM da 2ªRM

Anexo C – Estrutura do Regimento de Polícia Militar Angolana

Anexo D – Principais Materiais da Polícia Militar Austriaco

Anexo E – Distribuição das Unidades Operacionais de PM Austriaca nas Regiões
Funcionais

Anexo F – Organigrama do Grupo da Polícia do Exército

Anexo G – Lista de Material do Grupo de Polícia do Exército

Anexo H – Infraestruturas do Grupo de Polícia do Exército

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

1ªRM	Primeira Região Militar
2ªRM	Segunda Região Militar
3ªRM	Terceira Região Militar
AJP	<i>Allied Joint Publication</i>
AM	Academia Militar
ATP	Allied Tactical publication
BO	Boletim Oficial
CAC	Companhia de Apoio de Combate
CAS	Companhia de Apoio e Serviços
CEM	Conceito Estratégico Militar
CEME	Chefe de Estado-Maior do Exército
CEMFA	Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas
CEMGFA	Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas
CESDN	Conceito Estratégico Defesa e Segurança Nacional
CFC	Companhia de Fiscalização Costeira
CIM	Centro de Instrução Militar
CIMMB	Centro de Instrução Militar Morro Branco
CNS	Conselheiro Nacional de Segurança
CPM	Companhia de Polícia Militar
CRP	Constituição da República Portuguesa
DDN	Dia de Defesa Nacional
DOTMLPII	Doutrina, Organização, Treino, Material, Liderança, Pessoal, Infraestruturas e Interoperabilidade
EME	Estado-Maior do Exército
EMFA	Estado-Maior das Forças Armadas
EUA	Estados Unidos de América
Ex^a	Excelência
FA	Forças Armadas
FAA	Forças Armadas Angolanas
FACV	Forças Armadas de Cabo Verde
FSS	Forças e Serviços de Segurança

FZ	Fuzileiros Navais
GAM	Ginástica de Aplicação Militar
GCEMFA	Gabinete do Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas
GPE	Grupo de Polícia do Exército
IUM	Instituto Universitário Militar
IVM	Identificação de Viatura Militar
LSI	Lei de Segurança Interna
MDA	Ministério de Defesa da Áustria
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MP	<i>Military Police</i>
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
NEP	Normas de Execução Permanente
OE	Objetivos Específicos
PD	Perguntas Derivadas
PE	Polícia do Exército
PM	Polícia Militar
PN	Polícia Nacional
PP	Pergunta de Partida
QC	Questão Central
QO	Quadro Orgânico
RCV	República de Cabo Verde
RGS	Regulamento Geral de Serviço
RGSFA	Regulamento Geral de Serviço das Forças Armadas
RL2	Regimento Lanceiros N°2
RM	Região Militar
RPM	Regimento de Polícia Militar
SEN	Serviço Efetivo Normal
SI	Segurança Interna
SMO	Serviço Militar Obrigatório
SNPC	Serviço Nacional de Proteção Civil
Sr.	Senhor
SSN	Sistema de Segurança Nacional
SWOT	<i>Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats</i>
TFAM	Treino Físico de Aplicação Militar

TFB	Treino Físico Base
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
TTP	Técnicas, Táticas e Procedimentos
U/E/O	Unidades/Estabelecimentos/Órgãos
UE	União Europeia
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
VD	Vetor de Desenvolvimento

INTRODUÇÃO

No âmbito do tirocínio para oficial integrado no Ciclo de estudos conferente ao grau de Mestre na especialidade de Cavalaria Ministrado na Academia Militar (AM) surge este Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), subordinado ao tema “**Polícia Militar de Cabo verde: Incremento de capacidade**” com a finalidade de estudar essa força e apresentar um modelo de otimização da mesma, tendo em conta os vetores de desenvolvimento Doutrina, Organização, Treino, Material, Infraestruturas e Interoperabilidade.

A Polícia Militar (PM) é uma força que tem como objetivo de “fiscalizar o comportamento dos militares no interior e fora do quartel” (Regulamento da Polícia Militar, 1986, p. 4), exercer na zona sob a jurisdição territorial do comando de que depende, vigilância constante para reprimir a espionagem, a sabotagem e outras atividades subversivas, bem como garantir a ordem pública em colaboração com as Forças e Serviços de Segurança (FSS) (Idem, 1986).

No programa do Governo para a atual legislatura (República de Cabo Verde [RCV], 2016), é acentuada a importância da PM na colaboração com as autoridades policiais e outras componentes na prevenção e repressão dos tráficos e de outras formas de criminalidade organizada, assim como nas situações de reposição da ordem pública que exijam meios excepcionais e excedam a capacidade intervenção das autoridades policiais. O Presidente da República de Cabo Verde, Sr. Doutor Jorge Carlos Fonseca, no seu discurso alusivo ao Dia da Defesa Nacional (DDN)¹, face a alguns indícios de insegurança localizada, voltou a frisar a importância da PM no combate a criminalidade, reiterando como sendo fulcral reforçar as capacidades da PM tendo em vista o quadro do combate à delinquência urbana, o crime organizado, os tráficos de droga e de pessoas (Almeida, 2019).

Entretanto, surge a questão que tem sido muito debatido atualmente, a PM está preparada para o policiamento urbano? Peritos na defesa e segurança, S.Ex^a Brigadeiro General Antero Matos, antigo Chefe do Estado Maior das Forças Armadas (CEMFA), e o criminalista e subintendente da Polícia Nacional (PN), na reforma, João Santos, partilham da mesma opinião, que os militares não estão preparados para o combate à criminalidade urbano (Almeida, 2019). Embora por razões diferentes, o antigo CEMFA aponta excessivas

¹No dia 5 de novembro de 2019

missões de segurança estática que a PM tem sido submetida que a deixa sem tempo de treino operacional para o efeito. E o Criminalista João Santos fundamenta que a atividade policial requer especialização (Idem, 2019).

O objetivo do atual Governo é pautar pelo “posicionamento das Forças Armadas como instituição republicana moderna e essencial do estado de direito democrático e como organização de referência, pela sua eficácia e eficiência” (Ministério da Defesa Nacional [MDN], 2020, p. 254). Esse esforço com vista a obtenção da eficácia e eficiência, é visível no novo Estatuto dos Militares que tem como os principais focos: reforçar os instrumentos de gestão de carreiras, simplificar e esclarecer procedimentos e principalmente dignificar a carreira militar, concedendo aos mesmos, melhorias tanto ao nível de trabalho como de justiça, mas também proporciona especialmente melhorias a nível salarial (MDN, 2020). Também é vista no novo Regulamento Geral de Serviço (RGS) (MDN, 2018a, p. 3) que tem como finalidade “aumentar a eficácia no comando e controlo de tropas, imprimir uma maior articulação e organização nos procedimentos e, entre outros”.

No âmbito do mestrado supramencionado, este tema manifesta-se como sendo pertinente na medida em que a PM vê cada vez mais reafirmada a sua extrema necessidade e importância dentro das Forças Armadas de Cabo Verde (FACV) e no país. Tendo em conta que as FACV enfrentam um lento processo de reestruturação e de profissionalização resultantes da globalização e consubstanciadas nas diferentes tipologias de missões em que a instituição tem sido submetida ao longo dos anos, a PM carece naturalmente de significativas mudanças. Neste sentido, este trabalho de investigação surge num momento próprio, visando reforçar as capacidades da PM e, visa atender ao proposto pelo Decreto-Lei n.º 28/2012² (RCV, 2012) que dita que a dinâmica do sistema securitário internacional, exige das instituições militares atualização permanente em resposta às constantes ameaças e desafios. Além disso, veio corresponder ao estabelecido no Conceito Estratégico Defesa e Segurança Nacional (CESDN) (MDN, 2011, p.16) que preconiza as FA como “uma organização flexível e modular adequada aos modernos requisitos de empenho conjunto e combinado de forças privilegiando a interoperabilidade dos meios”.

Em complemento, consideramos que estudar a PM do país reveste-se de uma grande importância, uma vez que esse estudo irá permitir perceber as potencialidades e as vulnerabilidades da PM, com o fim de apresentar linhas de orientações para mitigar as

² República de Cabo Verde [RCV]. (2012). Decreto-Lei n.º 28/2012 de 19 de outubro: Alteração do Decreto-Lei no 30/2007 de 20 de agosto. B.O/ I Série/ No 57.

vulnerabilidades e acentuar as potencialidades. Para mais, esse estudo permitirá obter um conhecimento mais profundo da força em questão.

Tendo em conta a abrangência desta temática, e seguindo a linha do pensamento de Marconi e Lakatos (2003), limitamos o objeto de estudo de forma a delimitar a investigação para que torne possível a concretização dos objetivos da mesma. Assim, esta investigação traduz-se no estudo da PM de Cabo Verde tendo em análise os vetores de desenvolvimento Doutrina, Organização, Treino, Material, Infraestruturas e Interoperabilidade.

Com vista a realização do trabalho surge a necessidade de definir o objetivo geral do mesmo, que define com precisão o que pretendemos com o trabalho (Provdanov & Freitas, 2013). O objetivo geral deste trabalho consiste em apresentar linhas de orientação que permitem melhorar as capacidades da PM de Cabo Verde.

Para alcançar o objetivo geral é necessário atingir determinados objetivos específicos, que têm como principal função definir os domínios para os quais devemos direcionar os nossos esforços (Rosado, 2015), tornando mais explícito e, edificando o objetivo geral (Provdanov & Freitas, 2013). Nesta investigação os objetivos específicos traduzem-se em:

- Avaliar a capacidade atual da Polícia Militar Cabo-Verdiana com base nos vetores de desenvolvimento Doutrina, Organização, Treino, Material, Infraestruturas e Interoperabilidade.
- Analisar os modelos da Polícia Militar de Angola, Áustria e Portugal à luz dos vetores de desenvolvimento Doutrina, Organização, Treino, Material, Infraestruturas e Interoperabilidade.
- Criar um modelo de Polícia Militar Baseado em ideias-chaves dos Modelos de Angola, Áustria e Portugal e em dados obtidos nas entrevistas.

A melhor forma de desencadear um trabalho de investigação em ciências sociais reside em anunciar o projeto sob a forma de uma pergunta de partida (PP) (Quivy & Campenhout, 2005). A pergunta de partida “orientará, tal e qual um farol, toda a sua investigação” (Rosado 2015, p. 79). Para esta investigação foi levantada a seguinte pergunta de partida “**De que forma pode se melhorar a capacidade da Polícia Militar de Cabo Verde?**”. Para dar resposta a esta questão central (QC) dividimo-la em perguntas derivadas (PD), “que têm um âmbito mais restrito que a pergunta de partida, ajudando a circunscrever, dentro da área definida pela pergunta de partida, aquilo que são os setores respetivos onde o investigador incidirá o seu esforço” (Rosado, 2015, p. 79). Sendo assim, definimos as seguintes perguntas derivadas:

- **PD 1** – Quais as capacidades atuais da Polícia Militar de Cabo Verde à luz da sua Doutrina, Organização, Treino, Material, Infraestruturas e Interoperabilidade?
- **PD2** – Como se caracterizam as Polícias Militares de Angola, Áustria e Portugal à luz da sua Doutrina, Organização, Treino, Material, Infraestruturas e Interoperabilidade?
- **PD3** – Que modelo se adequa melhor para Cabo Verde?

Esse TIA obedece à estrutura definida pela Norma de Execução Permanente³ (NEP) da Academia Militar a qual tem por finalidade estabelecer as normas e procedimentos relativos aos TIA. Deste modo, este trabalho de investigação é composto por uma breve introdução, seguida de cinco capítulos, culminando com as conclusões e recomendações.

Na Introdução é feita a apresentação do tema e motivação para a sua escolha, são definidos os objetivos gerais e específicos da investigação, é formulada a questão central e as suas perguntas derivadas, e por fim, é explanada a estrutura do trabalho.

O primeiro capítulo, Enquadramento, contém o enquadramento legislativo, o enquadramento histórico e o enquadramento conceptual. Sendo, o primeiro para fazer perceber em que disposição legal surgiu a PM. O segundo para explicar o contexto histórico em que surgiu, e por fim, o enquadramento conceptual que tem o intuito de expor as várias aceções dos conceitos de capacidade e de PM.

O segundo capítulo surge com o principal objetivo de estudar o estado atual da PM em Cabo Verde baseando-se nos vetores de desenvolvimento em estudo.

O terceiro capítulo intitulado de Análise de Modelos de Polícia Militar Estrangeiras tem como finalidade de fazer incursões aos exemplos de alguns modelos de PM de países como Angola, Áustria e Portugal para extrair ideias que podem ser mais uma valia.

O quarto capítulo retrata a questão da metodologia aplicado na elaboração deste TIA. Neste capítulo é feito a descrição do método científico aplicado e a abordagem feita de forma a concretizar os objetivos pré-estabelecidos.

O quinto capítulo expõe os resultados e discussão dos resultados. Aqui serão apresentados e analisados os resultados obtidos através da entrevista feita e da análise documental. Por fim são apresentadas as conclusões e as recomendações. Nas conclusões serão apresentadas as respostas às perguntas derivadas e conseqüentemente à pergunta de partida, assim como serão feitas propostas para futuras investigações.

³ Academia Militar (2016). Norma de Execução Permanente nº 522/1.^a (20JAN16). Lisboa

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO

1.1. Enquadramento Legislativo

O n.º 1 do artigo 247.º da Lei Constitucional n.º 1/VII/2010 (RCV, 2010, p. 450) define as FACV como “uma instituição permanente e regular (...) estruturada com base na hierarquia e na disciplina”. A mesma lei constitucional, através do n.º 1 do art.º 248, determina as FACV como “(...) componente militar da defesa nacional, competindo-lhes assegurar a defesa militar da República contra qualquer ameaça ou agressão externas”.

As FACV não têm uma organização clássica, devido às características do país houve a necessidade e a preocupação de adaptar as FACV à sua realidade e dimensão. Assim, o decreto-Lei n.º 30/2007⁴ que estabelece a organização e os Quadros de Pessoal das FA (MDN, 2007), define a estrutura das FA em Órgãos Militares de Comando, Guarda Costeira e pela Guarda Nacional. Os Órgãos Militares de Comando são constituídos pelo Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e pelas estruturas que o apoiam no exercício do comando. A Guarda Costeira destina-se à defesa e proteção dos interesses económicos do país no mar sob jurisdição nacional e ao apoio aéreo e naval às operações terrestres e anfíbias.

O artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 30/2007 (MDN, 2007, p.3) constitui a Guarda Nacional como a “principal componente das Forças Armadas destinada à defesa militar do país, através da realização de operações terrestres e anfíbias, bem como ao apoio à segurança interna, de acordo com as suas missões específicas”. A Guarda Nacional é constituída por três componentes: o corpo de Polícia Militar, o corpo de Fuzileiros Navais e o corpo de Artilharia, cabendo sobretudo ao corpo da PM o cumprimento das missões relativas à segurança e ordem pública, enquanto os demais, estão preparados para a defesa militar.

A Guarda Nacional é organizada essencialmente na base dos comandos e unidades territoriais. Os comandos territoriais visam a descentralização da ação de comando do Chefe de Estado-Maior, que lhes atribuem missões e meios operacionais. Segundo o artigo 3.º do Decreto-Regulamentar n.º 3/2009⁵ (MDN, 2009) são comandos territoriais: O Comando da Primeira Região Militar (1ªRM) (com sede na cidade do Mindelo e jurisdição sobre as ilhas

⁴Ministério de Defesa Nacional [MDN] (2007). Decreto-Lei n.º 30/2007 de 20 de agosto: organização e os Quadros de Pessoal das FA. B.O, I Série. N.º 31.

⁵Ministério de Defesa Nacional [MDN] (2009). Decreto-Regulamentar n.º 3/2009 de 12 de janeiro: Estabelece as atribuições, competência e organização das áreas de jurisdição administrativa dos comandos Territoriais e as atribuições das Unidades Territoriais. B.O n.º2, I Série.

de Santo Antão, S. Vicente, Sta. Luzia e S. Nicolau e os ilhéus Branco e Raso); O Comando da Segunda Região Militar (2ªRM) (com sede na Vila de Espargos e jurisdição sobre as ilhas do Sal e da Boavista); e o Comando da Terceira Região Militar (3ªRM) (com sede na cidade da Praia e jurisdição sobre as ilhas de Maio, Santiago, Fogo e Brava e os ilhéus Secos).

De acordo com o Quadro Orgânico do Pessoal das Forças Armadas de Cabo Verde (MDN, 2018), o Comando da Primeira região Militar tem as seguintes subunidades: Companhia de Apoio e Serviços (CAS), Companhia de Polícia Militar (CPM), Companhia de Apoio de Combate (CAC) e o Centro de Instrução Militar (CIM). O Comando da 2ªRM possui a mesma estrutura que a 1ªRM, sendo que este último não possui o CIM. O Comando da 3ªRM situa-se na Capital e consequentemente é a maior região Militar integrando: o Grupo de Artilharia, a Companhia de Apoio Serviço (CAS), a Companhia de PM, a Companhia de Fiscalização Costeira (CFC), a Companhia de Fuzileiros Navais e a Banda Militar.



Figura 1: Arquipélago da RCV e a distribuição territorial das suas FA

Fonte: <https://www.fa.gov.cv/index.php/gurada-nacional>

1.2. Enquadramento Histórico

Em 2001, à luz da cooperação bilateral entre Cabo Verde e Estados Unidos da América (EUA), foram enviados para os EUA oficiais e Sargentos para o curso de PM. Após o término do curso em 2003, regressaram a Cabo Verde (Pina, 2005). Esses oficiais e sargentos da PM Cabo-verdiana, ministraram vários cursos na especialidade PM no Centro de Instrução Militar Morro Branco (CIMMB). Com o aumento na formação dos militares de

PM no CIMMB, deu-se o impulso na criação do Corpo de PM, constituído por unidades de escalão pelotão distribuídos pelas três regiões militares. O Corpo da PM foi criada com o intuito de manter a ordem, lei e disciplina militar nos quartéis. A sua criação foi sustentada através da alteração do decreto-legislativo n.º 8/93⁶ (MDN, 1993).

Mais tarde, em 2005, com vista a corresponder as inúmeras solicitações que eram feitas ao corpo da PM, deu-se a reorganização, criando unidades de escalão Companhia de PM nas respetivas regiões militares. Tudo isso procedeu-se numa altura em que a criminalidade atingia o seu pico. Tendo em conta que o nível da ameaça se mostrava manifestamente desproporcional face às capacidades das FSS (Matos, 2012), isto é, situações de reposição da ordem pública que exigiam cada vez mais meios excecionais que excediam a capacidade de intervenção das autoridades policiais (RCV, 2016). Foi para o efeito criado a Guarda Nacional⁷, no âmbito da reforma das FACV, com a novidade de apoiar as FSS na manutenção da ordem pública, baseado na Lei n.º 89/VI/2006⁸(MDN, 2006). A criação da Guarda Nacional foi “a fórmula encontrada para preparar a instituição castrense para lidar com as questões respeitantes à segurança interna, designadamente, com as tarefas relativas à segurança e ordem pública” (Matos, 2012, p. 2).

Ao longo dos anos, a atuação da Guarda Nacional, através da PM, tem-se revelado bastante pertinente e vem merecendo aplausos e encorajamento por parte da população, mas dever-se-á aprofundar o treino da Guarda Nacional para melhor capacitá-la para a intervenção na segurança interna, particularmente na ordem pública (Matos, 2012), por forma a aumentar a capacidade de resposta, no que tange a sua atuação, por intermédio dos seus componentes, em qualquer parte do território nacional (MDN, 2011).

1.3. Enquadramento Concetual

1.3.1. Polícia Militar

No âmbito da doutrina NATO e segundo a *Allied Joint Publication (AJP) 3.21 ALLIED JOINT DOCTRINE FOR MILITARY POLICE*⁹ (NATO, 2019), a PM é vista como uma organização flexível de economia de forças, que devido a sua agilidade e versatilidade

⁶Decreto-legislativo n.º 8/93⁶, que estabelece as bases da organização das FA

⁷“A Guarda Nacional constitui a principal componente das Forças Armadas destinada à defesa militar do país, através da realização de operações terrestres e anfíbias, bem como ao apoio à segurança interna, de acordo com as suas missões específicas”, conforme dita o número 3 do quarto artigo do Capítulo II da Lei n.º 89/VI/2006

⁸Ministério de Defesa Nacional [MDN] (2006). Lei n.º 89/VI/2006 de 09 de janeiro de 2006: Regime Geral das Forças Armadas. Boletim Oficial, I Serie, n.º 2.

⁹AJP-3.21 é uma publicação doutrinária conjunta da NATO, onde se estabelece a doutrina fundamental para o emprego das forças de PM aliadas (Revista da Cavalaria, 2019)

pode oferecer apoio diversificado que a permite adaptar-se a qualquer missão ou ambiente. Nessa mesma perspetiva e tendo em conta o exposto na publicação *Allied Tactical Publication (ATP) 3.7.2 NATO MILITARY POLICE GUIDANCE AND PROCEDURES*¹⁰ (NATO, 2014), a PM representa-se como forças militares designadas com a responsabilidade e autorização para a aplicação da lei e manutenção da ordem, bem como a prestação de assistência operacional por meio das suas funções doutrinárias designadas. A atividade operacional feita é conduzido por intermédio de cinco funções doutrinárias: Apoio à mobilidade, Segurança, Detenção, Polícia e Policiamento de Estabilização (NATO, 2019).

As forças de PM funcionam como multiplicadores dos fatores de combate, revelando-se um facilitador essencial, permitindo aos comandantes maior liberdade de ação nas operações de combate e de resposta a crises (NATO, 2014). O papel da PM é aplicável em todo o espectro das operações da NATO, desde o envolvimento militar em tempos de paz, tarefas de segurança em apoio às atividades de estabilização e até operações de emprego da força em grande escala (NATO, 2019).

Em Angola a PM é um corpo especial de tropas que faz parte das Forças Armadas Angolanas (FAA), constituindo a sua força policial e de segurança, organizada hierarquicamente na dependência do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) e destinada principalmente a manter a disciplina lei e a ordem (FAA, s/d).

Na Áustria a Polícia Militar integra as Forças Armadas e organiza-se em uma associação especial de PM constituída por cinco unidades de operações, de escalão Companhia, distribuídas em cinco regiões que abarca os nove Estados da Áustria (Ministério da Defesa da Áustria [MDA], 2019) . A principal função da PM Austríaca é o policiamento permanente da força, mas também pode funcionar como multiplicador de força prestando apoio a outras forças. Na Áustria a PM pode ser usada para manter e restaurar a ordem pública, perante um mandato e por um período de tempo limitado (Ministério Federal da Defesa da República da Áustria, 2019). Trata-se de uma Polícia Militar moderna muito requisitada com equipamentos e tecnologia de ponta e com uma grande capacidade de resposta (Idem, 2019).

Em Portugal as unidades de Polícia do Exército (PE), são na sua genética forças de Polícia Militar “flexíveis e capazes de conduzir quaisquer operações de guerra e ou transição, na maior parte dos ambientes operacionais, podendo operar em qualquer tipo de terreno e

¹⁰ATP-3.7.2 é uma publicação doutrinária conjunta da NATO, que difunde orientações sobre os procedimentos a adotar pelos comandantes e Estados-Maiores das forças multinacionais de PM empregues pela NATO em ambiente multinacional (Revista da Cavalaria, 2019)

condições meteorológicas e executar um elevado número de missões ao longo do espectro do conflito”(Ministério da Defesa Nacional [MDN], 2009, p. 1).

A Polícia do Exército Português¹¹ conduz missões para gerar e manter o potencial de combate, possui capacidade para fazer parte de operações de moldagem e decisivas, quer pertencendo orgânicamente a uma unidade ou colocada à disposição de qualquer comando (MDN, 2009). As missões da PE enquadram-se em cinco áreas distintas: Apoio à mobilidade, Segurança, Detenção, Polícia e Policiamento de Estabilização (NATO, 2019).

Em Cabo Verde a PM é “o corpo da Guarda Nacional que se destina à manutenção da lei e da ordem, à proteção de forças, entidades e da propriedade pública e particular, ao cumprimento de missões de reconhecimento, bem como outras que lhe sejam atribuídas por entidade dotada de competência legal para o mesmo” (GCEMFA, 2008 citado em Landim, 2011, p.28). A PM Cabo-Verdiana tem a particularidade de participar “nas tarefas internas de segurança em reforço e complementaridade das forças e serviços de segurança” (RCV, 2011, p. 8). Essas tarefas derivam dos âmbitos de repressão do tráfico e de outras formas de criminalidade organizada e nas situações de reposição da ordem pública que exijam meios excecionais e excedam a capacidade de intervenção das autoridades policiais (RCV, 2016). Realiza também missões de proteção ambiental, de proteção física de pontos sensíveis, de controlo de multidões, de patrulhamento urbano e até de controlo de tumulto (Matos, 2012).

1.3.2. Capacidades

O termo capacidade surge ao longo deste trabalho, tornando-se num termo fundamental para a estrutura do mesmo, tendo em conta que o objetivo fundamental deste TIA é otimizar a capacidade da Polícia Militar de Cabo Verde. Portanto é imprescindível dar a conhecer algumas perspetivas do conceito deste termo. Segundo Dyčka (2017) citado em Kolesár (2018), há duas abordagens para este conceito. Uma relativamente a perspetiva NATO que, de uma forma pragmática, interpreta este termo como a habilidade de executar uma determinada ação ou de atingir determinado efeito. E outra respeitante a visão da União Europeia (UE) que, de uma forma mais assertiva, define este termo como sendo a habilidade de realizar tarefas específicas, para atingir efeitos específicos através da combinação de vetores como: recursos humanos, disponibilidade, material, treino, performance, interoperabilidade, sustentabilidade, prontidão e doutrina (Idem, 2018).

¹¹No caso Português a Polícia do Exército é a designação usada para a Polícia Militar da componente terrestre das suas FA, sendo que nesse país existe uma Polícia Naval (Marinha) e Polícia Aérea (Força Aérea)

Para o presente trabalho consideramos ser a melhor descrição desse termo, o estabelecido no Conceito Estratégico Militar¹² Português, que define a capacidade como:

“ (...) conjunto de elementos que se articulam de forma harmoniosa e complementar e que contribuem para a realização de um conjunto de tarefas operacionais ou efeito que é necessário atingir, englobando componentes de doutrina, organização, treino, material, liderança, pessoal, infraestruturas e interoperabilidade (DOTMLPII)” (MDN, 2014, p. 38).

Como referido na Introdução deste trabalho, limitamos a nossa abordagem apenas nos vetores Doutrina, Organização, Treino, Material, Infraestruturas e Interoperabilidade.

A Doutrina pode ser entendida como “um conjunto de princípios abstratos e genéricos, com valor tautológico temporal e no qual se apoia um processo de atuação. Sendo autoritária, porque se impõe, exige uma permanente avaliação com vista a se ter uma contínua consciência da forma como ela é cumprida, retirando-se dessa avaliação, também, mais lições aprendidas que a possam melhorar” (Sousa, 2007, p. 18).

A Organização está relacionada com unidades cujo, são sustentadas por uma estrutura através do qual os indivíduos cooperam sistematicamente para cumprirem missões em comum, e fornecem ou apoiam diretamente determinadas capacidades (Rhyne, 2014), ou seja, é a estrutura/organigrama necessária para operar, sustentar e manter uma determinada capacidade (Horta, Ferreira, Brigas, & Freitas, 2019).

O VD Treino é essencial na preparação de uma dada força por forma a atingir a sua prontidão para cumprir determinadas tarefas (Kolesár, 2018).

No que diz respeito ao VD Material está relacionado com todos os materiais, equipamentos, sobressalentes e tecnologia necessários para equipar e aprontar as forças (Horta et al., 2019).

As infraestruturas referem-se a bens imóveis que consistem em um ou mais dos seguintes itens: edifícios, estruturas, sistemas de utilidade, estradas associadas e outros pavimentos e terrenos subjacentes (Rhyne, 2014a). O espaço adequado, seguro e acessível para alojar, aprontar e treinar forças, tal como operar e sustentar meios (Horta et al., 2019).

Relativamente a Interoperabilidade constitui-se como um importante processo de cooperação e coordenação com diferentes U/E/O, com intuito de sincronizar os restantes VD em determinadas capacidades, podendo ocorrer entre os diferentes ramos das próprias forças armadas, com outras instituições estatais, como forças e serviços de segurança ou com outras forças militares estrangeiras (Kolesár, 2018).

¹²Aprovado pelo Despacho 11400/2018, 2014

CAPÍTULO II – SITUAÇÃO ATUAL DA POLÍCIA MILITAR DE CABO VERDE

Nota Introdutória

Para melhor compreendermos a Polícia Militar Cabo-verdiana, criou-se este capítulo com a finalidade de apresentar o estado atual dessa força militar, à luz dos VD em análise. A alínea 1 do artigo 3 do Decreto-Regulamentar nº 4/2009¹³(MDN, 2009a) atribui ao Comando de Pessoal a responsabilidade de “zelar pela boa aplicação das normas relativas à atuação da Polícia Militar”. Na estrutura¹⁴ do Comando pessoal, a Direção dos Serviços de Justiça e Disciplina, entre outras atribuições, tem por missão estudar e dar parecer sobre as matérias relacionadas com o funcionamento da Polícia Militar (MDN, 2009a). O mesmo Decreto atribui ainda a Direção dos Serviços de Justiça e Disciplina as atribuições de: propor planos, regulamentos e normas relativos à organização, instrução, procedimentos e equipamento da Polícia Militar; coordenar tecnicamente a atuação da Polícia Militar e; estabelecer um sistema de informações e registos necessários à atuação da Polícia Militar.

2.1. Doutrina

A participação das Forças Armadas, através da PM, na segurança interna implicou que esta força militar, adquira algumas competências essenciais para o exercício desta função (Matos, 2012). Tendo em Conta que o CESDN (MDN, 2011) definiu como sendo primordial empreender linhas de ação nas FA, no sentido de proporcionar à PM capacidade para, em colaboração com a Polícia e outras autoridades competentes, participar na prevenção e combate ao crime organizado transnacional, especialmente o tráfico de droga, o tráfico de pessoas e as redes de imigração ilegal. Além disso, pretende-se proporcionar-lhe capacidade para, em colaboração com as autoridades competentes, participar na segurança pública, na proteção ambiental e na defesa do património natural (RCV, 2011).

¹³Ministério de Defesa Nacional [MDN] (2009). Decreto-Regulamentar nº 4/2009 de 12 de janeiro: Estabelece as Atribuições, Competência e Organização dos Comandos Funcionais. B.O nº2, I Série.

¹⁴O Comando do Pessoal compreende: a) O Comandante; b) A Direção de Administração do Pessoal; c) A Direção de Formação e Instrução; d) A Direção do Serviço de Saúde; e) A Direção dos Serviços de Justiça e Disciplina; e f) A Direção dos Serviços de Ação Cívica (MDN, 2009a).

O conselheiro Nacional de Segurança (CNS), na altura, Coronel Antero Matos (2012) afirma que a PM tem realizado tarefas como a proteção ambiental, a proteção física de pontos sensíveis, patrulhamento urbano e até tarefas de controlo de tumultos no âmbito da SI.

No exposto na alínea b) do n.º 2 do art.º 248.º da CRCV, as FA através da PM atuam “em colaboração com as autoridades policiais e outras competentes e sob a responsabilidade destas”, em prol da SI. Assim sendo, “um Agente da PM, como um agente da polícia, representa o prestígio e a autoridade da Lei (...) em serviço, o membro da PM é o agente e o representante da autoridade das FA (Regulamento da Polícia Militar, 1986, p. 1)”.

No entanto, em situações normais, os agentes da PM “não punem os transgressores das Leis ou regulamentos (...) compete-lhes evitar a violação das Leis, ordens e regulamentos, advertir os transgressores e se necessário detê-los (Idem , 1986, p. 2)”. No caso da necessidade da detenção se verificar, deve-se: se o infrator for sujeito a jurisdição militar e de graduação igual ou inferior serão conduzidos ao Comando Regional pertencentes e entregues ao oficial dia da região, mediante guia de entrega. Em caso do infrator ser superior hierárquico deve-se “comunicar a ocorrência o mais rapidamente possível ao respetivo Comandante e, se o facto exigir a detenção do infrator, deve procurar outro militar de graduação igual ou superior à dele, para que tome as providências necessárias, cessando então a responsabilidade do agente (Ibidem, 1986, p. 3)”. Caso a necessidade da detenção se verifique perante civis, o Regulamento da Polícia Militar (1986, p. 3) dita que é dever do agente da PM prender o infrator em causa e entregar o mais rápido possível, às autoridades civis competentes.

2.1.2. Missão da PM

A PM tem por missão auxiliar o Comandante de quem depende na Manutenção da Ordem e Disciplina, assim como na proteção da propriedade pública e particular e no cumprimento das leis, regulamentos e ordens superiores, podendo ainda desempenhar outras missões de acordo com as diretivas do respetivo Comando (Estado Maior das Forças Armadas [EMFA], 1993).

2.1.3. Atribuições da PM

A PM tem as atribuições de executar serviço de Ronda em todas as localidades, onde a presença militar se torne necessária; Policiar os locais onde seja de prever afluência anormal de militares; Acorrer aonde houver conhecimento de qualquer incidente com elementos das Forças Armadas, que torne conveniente a intervenção da PM; Colaborar na

segurança do aquartelamento; Rondar, durante o período normal de serviço, o interior do Quartel e o paiol/armazém de munições, tendo em atenção as zonas mais isoladas; Apoiar a Ordem Pública ou outras Entidades, quando solicitadas (EMFA, 1993).

2.1.4. Segurança Nacional e o Binómio Segurança Interna / Segurança Externa

A dinâmica do sistema securitário internacional, exige das instituições militares atualização permanente em resposta às constantes ameaças e desafios que tem surgido (RCV, 2012), quebrando as barreiras entre a segurança interna (SI) e a segurança externa (Carvalho, 2004), levando aos fenómenos que alguns apelidam de “civilização” das Forças Armadas e “militarização” de certos sectores das polícias (Matos, 2010). A Segurança Interna diz respeito a ordem pública e ao esforço comum na proteção física e da liberdade e propriedade da comunidade e de cada um dos seus membros (RCV, 2016, p.24). A segurança e ordem pública, constitui-se num dever do Estado, e um direito e responsabilidade de todos, visam a preservação da ordem pública e da integridade das pessoas e do património Nacional (Franco & Genghini, 2008). O artigo 248º da constituição atribui as Forças Armadas a exclusividade da defesa militar do país contra as ameaças externas (RCV, 2010).

Sendo as ameaças à SI, mais prováveis de acontecer comparativamente às ameaças externas, e tendo presente o aumento de níveis de ameaças que exija meios excecionais que excedam a capacidade de intervenção das autoridades policiais (Matos, 2012). Criou-se a Guarda Nacional com intuito de envidar esforços para instruir e equipar a PM, com intuito de auxiliar a Polícia Nacional na segurança e ordem pública. Contudo, não se descuram da segurança externa, na medida em que a Guarda Nacional possui dualidade de utilização, integrando os Fuzileiros Navais e a Artilharia com a principal atribuição de garantir a defesa militar do país (Idem, 2012). Indo ao encontro da tese defendido por Borges (2013, p.32) que assume que é “fundamental garantir que as FA continuam a ser o garante da defesa militar (...) Só com essa condição assegurada as FA poderão colaborar adequadamente com as FSS na SI”. A Segurança Interna e a Segurança Externa concorrem para a Defesa Nacional.

O artigo 246º da lei constitucional (RCV, 2010, p.249) define como Defesa Nacional “a disposição, integração e ação coordenadas de todas as energias e forças morais e materiais da Nação, face a qualquer forma de ameaça ou agressão, tendo por finalidade garantir, de modo permanente a unidade, a soberania, a integridade territorial e a independência de Cabo Verde, a liberdade e a segurança da sua população bem como o ordenamento constitucional

democraticamente estabelecido”. Em Cabo Verde existe alguma ambiguidade no conceito da Segurança Nacional, uma vez que não é definida na sua legislação (Matos, 2010).

No entanto, noutros países a Segurança Nacional é vista como a “condição da Nação que se traduz pela permanente garantia da sua sobrevivência em paz e liberdade, assegurando a soberania, independência e unidade, a integridade do território, a salvaguarda colectiva de pessoas e bens e dos valores espirituais, o desenvolvimento normal das tarefas do Estado, a liberdade de acção política dos órgãos de soberania e o pleno funcionamento das instituições democráticas”(Carvalho, 2004, p.2).

2.2. Organização

As Forças Armadas destacam-se como meio institucional necessário e fundamental no cumprimento da estratégia global do estado (MDN, 2011), onde devem dispor de uma “organização flexível e modular, adequada aos modernos requisitos de empenho conjunto e combinado de forças, privilegiando a interoperabilidade dos meios e desejavelmente, com capacidades crescentes de projecção e sustentação, comando, controlo, comunicações e informações”(RCV, 2011, p. 8).

As CPM da Primeira e Segunda Regiões Militares dispõem da mesma estrutura orgânica. Pelo Despacho N.º 120/18¹⁵ aprovado pelo Chefe de Estado Sua Ex^a Major General Anildo Morais em 20 de fevereiro de 2018, essas companhias possuem um efetivo de cem (100) militares integrados em três pelotões: um Pelotão de Patrulha e Reconhecimento (31 militares), e dois Pelotões de Segurança Física (32 militares em cada Pelotão). O pelotão de Patrulha e Reconhecimento é normalmente empregue no patrulhamento urbano. É constituído pelo Comando e por três secções de Reconhecimento¹⁶, por duas secções de Patrulhamento e por uma Esquadra de Moto. O Comando é composto por três Militares: o Comandante Pelotão (Oficial Subalterno), um Operador de Rádio (Soldado Transmissões) e por um Condutor (Soldado/Cabo). Cada uma das três secções de reconhecimento é composta por quatro Militares: Comandante secção (Sargento/ 1º Sargento), um Atirador (soldado), um Municador (soldado) e um condutor (soldado/cabo). Quanto às secções de patrulhamento, cada uma é composta por oito militares: um comandante de Secção (Sargento/1ºSargento), um condutor (soldado) e duas esquadras de Patrulhamento a três

¹⁵Ministério de Defesa Nacional [MDN] (2018). Despacho N.º 120/18 de 20 de fevereiro de 2018: Quadro Orgânico do pessoal dos Comandos da 1ª e 2ª Regiões Militares e das Unidades deles dependentes

¹⁶ Em Tempo de paz reforça as secções de patrulhamento

militares, sendo que em cada uma integra o comandante esquadra (cabo) e dois ordenanças (Soldados). A Esquadra de moto¹⁷ é constituída por dois militares nomeadamente o comandante esquadra (Cabo) e o motociclista (cabo).

Os Pelotões de Segurança Física são empregues na segurança e proteção de infraestruturas críticas. Contemplam três secções, sendo elas, uma secção de Comando e duas secções de Segurança Física. A secção de comando é composta por: um comandante de pelotão (Oficial Subalterno), um Operador de Rádio (Soldado Transmissões), um Condutor (Soldado) e um maqueiro (soldado). A secção de Segurança física é composta por duas esquadras a sete militares, um comandante esquadra (cabo) e seis ordenanças (soldado).

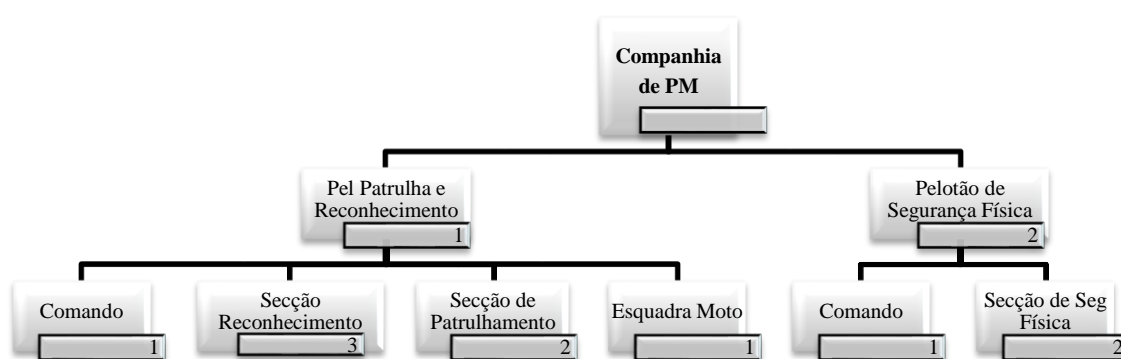


Figura 2: Organograma da CPM dos Comandos da 1ª e 2ª Região Militar

Fonte: Adaptado do Quadro Orgânico do pessoal dos Comandos da 1ª e 2ª Regiões Militares e das Unidades deles dependentes (2018)

A CPM do Comando da 3ªRM difere das restantes CPM pelo facto de além de possuir os três pelotões que as outras possuem, inclui ainda mais um Pelotão de Controlo de Tumultos. Sendo assim, segundo o Quadro Orgânico de pessoal da Companhia de Polícia Militar do Comando da 3ª Região Militar¹⁸, esta companhia tem um efetivo de cento e quarenta e sete¹⁹ (147) militares.

O Pelotão de Controlo de Tumultos é constituído pelo Comando e por duas secções de Controlo Tumultos. No comando fazem parte: o comandante Pelotão (Oficial subalterno), Sargento Pelotão (Sargento/1ºSargento), operador de rádio (soldado), maqueiro (soldado) e condutor (cabo/soldado). A secção de Segurança Física/Controlo Tumultos é composta por

¹⁷Em Tempo de paz reforça as secções de patrulhamento

¹⁸Ministério de Defesa Nacional [MDN] (2018). Despacho N.º 121/18 de 20 de fevereiro de 2018: Quadro Orgânico do pessoal do Comando da 3ª Região Militar e das Unidades deles dependentes

¹⁹ Trata-se de uma Companhia (+), ou seja, possui mais um pelotão do que os normais.

duas esquadras a sete militares. Cada esquadra é composta pelo chefe de esquadra (cabo) e seis ordenanças (soldado).

Em suma, a CPM da 3ªRM tem os seus efetivos distribuídos pelo comando e por quatro pelotões: um Pelotão de Patrulha e Reconhecimento (44 militares), dois Pelotões de Segurança Física (64 militares) e por um Pelotão de Controlo de Tumultos (34 militares).

2.3. Treino

O VD Treino proporciona aos militares o conhecimento prático, o *know-how*, materializado em ferramentas essenciais para as suas funções diárias permitindo a possibilidade da obtenção da proficiência técnica (LofGren, 2016).

Em Cabo Verde, após recrutamento são conduzidos nas unidades treinos de forma a tornar sólido os conhecimentos ministrados no CIM e aprofundar os conhecimentos de Técnicas, Táticas e Procedimentos da PM. Nos planos de treino dos comandos regionais constam várias atividades desde Treino Físico Base (TFB) (como circuitos e corrida continua), Treino Físico Aplicação Militar (TFAM) (como Marcor e GAM), instruções essencialmente Teóricas (como a Relação da PM com outras forças militares, de segurança e proteção civil), instruções Teórico-práticas (como executar técnica de bastão e técnicas de patrulhamento) e instruções práticas (como movimentos de ordem unida e Defesa pessoal).

2.4. Material

Segundo Matos (2012) a eficácia da PM depende dos materiais que tiver ao seu dispor para a intervenção. As Companhias do corpo de PM possuem como os principais equipamentos ilustrados na seguinte tabela.

Tabela 1: Alguns meios das CPM do Corpo da PM

Armamento	Outros
Espingardas Automáticas AKM e G3	Viatura ligeira 4X4
Espingarda Automática AKM – Coronha Movél	Mota batedora
Espingarda SKS e Dragonov	Motorola APX
Metralhadoras RPK e PK	Bastão
Pistola Makarov	Colete Tático
Lança Granada RPG-7	Material de controlo Tumulto
Outros	Outros

Fonte: Enviado pelo comandante do CPM da 1ªRM

2.5. Infraestruturas

As infraestruturas são importantes no alojamento, no treino e no aprontamento dos militares em geral, mas também permitem operar e sustentar meios (Horta et al., 2019).

De uma forma geral, em cada comando regional existem casernas para alojarem os militares da CPM, edifício comando, refeitório geral, messe dos oficiais; infraestruturas para alojar os materiais de guerra e parada militar (Comando da 1ª Região Militar, 2011). Algumas dessas infraestruturas carecem naturalmente de remodelações e modernizações. No entanto, o atual CEMFA referiu²⁰ que avultados investimentos estão a serem feitos, por intermédio de obras que visam melhorar os alojamentos e as estruturas em todas as unidades.

2.6. Interoperabilidade

A PM integra no Sistema de Segurança Nacional (SSN)²¹ a partir da Guarda Nacional que por sua vez integra o Ministério da Defesa através do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) (República de Cabo Verde [RCV], 2014). No entanto, somente à título subsidiário colabora com as FSS na segurança interna (RCV, 2010).

Tendo em conta a incapacidade das FSS de lutar isoladamente contra crimes organizados, terrorismo, pirataria, tráfico de pessoas, estupefacientes e armas que cada vez mais tem sido uma realidade para o país (Matos, 2012). As operações conjuntas entre a PN e a PM têm sido emanadas pelo Governo, e sob a articulação do Conselheiro Nacional de Segurança (CNS). Segundo o Decreto-Lei nº 16/2009²² o CNS é a entidade responsável por garantir a articulação entre a PM e as FSS e o SNPC em respostas as ameaças da segurança interna. É fundamental a coordenação, entre as unidades da PM, a Polícia e outras instituições que prosseguem a atividade de segurança e defesa de forma a coordenarem ações que visam a Defesa Nacional (MDN, 2011).

²⁰CEMFA (2020). *In Inforpress*. Acedido em 31/03/2020 em www.inforpress.cv/chefe-de-estado-maior-das-forças-armadas-ressalva-necessidade-de-maior-coesão-institucional.

²¹Ver anexo A

²²Ministério da Defesa Nacional [MDN] (2009). Decreto-Lei nº 16/2009 de 15 de junho: Estabelece o estatuto do Conselheiro de Segurança Nacional do Governo

CAPÍTULO III – ANÁLISE DE ALGUNS MODELOS DE POLÍCIAS MILITARES ESTRANGEIRAS

Nota Introdutória

Aqui pretende-se recorrer ao estudo de modelos de PM da Angola, Áustria e Portugal no âmbito dos vetores da Doutrina, Organização, Treino, Material, Infraestruturas e Interoperabilidade de forma a retirar ideias-chaves que nos possibilitam a criação/prospecção de um novo modelo.

3.1. Polícia Militar de Angola

Em Angola o Regimento de Polícia Militar²³ (RPM) foi criado em 20 de Junho de 1992, no âmbito do acordo de paz de Bicesse²⁴, rubricado em Lisboa entre o Governo Angolano e a UNITA (Cristóvão, 2002). Este regimento foi criado para dar resposta às necessidades operacionais, de instrução e inspetivas que foram surgindo (Idem, 2002). A vertente operacional tem o intuito de manter a disciplina, lei e ordem dos militares, da mesma forma prestar honras militares e fúnebres quando necessário. A vertente da instrução visa formar, treinar e capacitar os militares de PM para as suas tarefas diárias. Por fim na vertente inspetiva. É da responsabilidade do comandante do RPM propor ao CEME procedimentos de emprego relativos a Técnica e a Tática referentes a doutrina da PM, bem como a promoção de apoio técnico e inspeção das várias subunidades (Ibidem, 2002).

Segundo António (2013) a PM das FAA colabora com as FSS na manutenção da Ordem Pública, quando determinado pelo CEMGFA por intermédio de um despacho, que normalmente ocorre somente em situações excecionais.

3.1.1. Doutrina

A Polícia Militar é um corpo especial de tropas que faz parte das Forças Armadas Angolanas, constituindo a sua força policial e de segurança, organizado hierarquicamente na dependência do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (FAA, s/d).

²³ A maior e a principal unidade de PM do país

²⁴ Acordo assinado em 31 de Maio de 1991 em Portugal pelo Presidente da República Popular de Angola, José Eduardo dos Santos e o presidente da UNITA, Jonas Savimbi, que prometiam o fim da guerra civil em Angola (Bernardino, 2017)

3.1.1.1. Missão Geral da PM

Segundo o Manual de Polícia Militar Angolana (FAA, 2002, p. 10), a PM tem por missão “auxiliar o Comandante de quem depende na manutenção da ordem e da disciplina, na proteção da propriedade pública e particular e no cumprimento das leis, regulamentos e ordens superiores, podendo ainda desempenhar outras missões de acordo com as diretivas do respetivo Comando”.

As missões da PM são conduzidas no âmbito de quatro grandes áreas sendo que cada uma é edificada pelas suas respetivas tarefas, como ilustra a seguinte tabela.

Tabela 2: Missões e Tarefas da PM Angolana

Manutenção de Disciplina, Lei e Ordem	Controlo de Circulação	Prisioneiro de Guerra	Segurança de Área
Investigação Criminal; Imposição da Lei e da Ordem; Operações de detenção; Investigação de Acidentes de Viação; Apoio aos tribunais Militares; Escoltas de Material Crítico; Prevenção de Crimes; Apoio às autoridades civis;	Vigilância e Reconhecimento de Itinerários; Controlo de tráfego; Controlo de Refugiados e Transviados; Recolha e difusão de Informações; Apoio na travessia de Cursos de Água;	Reunião; Evacuação; Internamento;	Reconhecimento e Vigilância de Área; Combate na Área da Retaguarda; Segurança de Área e pontos críticos; Reconhecimento NBQ; Controlo de Danos;

Fonte: Adaptado do Manual da Polícia Militar (FAA, 2002)

3.1.1.2. Atribuições Gerais da PM

O Comandante de qualquer escalão de PM tem como atribuição geral de manter a ordem, disciplina militar e a proteção de propriedade pública e particular. A PM, é simultaneamente, um meio posto a sua disposição servindo de complemento a todos os outros meios de que disponha para o desempenho das atribuições referidas (FAA, 2002). Além das missões normais, o Comandante pode atribuir missões especiais à PM, sendo responsável pela sua direção, fiscalização e emprego. Ainda coordena as atuações das forças de PM posto sob o seu comando operacional, de forma que as responsabilidades e atuações fiquem bem definidas e coordenadas (Idem, 2002).

3.1.1.3. Atribuições da PM em Tempo de Paz

Segundo o Manual de Polícia Militar Angolana (FAA, 2002), em tempo de paz, compete à PM: manter a ordem entre os componentes do Exército e fazer cumprir as leis e regulamentos militares, proteger o pessoal militar e os civis de qualquer excesso ou

violência, deter os militares ausentes sem licença ou cuja situação não esteja definida, fazer cumprir os regulamentos sobre uniformes, reprimir e dispersar motins e ainda por incumbência superior pode cooperar com as autoridades locais e com a Cruz Vermelha, ou outras organizações civis de socorros, em caso de desastres ou outras emergências graves.

3.1.2. Organização

Segundo Luz & Matias (2013), em Angola, existem seis regiões Militares²⁵ de escalão divisão. Em cada uma dessas divisões incorporam um batalhão de PM, com a exceção da Região Militar (RM) de Luanda, onde está localizado um Regimento de PM. Este regimento localiza-se na capital do país, onde também estão sediadas as principais estruturas da Angola e das FAA, como por exemplo o ministério da defesa, o Estado-Maior general das FAA entre outras instituições (Luz & Matias, 2013).

O RPM constitui-se na principal força policial e de segurança das FAA e está na dependência direta do CEMGFA (Crístovão, 2002). O RPM integra²⁶ um 2º comandante, um Comandante Adjunto para Educação Patriótica, um Estado-Maior, 4 batalhões²⁷, uma CCS e 4 pelotões sendo um infraestruturas para o material de guerra uma cinotécnica, um pelotão Bombeiro e um pelotão sanitário (António, 2013).

3.1.3. Treino

A formação de um Militar de PM, em Angola, tem praticamente a duração de sete meses, em que os primeiros três meses são dedicados à formação base e nos restantes quatro meses é conduzida a formação específica de PM, que visa dotar esses militares de ferramentas essenciais para executar as funções de polícia no seio militar (Idem, 2013).

3.1.4. Material

Para a materialização dos objetivos diários, as unidades de PM de Angola contam com alguns dos materiais ilustradas na seguinte tabela.

²⁵ Região Militar de Cabinda, Região Militar de Luanda, Região Militar de Leste, Região Militar de Centro, Região Militar de Norte e Região Militar do Sul (Luz & Matias, 2013)

²⁶ Ver anexo B

²⁷ Batalhão de PM, batalhão de cerimónias e Honras Fúnebres militares, batalhão de instrução e batalhão de Proteção e Segurança de alta entidade (António, 2013)

Tabela 3: Lista de alguns materiais existentes nas unidades de PM de Angola

Viaturas	Armamento	Outros
Jeep Toyota Land Cruiser	Pistola Makarov 9mm	Boinas Pretas
Viaturas Unimog 1300L.	Pistola Glock 9mm	Capacetes brancos e verdes
Motas Honda CBX 750	Espingarda automática AKM34 7,62mm	Braçais PM, Cordões com apito
	Metralhadora PMK35 7,62mm	Luvas, cinturões brancos
	Lança granada de foguetes RP.36-7 40mm	Botas de cano alto
	Morteiro 60mm	Luvas de cabedal
	Lança granada GP-25 40mm	Bastão, Algemas e Cotoveleiras
		Raquetes, lanternas de sinalização

Fonte: adaptação do António (2013)

3.1.5. Interoperabilidade

Segundo a Lei nº 2/93 de 26 de março²⁸ é da competência do CEMGFA orientar e coordenar as atividades de colaboração das FAA nas tarefas que tem como fim a satisfação das necessidades básicas e melhoria da qualidade de vida das populações.

A segurança nacional é uma das principais missões do Estado Angolano, acometida à Polícia Nacional e às Forças Armadas (Sousa, 2007). Como tal, é fulcral que sejam criadas formas de cooperação entre essas duas forças, para melhor servirem a Nação Angolana.

3.2. Polícia Militar da Áustria

A República de Áustria é uma federação constituída por nove estados²⁹ (MOREIRA, 2017). A sua Polícia Militar é um corpo especial do exército federal com responsabilidades em todo o território federal, nas unidades militares e no Ministério da defesa.

A PM Austríaca passou por um processo de reestruturação recentemente³⁰, tendo sido estabelecida uma cadeia de comando funcional em todos os níveis. Passaram a ter cinco companhias de PM, distribuídas em cinco regiões militares abarcando todos os Estados do país, o que aumentou consideravelmente o seu efetivo. Além disso viu a sua designação ser alterada de "*Militärstreife*" para "*Militärpolizei*"³¹ (MDA, 2019).

²⁸ Lei n.2/93 de 26 de março: Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas. DR. I série- Nº. 12

²⁹ Viena, Vorarlberg, Tirol, Estíria, Salsburg, Alta Áustria, Baixa Áustria, Caríntia, Burgenland (Direção Geral de Comunicação e Informação Diplomática Espanhola, 2019)

³⁰ Nomeadamente abril de 2019 (MDA, 2019)

³¹ "Patrulha Militar" para "Polícia Militar"

3.2.1. Doutrina

3.2.1.1. Missão da MP da Áustria

- Garantir os recursos para desenvolver operações quer no âmbito nacional quer no âmbito multinacional;
- Estabelecer uma cooperação estreita com a Polícia Civil Austríaca;
- Constituir-se como uma força de reação rápida na Áustria.

3.2.1.2. Comando Estratégico, Operacional e Tático

Segundo o *Austrian MP Handbook* (2019), ao nível estratégico o oficial preboste da PM possui um gabinete no Ministério da Defesa de forma a prestar consultoria especializada em matéria de PM ao comandante e à sua cadeia de comando. Ao nível operacional o oficial preboste também possui um gabinete no comando das forças conjuntas com o intuito de prestar assessoria especializada à cadeia de comando operacional, e coordena as atuações da PM nas operações no âmbito da NATO. Durante as operações ou treinos de nível igual ou superior a Brigada, o comando Tático da PM é entregue ao oficial preboste.

3.2.1.3. As Funções da PM Austríaca

O Conceito Estratégico Militar Austríaco, menciona três importantes funções doutrinárias: Policiamento da força, Função de Apoio e Função policial que equivalem aos quatro papéis³² fundamentais estabelecidos na doutrina da PM na NATO (MDA, 2019).

A função de Policiamento da Força constitui-se como uma tarefa permanente da PM Austríaca, isto é, a principal atribuição desta força de PM é a execução permanente de tarefas no âmbito da manutenção da disciplina, lei e ordem no seio militar (MDN, 2019). Neste âmbito são efetuados controlo aos soldados e funcionários públicos dentro e fora das propriedades militares de forma a garantir o cumprimento das regras de conduta (Fink, 2012). Também são feitos controlos de trânsito para garantir comportamento adequado dos condutores de veículos militares. Estes controlos incluem verificações das condições técnicas das viaturas, segurança de carga, verificações de mercadorias perigosas assim como verificações do consumo de álcool e excessos de velocidade (Idem, 2012). A PM Austríaca tem a responsabilidade de policiar toda a sua FA, por intermédio das cinco unidades distribuídas nas cinco regiões funcionais (MDA, 2019).

³²Policiar a força, apoiar a força, policiar o público, apoiar o policiamento do público (NATO, 2019)

No âmbito da função de apoio à força, a PM funciona como multiplicador de potencial de combate apoiando as FA, através da realização de tarefas como controlo de circulação, proteção da força, aplicação da lei, investigação criminal, detenção, tratamento de prisioneiros de guerra, entre outras tarefas (Ministério Federal da Defesa da República da Áustria, 2019). A PM Austríaca pode apoiar as entidades do serviço militar, o Ministério de defesa e outras instituições governamentais, quando solicitado, em ambiente nacional e/ou multinacional quer em tempo de paz quer em tempo de guerra (MDA, 2019).

Segundo o *Austrian Military Policy Handbook* (2019), em caso de algumas lacunas de segurança interna resultantes das ameaças internas, em que as FSS Austríaca sentem dificuldades em fazer face por falta de meios ou por incapacidade, a PM sob disposições legais específicas e por um período de tempo limitado pode colaborar com a polícia local Austríaca em missões no âmbito da ordem pública.

O Conceito Estratégico Militar Austríaca define que dentro das três áreas funcionais a Polícia Militar desenvolve as suas múltiplas capacidades em sete tarefas principais: Proteção da Força, Aplicação da Lei, Segurança, Investigações, Tráfego e Mobilidade, Informação Militar e, por fim, Detenção e Internação (MDA, 2019). A mesma fonte revela que as sete tarefas equivalem às cinco funções³³ da Polícia Militar na NATO.

3.2.2. Organização

Com vista a policiar todo o Exército Federal Austríaco, repartidos pelos nove Estados do país, a PM organiza-se em cinco unidades de operações, de escalão companhia, distribuídas em cinco regiões funcionais³⁴. Essas companhias de PM, podem ainda integrar unidades de reserva de escalão Pelotão. Normalmente são empregues em missões internacionais que surjam a curto prazo (Ministério Federal da Defesa da República da Áustria, 2019).

Segundo o Ministério Federal da Defesa da República da Áustria (2019), a Polícia Militar está organizada em: Comando da Polícia Militar (Viena); departamento de Treino e doutrina (Viena); 1ª unidade de operação (Viena e Eisenstadt); 2ª unidade de operação sediada na capital (Graz); 3ª unidade de operação (Salzburgo, Hörsching e Innsbruck); 4ª unidade de operação (Sankt. Pölten); 5ª unidade de operação (Klagenfurt) conforme ilustra a seguinte figura.

³³Apoio à mobilidade, Segurança, Detenção, Polícia e Policiamento de Estabilização (NATO, 2019).

³⁴Cada região pode conter um ou mais estados

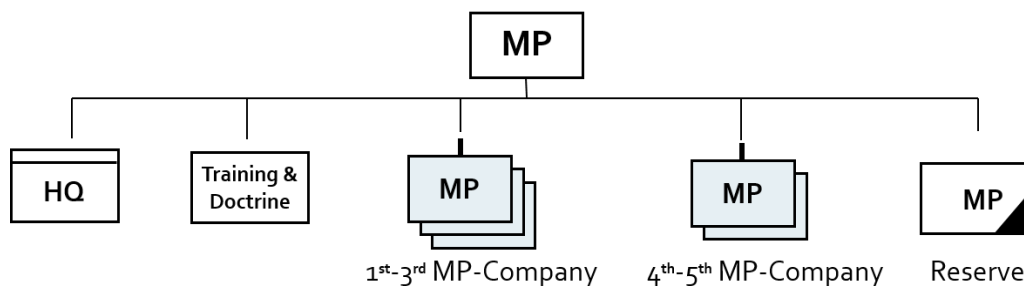


Figura 2: Estrutura da Polícia Militar Austríaco

Fonte: Austrian Military Policy Handbook (2019)

Cada Companhia de PM é composto por: Comando, secção de Operações, secção de investigação criminal (esquadra de investigação criminal, esquadra de Sniper e esquadra cinotécnica), secção de reabastecimento, três pelotões de PM e pode ainda integrar um pelotão de Reserva de PM como se pode verificar na seguinte figura.

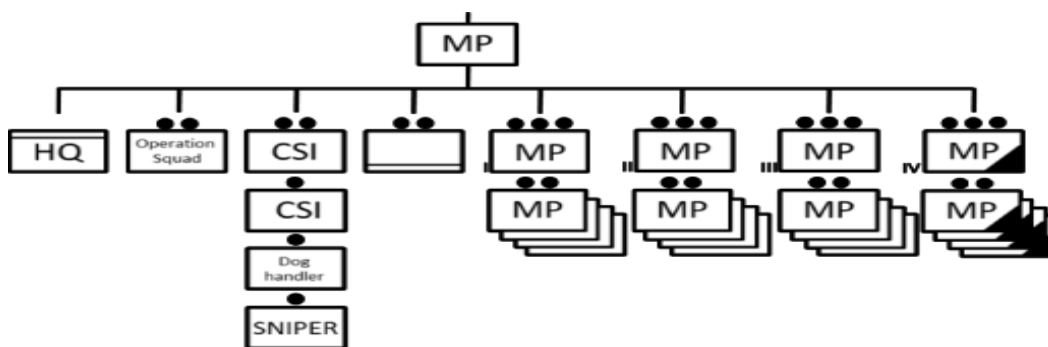


Figura 3: Organigrama de uma Companhia de PM Austríaco

Fonte: Astrian MP Handbook (2019)

3.2.3. Treino

Para poder atender as múltiplas demandas com as quais os militares da PM Austríaca são confrontados, especialmente em missões internacionais, o comando da PM procura proporcionar máximo de treino possível aos seus militares. Procurando sempre trocar experiências com outras forças de Polícia Militar estrangeiras de forma a expandir as suas capacidades operacionais (Ministério Federal da Defesa da República da Áustria, 2019). Alguns dos fóruns internacionais com vista a consecução destes objetivos são: Conferência dos Comandantes de PM na NATO, anualmente, o Pannel de PM da NATO, ocorre várias vezes ao longo do ano, as discussões técnicas trilaterais com as chefias de PM da Suíça e da Alemanha, a cooperação realizada com Alemanha, Suíça e Polónia.

Da mesma forma mantém cooperações bilaterais com objetivos de treino com países como os EUA, a Itália (Carabinieri), Suíça, Polónia e Alemanha. Em 2019, a Áustria e os EUA realizaram um exercício intitulado “*All In 2019, Training - Exercise*”, onde foram treinadas tarefas no âmbito da segurança, medidas de identificação, controlo de acesso, investigação criminal, escoltas e apoio à mobilidade, bem como emprego de cães militares³⁵.

Ao nível interno, a PM Austríaca realiza treinos conjuntos com várias forças e serviços de departamentos do Ministério do Interior, como a academia de segurança, unidades da polícia criminal federal e estadual, unidades policiais especiais, para além de outras ações de treino operacional com outras forças (Ministério Federal da Defesa da República da Áustria, 2019).

3.2.4. Material

Cumprir um amplo conjunto de tarefas requer equipamentos de qualidade e especialmente adaptados (Fink, 2012). A tabela seguinte ilustra os principais equipamentos³⁶ que as unidades da PM austríaca utilizam.

Tabela 4: Materiais da PM da Áustria

Viaturas	Armamento
<ul style="list-style-type: none"> • Veículos de patrulha (<i>soft skin</i>) para patrulhas em ambiente permissivo incluindo motociclos; • Veículos de patrulha 4x4 para patrulhas em áreas rurais; • Veículos MP blindados IVECO HUSAR e <i>Steyr PANDUR</i>; 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Glock 17</i> padrão de 9 mm incluindo laser ótico e infravermelho; • Espingarda de assalto <i>Steyr AUG - MP 5,56</i> mm incluindo IR e laser ótico; • MP 90 5,7 mm; • Lançador de granada 40 mm

Fonte: Ministério da Defesa da Áustria (MDA, 2019)

3.2.5. Infraestruturas

Os Militares da PM Austríaca dispõem das mais variadas infraestruturas para treinar, aprontar e alojar humanos e materiais, como, pavimentos para a prática de Defesa Pessoal, edifícios próprios para treinos no âmbito do combate em área urbanas, infraestruturas para alojar e treinar os cães militares, parques das viaturas, paradas militares, casernas para alojar os militares entre outras (Ministério Federal da Defesa da República da Áustria, 2019). Essas infraestruturas pertencem aos vários comandos regionais demonstrados no anexo E.

³⁵Wals (2019). *In Polícia militar exercita "Exercício de treinamento todos em 2019" no quartel de Schwarzenberg*. Acedido a 18 abril de 2020 em https://www.fmt-pictures.at/bericht.php?bericht_id=8036

³⁶ Ver anexo C

3.2.6. Interoperabilidade

Segundo o Ministério Federal da Defesa da Áustria (2019) a PM além das suas tarefas normais, de policiamento da força, são particularmente empenhados na segurança de eventos nos feriados nacionais e no apoio ao controlo da migração, em colaboração com as forças policiais. As tarefas de manutenção e reposição da ordem pública, exigem das forças de PM valências (treino, preparação e formação), idênticas às das forças policiais (Fink, 2012). É nesse sentido que o Ministério Federal da Defesa da Áustria (2019) explana que a PM mantém uma cooperação especial com organismos como: a Academia de Segurança, delegacias de polícia criminal, federal e estadual, unidades policiais especiais e com Ministério Federal de Constituição, Reformas, Desregulamentação e Justiça, no sentido de melhorar essas competências. A mesma fonte caracteriza as atuações da Polícia Militar, nesses âmbitos, como sendo rígidas, flexíveis e decisivas.

Por outro lado, a PM deste país cumpre regularmente missões internacionais, como no Kosovo e na Bósnia, o que gera relações operacionais com forças de outros países (Ministério Federal da Defesa da República da Áustria, 2019).

Desta forma, a PM Austríaca, para a consecução das suas tarefas, quer nacionais quer internacionais, tem de manter uma estreita coordenação com outras forças militares e polícias nacionais e internacionais, obrigando-a a criar mecanismos de interoperabilidade em atuações conjuntas e combinadas (Idem, 2019).

3.3. Polícia Militar de Portugal

Em Portugal, no ano de 1950 em virtude da crescente motorização do Exército surgiu a necessidade de criar uma força de Polícia Militar. Em 1953, a arma de Cavalaria, através do Regimento de Lanceiros³⁷ N°2 (RL 2), que assumiu a missão de criar um Corpo de Polícia Militar³⁸, desde então até atualidade o RL2 continua a ser o principal órgão de formação, treino e aprontamento das forças de PE (EPC, 2000). Nesse regimento encontra-se a maior unidade de PE do país, o Grupo de Polícia do Exército (GPE). Para além do GPE existem unidades de PE de escalão pelotão nas três Brigadas, nas zonas militares de Madeira e Açores, no Estado-Maior do Exército (EME) e no Presídio Militar que complementam todos

³⁷O RL2 sofreu sucessivas alterações na sua designação, até que em 1993 volta a designação de RL2 que perdura até os dias de hoje (EPC, 2000)

³⁸ Em 01 de fevereiro de 1976 por despacho de CEME a Polícia Militar passa a designar-se Polícia do Exército

os outros meios de que os comandantes dispõem para a manutenção da ordem e disciplina militar (EPC, 2000).

Portugal por fazer parte da NATO e de acordo com o consagrado na publicação de Doutrina Militar 01 do EMGFA, além de criar a sua doutrina pode também assumir a doutrina NATO como Doutrina Nacional através do processo nacional de ratificação da mesma. Desta forma, as principais publicações NATO que Portugal adotou como sendo doutrina nacional da PE através da ratificação são: AJP 3-21³⁹ *Allied Joint Doctrine for Military Police*, AJP 3-22⁴⁰ *Allied Joint Doctrine for Stability Policing* e ATP 3-7.2⁴¹ *NATO Military Policy Doctrine and Procedures*. Esses documentos introduziram novos conceitos que preencheram algumas lacunas na doutrina Portuguesa.

3.3.1. Doutrina

A PE é uma organização flexível de economia de força, que devido à sua versatilidade consegue cumprir uma grande panóplia de missões de apoio, o que a permite adaptar a qualquer missão ou ambiente (EPC, 2009). Funciona como multiplicador de combate apoiando o comandante, tanto como um elemento de combate e apoio de combate ou como elemento de apoio de serviços. Garante apoio operacional ao combate do Exército e quando necessário empenha-se no combate em função da sua grande mobilidade, flexibilidade de emprego e grande capacidade de articulação (Idem, 2009). A PE para além das suas missões normais, podem lhe ser atribuídas outras missões, visto que “serve de complemento a todos os outros meios de que o comandante disponha para o desempenho das suas atribuições e é, simultaneamente, mais um meio posto à sua disposição” (EPC, 2009, p. 1-01).

3.3.1.1. Atribuições Gerais da PE

Auxiliar o comandante de quem depende na proteção de propriedade pública e particular e na manutenção de ordem e de disciplina militar, podendo ainda desempenhar outras missões de acordo com as diretivas do respetivo Comando (MDN, 2009).

3.3.1.2 Atribuições em Tempo de Paz

Segundo a DP 8-07-2 Polícia do Exército (2009, pp 1-01) são atribuições da PE em tempo de paz: Manter a ordem entre os componentes do Exército e fazer cumprir as leis e

³⁹ Foi promulgada em fevereiro de 2019

⁴⁰ Associado ao Stanag 2616 e apresenta a doutrina conjunto da Aliança referente ao policiamento em operações de estabilização (Revista da Cavalaria, 2019)

⁴¹ Portugal adotou através da aceitação do Stanag 2226

regulamentos militares; Proteger o pessoal militar e os civis de qualquer excesso ou violência; Deter os militares ausentes sem licença ou cuja situação não esteja definida; Fazer cumprir os regulamentos sobre uniformes; Quando for determinado superiormente, cooperar com as autoridades locais e com a Cruz Vermelha, ou outras organizações civis de socorros, em caso de desastres ou outras emergências graves; e Reprimir e dispersar motins.

Segundo o AJP 3-21 (2019) a PE executa as suas missões em torno de cinco áreas distintas, sendo elas: Apoio à mobilidade, Segurança, Detenção, Polícia e Policiamento de Estabilização.

As tarefas executadas no âmbito do apoio à mobilidade visam garantir maior liberdade de movimento á força de combate, isto é, permitem que as forças de combate estejam focadas apenas na ação decisiva e na força opositora estando no local certo, na hora certa e na ordem certa, para criar o efeito tático certo. As atividades no âmbito de Segurança têm como objetivo de garantir a proteção da força, proporcionando um ambiente seguro. A função Detenção tem o intuito de garantir o correto⁴² manuseio e o processamento de pessoas capturadas, internadas ou detidas (NATO, 2014). As atividades de cariz Policial visam preservar as capacidades operacionais de um comandante e manter boa ordem e disciplina e prevenir os crimes. Por fim, foi criada a função de Policiamento de Estabilização que, em operações de Estabilização, visam combater possíveis ameaças e garantir a segurança à população local. O policiamento de estabilização preenche um vazio no estabelecimento e manutenção de um ambiente seguro, tendo como foco contribuir para a restauração e/ou manutenção da ordem e segurança pública, o Estado de Direito e a proteção dos direitos humanos (NATO, 2019).

Para garantir os efeitos supramencionados a PE executa as seguintes missões e tarefas:

Tabela 2: Funções da PE

Áreas	Atividades
Apoio à mobilidade	Planeamento de movimento; Controlo de movimentos; Movimento de Segurança;
Segurança	Segurança de área, segurança física e segurança do pessoal; Controlo de multidões e tumultos; Escolta de comboios e segurança de carga especial;

⁴²De acordo com as leis de direitos humanos, leis nacionais e tendo sempre em conta as regras de empenhamento (NATO, 2019)

	Proteção; Cíber segurança; Segurança da informação
Detenção	Planeamento de detenção; Supervisão e Garantia de Detenção; Prisão e atividades de detenção; Pessoal Capturado;
Polícia	Aplicação da lei; Investigação Criminal; Atividades de confinamento; Investigações de tráfico; Crimes de guerra e violações de investigações de direito internacional; Combate ao terrorismo; Ligação; Cães de Patrulha; Exploração técnica.
Policiamento de Estabilização	Segurança e controle; Apoio à reforma do setor de segurança; Apoio à restauração inicial de serviços; Apoio às tarefas iniciais de governação

Fonte: Adaptado do AJP 3-21 (2019)

3.3.1.4. Missão do Grupo da PE

De acordo com Quadro Orgânico (QO) nº 09.07.07 (Ministério da Defesa Nacional [MDN], 2015), o Grupo de Polícia do Exército (GPE) constitui-se como a principal unidade de PE do país estando sediado na Amadora, integrando o RL2. Esse regimento é a unidade militar responsável por aprontar o GPE. Segundo o mesmo QO, a missão do referido grupo é “O Grupo de Polícia do Exército (GPE) prepara-se para executar operações em todo o espectro das operações militares, no âmbito nacional ou internacional, de acordo com a sua natureza” (MDN, 2015, p. 3).

3.3.1.5. Possibilidades do GPE

Tendo em conta a natureza do GPE e segundo o seu QO (MDN, 2015), essa unidade militar encontra-se capacitada para: Conduzir, em todo o espectro de operações militares, atividades de polícia militar nomeadamente: Planeamento e controlo de movimentos; Segurança de área, segurança próxima e segurança física; Proteção pessoal; Controlo de refugiados e transviados; Manutenção da disciplina e ordem; Controlo de tumultos; e Emprego de equipas cinotécnicas, no âmbito da deteção de explosivos e de estupefacientes, da busca e salvamento e do uso da força; Prevenção criminal; Executar, no âmbito do Exército, as atividades de polícia militar, previstas em lei e de acordo com as normas e

instruções técnicas definidas pelo Comandante da Polícia do Exército; Constituir-se como unidade preferencial para a prestação de honras militares; Colaborar em ações de apoio ao desenvolvimento e bem-estar da população, conforme lhe for determinado; Participar em projetos de cooperação técnico-militar, no âmbito da sua tipologia de força, conforme definido superiormente; e Cumprir outras missões ou realizar outras tarefas que lhes sejam cometidas superiormente (MDN, 2015).

3.3.2. Organização

As forças de PE integram as Forças de Apoio Geral, tendo o principal propósito de “Ajudar a cumprir”. Como supramencionado, por tradição a especialidade PE é entregue a arma de cavalaria, contudo as unidades de PE apoiam os comandantes de todo o país e de todo teatro de operações estando integrados tanto na estrutura territorial como na estrutura operacional (EPC, 2009). Em cada Companhia de Comando e Serviços das Brigadas⁴³ encontra-se um pelotão PE com missões operacionais. Além disso, nas Zonas Militares da Madeira e dos Açores existe um Pelotão PE, em cada um, bem como no Presídio Militar e no Estado-Maior do Exército.

O GPE para cumprir as missões e estar preparado para fazer face aos desafios que surjam tem a seguinte estrutura: Comando, Estado-Maior, dois Esquadrões de PE e um Pelotão de Apoio⁴⁴ (MDN, 2015).

3.3.3. Treino

Na PE, como em qualquer força militar, são estabelecidos Planos de Treino Operacional com vista a manutenção da prontidão da força em questão. Esses treinos operacionais visam dotar e aperfeiçoar os militares destacados com os índices psíquicos, físicos, técnicos e táticos, imprescindíveis ao cumprimento da missão (MDN, 2019). Como tal, são efetuados treinos orientados para a missão tendo em conta as diferentes áreas de atividade da Polícia do Exército, os tipos de ameaça mais prováveis, as Técnicas, Táticas e Procedimentos da Força (TTP), a especificidade dos equipamentos a utilizar, os procedimentos e técnicas de segurança perante engenhos explosivos e os procedimentos NBQ (MDN, 2019).

⁴³ Brigada Mecanizada; Brigada de Intervenção e Brigada de Reação Rápida

⁴⁴Ver anexo E

3.3.4. Material

Para a obtenção do seu máximo potencial uma força deve dispor de materiais, equipamentos, sobressalentes e tecnologia necessários e adequadas correspondendo aos desafios atuais dessa U/E/O (Kolesár, 2018). O Grupo de PE dispõe das mais variadas tipologias, de equipamentos⁴⁵ que proporcionam aos seus militares, ferramentas para a obtenção do êxito nas suas missões diárias.

3.3.5. Infraestruturas

As Infraestruturas do Grupo PE pertencem ao Regimento de Lanceiros Nº2 e integram: Edifício Comando, Casernas para os 1º e 2º Esquadrões e Pelotão de Apoio, infraestruturas para alojar e treinar os cães e parques para viaturas e motocicletas⁴⁶.

3.3.6. Interoperabilidade

O apoio da PM nas operações da NATO é sempre conduzido num ambiente multinacional, com contribuições dos vários países membros, tornando fundamental uma estreita cooperação entre as Polícias Militares dos países da Aliança nessas missões. A NATO através *NATO's Minimum Capability Requirements Parts II - Capability Codes and Capability Statements*, define os requisitos de PM dos países aliados (MDN, 2015).

Como tal, segundo a NATO o GPE deverá estar capacitado principalmente para: Comandar, controlar e integrar até cinco forças multinacionais de polícia militar de escalão companhia; Estabelecer procedimentos e empregar técnicas especializadas de polícia militar, de acordo com o teatro de operações; Planear e organizar atividades de polícia militar multinacionais que permitam responder, em tempo, às necessidades do comandante apoiado e possibilitem uma rápida reorganização das suas forças para garantir apoio de combate ao seu escalão superior; Estabelecer uma Secção Preboste ou garantir o cargo de Oficial Preboste num Quartel-General, para assessorar comandantes, de nível operacional e tático, em assuntos relacionados com atividades de polícia, civil e militar; e Implementar medidas para minimizar as vulnerabilidades de um cyber ataque, para manter uma continuidade aceitável das operações durante um ataque e para restaurar a total operacionalidade após um ataque (Idem, 2015).

⁴⁵ Ver anexo F

⁴⁶ Ver anexo G

CAPÍTULO IV – METODOLOGIA / MÉTODOS E MATERIAIS

Nota Introdutória

Tendo em conta que este trabalho se trata de uma investigação científica⁴⁷, torna-se fulcral apresentar a sua metodologia, isto é, a sua linha orientadora, a descrição de todos os processos e das opções adotadas nas diferentes fases, com o intuito de obter o melhor resultado possível (Sarmiento, 2013). “As metodologias enformam e aferem os métodos”(Rosado, 2015, p. 77). Os Métodos são um conjunto de técnicas que determinam o sentido orientador de uma investigação (Santos et al., 2019). A técnica por sua vez “é a parte respeitante aos instrumentos de recolha de dados, que conferem a operacionalidade ao método” (Carvalho, 2009 citado em IUM, 2016, p. 26), isto é, as técnicas resumem-se nas etapas práticas. Deste modo, Provdanov & Freitas (2013, p. 14) explicam que “a metodologia examina, descreve e avalia métodos e técnicas de pesquisa que possibilitam a coleta e o processamento de informações, visando ao encaminhamento e à resolução de problemas e/ou questões de investigação”.

Sendo assim, pretende-se, neste capítulo, apresentar todo o percurso da investigação com o propósito de demonstrar os procedimentos metodológicos adotados justificando as várias opções tomadas nas várias etapas (IUM 2016).

4.1. Tipo de Abordagem

Em função da natureza do problema a investigar, serão sempre adotadas uma determinada estratégia de investigação, isto é, o tipo de abordagem de forma a obter melhores resultados possíveis (Santos et al., 2019). “As estratégias de investigação podem assumir-se como abordagens do tipo quantitativo, qualitativo ou misto”(IUM, 2016, p. 27). O tipo de abordagem utilizada na pesquisa dependerá dos interesses do autor/pesquisador e do tipo de estudo que ele desenvolverá (Provdanov & Freitas, 2013). Na abordagem qualitativa o investigador revela-se como sendo um “elemento chave para a sua consecução, na medida em que a interpretação dos fenómenos sociais e a atribuição dos respetivos significados é feita a partir de padrões encontrados nos dados” (IUM 2016, p. 29).

⁴⁷Investigações pautadas pelo rigor, pela sistematização e adequação ao objeto de estudo, garantindo o cumprimento dos mais elementares critérios de cientificidade (Rosado, 2015).

Assim sendo, para o presente trabalho optamos por realizar uma abordagem qualitativa onde a entrevista e a análise documental serão as principais fontes de recolha de dados. Foram realizados para o efeito doze entrevistas.

O presente trabalho desenvolveu-se em três fases fundamentais (fase exploratória, analítica e na fase conclusiva), conforme Sarmiento (2008) indica. Após a identificação da temática a investigar, foram efetuadas algumas pesquisas exploratórias e algumas entrevistas exploratórias informais a alguns oficiais, Cabo-Verdianos e Portugueses, com o intuito de definir o problema, levantar as questões da investigação e determinar os objetivos da mesma (Sarmiento, 2008). Nesta fase exploratória foram recolhidas informações relevantes da PM em diretivas, despachos, decretos-lei, leis, artigos científicos, livros e em dissertações de mestrado. Foram definidos modelos de PM estrangeiros a analisar, já mencionados, assim como a população alvo.

Já na segunda fase da investigação, fase analítica, iniciou-se com a definição da metodologia da investigação analítica do trabalho campo. De seguida procedeu-se a recolha de informações por intermédio de entrevistas e por fim, esta fase culmina com interpretação, análise e discussão dos dados das entrevistas. A análise das entrevistas realizou-se de forma qualitativa com recurso à análise SWOT⁴⁸.

Por fim, na fase conclusiva foram apresentadas as conclusões desta investigação respondendo às questões levantadas. Também nessa fase foram feitas algumas recomendações e sugestões para investigações futuras.

4.2. Modelo de Análise

No processo de investigação, na sequência da revisão de literatura, tendo obtidos os elementos necessários para o estudo, quer ao nível conceptual quer ao nível metodológico, surge a necessidade de definir um elemento central que condiciona todo o procedimento metodológico, isto é, o modelo de análise (Santos et al., 2019). Esta etapa do processo de investigação constitui-se a charneira entre a problemática fixada e o trabalho de elucidação sobre um campo de análise restrito e preciso (IUM 2016). O modelo de análise especifica o que se vai procurar e o que se pretende alcançar (Marconi & Lakatos, 2003). A problemática fixada dita o que se vai a procura. O que se pretende alcançar neste trabalho deriva da íntima relação entre as questões levantadas e os objetivos determinados ilustrada na seguinte tabela.

⁴⁸ *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats* (Silva, Silva, Barbosa, Henrique, & Baptista, 2011)

Tabela 5: Questões levantadas VS Objetivos determinados

OBJETIVO GERAL	PERGUNTA DE PARTIDA	TITULO
Apresentar linhas de orientação que permitem melhorar as capacidades da PM de Cabo Verde	De que forma pode se melhorar a capacidade da Polícia Militar de Cabo Verde?	Polícia Militar de Cabo verde: Incremento de Capacidade
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	PERGUNTAS DERIVADAS	
OE1: Avaliar a capacidade atual da Polícia Militar Cabo-Verdiana com base nos vetores de desenvolvimento Doutrina, Organização, Treino, Material, Infraestruturas e Interoperabilidade.	PP1: Quais as capacidades atuais da Polícia Militar de Cabo Verde à luz da sua Doutrina, Organização, Treino, Material, Infraestruturas e Interoperabilidade?	CAPÍTULO II
OE2: Analisar os modelos da Polícia Militar de Angola, Áustria e Portugal à luz dos vetores de desenvolvimento Doutrina, Organização, Treino, Material, Infraestruturas e Interoperabilidade.	PP2: Como se caracterizam as Polícias Militares de Angola, Áustria e Portugal à luz da sua Doutrina, Organização, Treino, Material, Infraestruturas e Interoperabilidade?	CAPÍTULO III
OE3: Criar um modelo de Polícia Militar Baseado em ideias chaves dos Modelos de Angola, Áustria e Portugal	PP3: Que modelo se adequa melhor para Cabo Verde?	CAPÍTULO V CONCLUSÕES

Fonte: Elaboração própria

O objetivo da investigação torna explícito o problema de investigação e centra a investigação, de forma a estruturar o projeto adstrito e delimitar o estudo (Rosado, 2015), conduzindo a construção de uma estrutura concetual⁴⁹, que identifica a perspectiva de análise a seguir, e suporta o modelo de análise⁵⁰ a adotar (Santos et al., 2019).

A construção do guião de entrevista teve por base os indicadores criados no modelo de análise, que retratam as seis dimensões abordados que se resumem nos VD em estudo.

4.3. Método Científico

Para que a investigação científica atinja os objetivos definidos, é necessário determinar um método científico que, segundo Provdanov & Freitas (2013), revela-se como um caminho para chegar a um determinado fim. Na perspectiva de Marconi e Lakatos (2003, p. 83), o “método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo, conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”.

⁴⁹ver apêndice B

⁵⁰ver apêndice A

Desta forma, o método científico assegura ao investigador as ferramentas para a investigação, onde discrimina a forma como vai proceder para a persecução dos objetivos.

Tendo em conta que o objetivo deste trabalho de investigação é criar um modelo de PM, baseando em ideias chave de modelos já referidos e nas ideias chaves provenientes das entrevistas. Consideramos que o método que se adequa mais a esse trabalho é o método dedutivo, que “baseia-se num raciocínio racional e lógico” (Sarmiento 2013, pp. 8-9), que “parte da lei geral para o particular” (Santos et al., 2019, p. 19). Esse método procura, por intermédio de uma cadeia de raciocínio em ordem descendente construir outro raciocínio derivando diretamente dos anteriores, ou seja, a partir de duas premissas, retirar uma terceira logicamente decorrente das duas primeiras (Provdanov & Freitas, 2013).

4.4 Técnicas de Recolha de Dados

A recolha de dados assume-se como sendo fundamental durante o processo da investigação. Para atingirmos os objetivos de uma investigação podemos utilizar como instrumentos científicos, a observação direta, entrevistas, inquéritos, análise documental e procedimentos especiais e particulares (Sarmiento, 2013). Neste trabalho de investigação utilizamos como instrumento científico a análise documental⁵¹e pesquisa bibliográfica⁵². Foram feitas análise documental em diretivas, despachos, decretos-lei, leis. A pesquisa bibliográfica foi realizada em artigos científicos, livros e em dissertações de mestrados.

Ainda utilizámos como técnica de recolha de dados, a entrevista que segundo Marconi & Lakatos (2003), é um instrumento por excelência de investigação. Trata-se de um “recurso importante para o investigador pois é, em certas áreas ou domínios, um fortíssimo instrumento de recolha de informação” (IUM, 2016, p. 84). As entrevistas podem ser estruturadas, semiestruturadas ou não estruturadas (Sarmiento, 2008). A entrevista estruturada ocorre quando o entrevistador recorre a um guião previamente elaborado, retratando apenas aos conteúdos contidos nesse guião (Provdanov & Freitas, 2013), na entrevista semiestruturada, o entrevistado responde as questões do guião mas também pode abordar outros assuntos relacionados, e por fim na entrevista não estruturada “não existe um guião, e na qual o entrevistador ouve muito mais de que fala”(IUM, 2016, p. 30).

⁵¹Elaborada a partir de documentos que foram produzidos com finalidades diversas e não receberam tratamento analítico. Geralmente são documentos internos, de acesso restrito vinculado a uma organização/instituição (Neto, 2017)

⁵² Elaborada a partir de material já publicado que passou por tratamento analítico (Idem, 2017)

Para o presente trabalho efetuaram-se entrevistas semiestruturadas e não estruturadas, sendo que a entrevista não estruturada⁵³ foi feita ao Coronel de Cavalaria José Túlio Marques da Silva⁵⁴. E as entrevistas semiestruturadas foram feitas a onze oficiais Cabo-Verdianos. Para tal, elaborou-se um Guião de Entrevista⁵⁵ constituído por treze questões. As questões foram elaboradas tendo em conta o modelo de análise, que dita o que se procura (Marconi & Lakatos, 2003). Para cada VD foi elaborado no mínimo duas questões, sendo que a questão número dois⁵⁶ do VD Doutrina, visa principalmente obter respostas para a construção da matriz de análise SWOT. Foi enviado para os oficiais, inicialmente uma Carta de Apresentação⁵⁷ na qual especifica a apresentação do investigador, os objetivos pretendidos com a investigação, bem como a declaração de consentimento⁵⁸.

4.5. Amostragem: composição e justificação

Na pesquisa qualitativa, a seleção dos entrevistados é fundamental e influenciam diretamente nos dados recolhidas constituindo-se como uma tarefa crítica (Saraiva, Schwedler, & Fernandes, 2018). Na impossibilidade de considerar todo o universo⁵⁹ de estudo, tendo em conta o número de oficiais de PM de Cabo-Verdianos e a quantidade de oficiais Portugueses que já tiveram contacto com a PM Cabo-Verdiana em comparação do tempo estabelecido para a realização desta investigação. Por isso surgiu “a necessidade de definir uma população alvo que é aquela que retém, de entre a diversidade de características de um dado universo, as que são essenciais ao estudo a realizar, isto é, as que se relacionam com os conceitos e com as variáveis a estudar” (IUM 2016, p. 26). Como nem todos os elementos da população alvo⁶⁰ são acessíveis (Marconi & Lakatos, 2003). Surge então a necessidade de formularmos a nossa população acessível⁶¹. Tendo em conta que só vamos

⁵³Ver apêndice G

⁵⁴O Coronel de Cavalaria Marques da Silva no âmbito da cooperação Técnico-Militar Luso-Cabo-verdiana, integrou o projeto 3 - Polícia Militar que tinha como objetivo principal apoiar a organização e criação de Unidades de PM em Cabo Verde. Tendo finalizado o projeto 3 com uma proposta para a reorganização da PM, nesse contributo, materializado por um quadro orgânico, teve a participação de um oficial Cabo-verdiano, na altura comandante da CPM da 3ªRM Capitão Manuel Nunes (E8)

⁵⁵ Ver apêndice F

⁵⁶ Pergunta sobre as vulnerabilidades, potencialidades e perspetivas de futuro da PM apresentadas nas alíneas a), b) e c) respetivamente

⁵⁷ Ver apêndice C

⁵⁸ Ver apêndice D

⁵⁹ Universo de estudo, também conhecido como população, é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum (Marconi & Lakatos, 2003).

⁶⁰População Alvo é o conjunto de elementos que reúnem determinadas características comuns e que o investigador pretende estudar e a partir do qual deseja fazer generalizações (IUM, 2016, p. 65)

⁶¹População acessível refere-se ao conjunto de elementos a que, de facto e por razões de vária ordem, poderemos chegar, de modo a recolher os dados para o nosso estudo (Marconi & Lakatos, 2003)

estudar uma porção da população, a população acessível, é levantada conseqüentemente uma amostra. As características da amostra “se assemelham o mais possível às da população alvo (...) é importante que a amostra represente não só as variáveis em estudo, mas também outros fatores suscetíveis de exercer alguma influência sobre as variáveis estudadas” (Fortin, 2003 citado em IUM, 2016, p. 66).

Deste modo, para esta investigação fazem parte do universo todos os oficiais Cabo-Verdianos de PM com alguma experiência no âmbito PM, os oficiais da estrutura superior das FA e alguns oficiais Portugueses que prestaram assessorias aos comandantes das CPM. Sendo assim, fazem parte da população alvo os oficiais de PM, da estrutura Superior das FA e os oficiais Portugueses que disponibilizaram para conceder as entrevistas. Por fim, fazem parte da amostra⁶² o oficial Superior português que se disponibilizou para ser entrevistado, e os oficiais Cabo-Verdianos que responderam ao guião de entrevista, nomeadamente:

Oficiais da estrutura superior das FACV: Antigo CEMFA Sua Ex^a Brigadeiro General Antero Matos, Comandante da Guarda Nacional Coronel Mário Furtado, Juiz Presidente do Tribunal Militar de Instância Coronel António Rocha, antigo comandante da 1^aRM Tenente-Coronel na reforma Amílcar Pires, Ex Diretor Nacional da Defesa Tenente-Coronel na reforma Paulo Lopes.

Com o intuito de angariar informações mais recentes e atualizadas dos eventuais problemas e das dificuldades sentidas pelos atuais militares dessas companhias, fazem parte da amostra, os atuais comandantes e os recentes Ex comandantes das CPM. Especificamente o Capitão Nilton Barros⁶³, ao Capitão Rui Fortes⁶⁴, o Capitão Manuel Nunes, o 1^o Tenente Marco Almeida, o 1^o Tenente Odair Cruz, o 1^o Tenente Adilson Lopes.

E por fim, faz parte da amostra o Coronel de cavalaria José Túlio Marques da Silva.

⁶²Ver Apêndice E

⁶³Comandou Pelotão de PM e deu instrução na Especialidade de PM

⁶⁴Dirige o Centro de Instrução Militar

CAPÍTULO V- RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nota Introdutória

Neste capítulo, são apresentados, analisados e discutidos os principais dados recolhidos nas entrevistas realizadas. A análise de dados é um passo importante na pesquisa qualitativa e sua aplicação tem um grande impacto nos resultados (Mayer, 2015 citado em Saraiva, Schwedler, & Fernandes, 2018). Procedeu-se à análise qualitativa dos dados obtidos nas entrevistas confrontando-a com a pesquisa documental realizada em alguns trabalhos como Silva (2014) e Landim (2011), em alguns artigos como Matos (2012) e Borges (2013) e em alguns documentos oficiais como o CESDN (MDN, 2011) e no programa eleitoral do atual Governo (RCV, 2016).

Depois de apresentar e analisar os principais resultados, será feita a análise SWOT a partir de uma matriz SWOT⁶⁵ com o intuito de identificar as forças e fraquezas internas da PM de CV e analisar as oportunidades e ameaças reveladas na análise do ambiente externo.

5.1 Apresentação e análise dos Resultados

Aqui são apresentados os resultados obtidos nas entrevistas feitas, a partir do Guião de Entrevista (ver apêndice D), aos entrevistados devidamente codificados (ver apêndice C). Após efetuar uma leitura reflexiva das entrevistas, que é fundamental para uma boa análise de dados (Sarmiento, 2013), foram feitas análises das questões por vetores de desenvolvimento, relacionando-as com a pesquisa documental feita nos capítulos anteriores. Também foram apresentados e analisados os dados da entrevista não estruturada realizada.

5.1.1 DOCTRINA

As três primeiras questões do guião de entrevista dizem respeito à doutrina, sendo que a segunda foi elaborada tendo em vista a construção da matriz SWOT, como tal não será analisada neste subcapítulo. Um dos grandes problemas das FACV, segundo Ex CEMFA S. Ex^a Brigadeiro General Antero Matos (E1), é o “estabelecimento de uma doutrina própria

⁶⁵“A análise da Matriz SWOT é uma ferramenta essencial para uma organização, pois é através dela que a empresa consegue ter uma visão clara e objetiva sobre quais são suas forças e fraquezas no ambiente interno e suas oportunidades e ameaças no ambiente externo, dessa forma com essa análise os gerentes conseguem elaborar estratégias para obter vantagem competitiva e melhor o desempenho organizacional” (Silva, Silva, Barbosa, Henrique, & Baptista, 2011, p. 3)

que derive das suas necessidades específicas tendo, no entanto, como pano de fundo tudo o que foi produzido pela ciência militar”. Esta situação deve-se à pequena dimensão das FACV aliada à ausência de instituições próprias de análise, pesquisa e formação, o que não têm facilitado a tarefa de produção da doutrina. Face a esta adversidade, a solução encontrada para colmatar esta escassez de normas foi a adaptação da doutrina de PE Portuguesa, país que forma alguns quadros das FACV e que prestou assessoria na criação das unidades de PM (E1, E7 e E9). Da análise realizada à Polícia do Exército Português no capítulo 3, nota-se claramente que é uma força de natureza diferente e concebida para missões diferentes. Daí a totalidade dos entrevistados referirem que há ainda muito a fazer no campo doutrinário para padronizar as atuações do Corpo da PM e dentro do possível, harmonizar essas atuações com as demais forças policiais, conforme prevê o CSDSN (2011).

Algumas das lacunas doutrinárias apontadas pelos entrevistados prendem-se com o facto da inexistência de um conceito estratégico militar, falta de articulação, a nível de companhia, dos vários pelotões nos diversos espectros de conflito, com enfoque para a alta intensidade, pouca preparação para o policiamento urbano, inexistência de módulos exclusivos de emprego da PM na ordem pública. Deste modo, existe uma necessidade premente de rever toda a questão doutrinária da PM, que estão desfasados da conjuntura atual. Devendo-se elaborar a doutrina nacional tendo em consideração a realidade do país, e considerando as novas ameaças e desafios que são impostos às companhias de PM de modo a definir o modelo que melhor se adequa às FA que se quer.

A atuação da PM na segurança pública é subsidiária à atuação da PN que é a entidade competente e vocacionada para o efeito. Como tal, a atuação da PM na segurança Pública, só ocorre em circunstâncias extraordinárias e com uma limitação temporal e espacial (E1). Os entrevistados confirmam que ao longo dos anos a PM tem contribuído para a ordem pública com meios humanos e materiais, coadjuvando ou complementando as FSS como previsto no CEDSN (MDN, 2011). As tarefas desenvolvidas neste âmbito, apontado pelos mesmos e segundo Matos (2012), materializam-se em segurança física de atividades; patrulhamento urbano; segurança de altas entidades; controlo de tráfego e, em alguns casos, condução de altas entidades: segurança física de perímetros de locais sensíveis, tais como Tribunais, Zonas de apreensão de drogas, em coordenação com a Polícia Judiciária e também no patrulhamento de zonas urbanas, em especial, os pontos críticos e estratégicos para a Defesa Nacional. De uma forma unânime os entrevistados reiteram que estas missões da PM

só se realizam perante solicitações das FSS, assim como definido na Lei nº 89/VI/2006⁶⁶, e mediante um Plano conjunto de atuação.

O exposto na alínea b) do n.º 2 da CRCV a PM “atua em colaboração com as autoridades policiais e outras competentes”, segundo E9, veio dar o amparo legal à PM para atuar na segurança pública e “obrigar as corporações a se articularem e a coordenarem durante as missões” (E5). Como tal, de uma forma geral, os entrevistados defendem que este artigo não subordinam os militares do corpo da PM as forças de segurança. Silva (2014, p. 41) refere-se a “dependência funcional”, assim como alguns dos entrevistados “aceito que se possa dizer que existe uma subordinação operacional (...) o que não significa a subordinação completa de parte das FA a uma força de segurança” (E1).

De uma forma unânime, os entrevistados avaliam a colaboração da PM na segurança pública como sendo positiva, sendo que E3 alega ainda que até a própria população avalia esta colaboração “como sendo de elevado qualidade” como referido no artigo pelo Matos (2012) e no estudo do Landim (2011). No entanto, a generalidade dos oficiais entrevistados advertem para a forma como é feita essa colaboração. Isto é, “o modelo de colaboração adotado não seria o mais funcional” (E6), “há muito trabalho a fazer, em matéria de instrução, treino operacional, elaboração e aprovação de ROE⁶⁷s e demais legislação que proteja os militares enquanto cumprem missões de segurança interna” (E3), nomeadamente “deve ser melhorada (...) a da coordenação e articulação” (E11). O entrevistado (E4) salienta ainda que se perdeu a essência da colaboração quando foram feitas equipas de patrulhas mistas PN/PM onde “não funcionaram e nem podiam, pois não houve nenhum treino conjunto e o Comando e Controlo não chegou a ser materializado, ou seja, o termo “sob responsabilidade desta” previsto na Constituição não ficou claro para as equipas mistas no terreno”. Com o mesmo ponto de vista encontra-se o entrevistado E6 que acrescenta que “formaram uma parilha de PM e PN, sob o comando da PN, (...) a PM perdeu completamente a sua cadeia de comando (...) não é isso que se pretende e nem é isso que narra a constituição, quando dita sob a responsabilidade desta”. Essas questões identificadas pelos entrevistados põem em causa o objetivo do atual governo em “Promover, junto da sociedade cabo-verdiana as Forças Armadas como instituição fundamental do Estado de direito democrático e organização de referência, disciplinada, eficaz e eficiente” (RCV, 2016, p. 29).

⁶⁶ Lei nº 89/VI/2006, de 12 de janeiro: Regime Geral das Forças Armadas

⁶⁷ Regras de empenhamento

A título conclusão, os entrevistados defendem a ideia proposta no plano eleitoral (RCV, 2016) que dita que a colaboração da PM na segurança interna é útil e necessária, assim como previsto na CEDSN (2011) e defendido por Matos (2012), Landim (2011) e Borges (2013). Esta colaboração tem se tornado cada vez mais presente face ao clima de terror e sensação de insegurança sentido pela população (Almeida, 2019), tendo em conta que o nível da ameaça se mostra manifestamente desproporcional face às capacidades das FSS (Matos, 2012). Contudo, os entrevistados assim como o Presidente da República, referido por Almeida (2019), reiteram a importância de reforçar as capacidades da PM, instruindo e equipando-a de forma a corresponder ao que dela se espera (Matos, 2012). Na segurança interna é preciso ter presente a legislação penal nacional, de forma a garantir a conservação dos direitos, das liberdades e das garantias dos cidadãos (E1; Silva, 2014), e a PM não tem tido formação especializado nesse sentido. Torna-se assim necessário e fundamental a inclusão de módulos exclusivos do emprego da PM na ordem pública de forma a proporcionar aos seus militares, ferramentas essenciais para essas atuações, protegendo-os e prevenindo a instituição castrense, de situações embaraçosas e desprestigiadas.

5.1.2 ORGANIZAÇÃO

As questões Q4 e a Q5⁶⁸ do guião visam a obtenção de dados referentes ao VD organização que serão apresentados aqui neste subcapítulo.

No Capítulo 2, baseado nos respetivos quadros orgânicos, vimos que as companhias de PM do corpo da PM, de uma forma geral, são constituídos por três pelotões, um dedicado à Patrulha e Reconhecimento e dois dedicados à Segurança física. Na CPM da 3ªRM, além desses três pelotões, existe mais um pelotão de Controlo de Tumultos⁶⁹. Nessas CPM, embora existirem três pelotões diferentes, com missões diferentes, a formação base de um Militar da PM é geral, isto é, “todos seguem os mesmos programas de instruções” (E8). Entretanto, os militares que integrarão o pelotão de controlo de tumultos, recebem formação específica nas suas unidades após serem colocados.

Os Entrevistados E2, E3, E9 e E11 consideram a formação geral como uma mais valia, na medida em que todos os militares dessa especialidade podem integrar-se em

⁶⁸Ver apêndice G

⁶⁹Segundo os entrevistados E8, E9 e E10 na CPM da 2ªRM já existe um pelotão de Controlo Tumulto. Sendo assim essa CPM ficou com um pelotão de Patrulha e Reconhecimento, um pelotão de Segurança física e um pelotão de Controlo Tumulto.

qualquer pelotão de segurança física e de Patrulha e reconhecimento, sem nenhum constrangimento.

O entrevistado E5 explicita que a formação dos militares da CPM, se divide em duas fases. Uma primeira, mais geral, ministrada durante o recrutamento, e uma segunda, complementar, já nas respetivas regiões militares. É nesta última fase, que se dá a devida atenção às missões e às tarefas específicas dos respetivos Pelotões. Os entrevistados E3, E4, E5, assim como o antigo CEMFA S. Ex^a Brigadeiro General Antero Matos (Almeida, 2019) esclarecem que, devido ao grande número de solicitações referentes a segurança de infraestruturas críticas, há um forte empenhamento dos militares da PM, em geral, nas missões de segurança física roubando-lhes tempo precioso para treinos operacionais específicos de cada pelotão.

O Coronel Marques da Silva, acrescenta ainda que além desse forte empenhamento na segurança das infraestruturas críticas e considerando as folgas regulamentares de escalas de serviço que tinham de manter, ainda tinham de garantir um efetivo de prevenção para atuação em qualquer situação inopinada, não deixando tempo para treinos. Desta forma, impossibilita a obtenção da proficiência técnica e profissional dos militares do corpo da PM. Ao nível das solicitações, a CPM que regista maior número é a da 3^aRM, pelo facto de estar sediada na capital do país, na maior e mais populosa ilha e onde se situam os principais centros de decisão política e militar. Nesse comando regional existe ainda uma Companhia de Fiscalização Costeira⁷⁰. O Coronel Marques da Silva considera que a PM assume um papel importantíssimo no seio das FACV, no cumprimento das missões atribuídas às FA e na execução do componente Militar da Defesa Nacional. Justifica, que é devido ao alargado espectro de missões que esta especialidade permite cumprir na área da segurança e defesa e ao excelente desempenho que tem vindo a desenvolver ao longo dos anos. No entanto, assim como a totalidade dos entrevistados, apela à necessidade de adequar a estrutura orgânica desta força militar à realidade vivida nesse país de forma a dotá-lo de:

⁷⁰“O objectivo da criação orgânica da Companhia de PM na Terceira Região Militar dedicada à Fiscalização Costeira foi responder a uma realidade imposta pela prática. Efectivamente, indo ao encontro de missões atribuídas pelos sucessivos Governos, as FA foram assumindo a fiscalização de praias para prevenir a degradação ambiental, sobretudo a apanha de areia. Isso aconteceu na ilha de Santiago e as missões que deveriam ser pontuais foram-se prolongando no tempo e ocupando uma percentagem cada vez maior dos efectivos. Com a reorganização das FA de 2006/2007 entendeu-se alocar uma unidade para o cumprimento desse tipo de missões, tendo assim surgido a Companhia de PM destinada à Fiscalização Costeira. A bem da verdade, sendo uma missão de polícia marítima mas que pode ser cumprida pelas FA, o mais curial seria a alocação dessa companhia à Guarda Costeira. Mas razões ponderosas aconselharam a que essa missão permanecesse todavia na Terceira Região Militar, situação que poderia ou não ser transitória, isto é tanto a missão como a alocação da companhia” (E1) que na altura da criação da CFC desempenhava a função de CEMFA.

“capacidades para participar na prevenção e combate ao crime organizado transnacional, especialmente o tráfico de droga, o tráfico de pessoas e as redes de imigração ilegal e também dotá-lo de capacidade para, em colaboração com a Polícia e outras autoridades competentes, participar na segurança pública e na protecção ambiental e defesa do património natural” assim como determina o CEDSN (2011) e mencionado pelo E11.

É nesta perspetiva que o Coronel Marques da Silva, com auxílio de oficiais de Cabo Verde nomeadamente o capitão Nunes (E8) e tendo em conta que na 3ª Região Militar, diferente das outras regiões, pois a CPM é constituída por 4 pelotões. De referir que ainda nessa RM existe uma companhia de Fiscalização Costeira composto essencialmente por militares de PM. O Coronel Marques da Silva apresentou um contributo para a reorganização das CPM de Cabo Verde, considerando o estabelecido na legislação em vigor, e que consiste em criar um grupo de PM, com duas companhias, a exercer o comando regional da capital do país. Nas restantes regiões militares poder-se-á empregar uma CPM idêntica às que fazem parte do grupo da PM na 3ªRM. O grupo também cumpre o estabelecido no n.º 1 do Artigo 248º da Constituição, ou seja, possui o seu Estado-Maior que será responsável por desenvolver os estudos de situação nas diferentes áreas, pessoal, informações, operações e logística, o que resolveria os problemas do Corpo da PM em geral. O grupo também integraria uma secção cinotécnica e uma esquadra moto.

Quando perguntado sobre este contributo, de uma forma geral, os entrevistados concordam com o modelo proposto, visto que cumpre com a legislação em vigor e com o proposto pelo Presidente da República, no que toca ao reforço de capacidades das FA (Almeida, 2019), também vai ao encontro do que é proposto no CSDSN (MDN, 2011, p. 16) ao considerar que as FACV “devem dispor de uma organização flexível e modular, adequada aos modernos requisitos”. De igual modo, este contributo vai ao encontro do Plano eleitoral do atual Governo (RCV, 2016, p. 29) que implica a “reavaliação do papel e das tarefas das Forças Armadas em função das ameaças e riscos identificados”.

Contudo, os entrevistados E9, E10 e E11 consideram que existem outras prioridades como a da profissionalização (E10) e, a da criação da doutrina nacional (E9 e E4). No entanto, outros entrevistados apontam para o problema organizacional existentes no que se refere à escassez de meios, humanos, financeiros e materiais (E5, E6, E8 e E11). Mas deve ter-se em conta que o atual figurino de organização da PM, vai contra o propalado pelo Governo no seu Programa de governação para a presente legislatura (E5; RCV, 2016).

O Entrevistado E6 defende que a PM precisa de um corpo próprio, com instalações próprias, que naturalmente implicaria a constituição do seu Estado-Maior, atribuindo à PM uma característica dual, criar a sua doutrina de atuação própria, devidamente homologada,

fazer os ajustes necessários à legislação, e por fim, criar estruturas próprias para a sua implantação.

O antigo CEMFA (E1) acredita que a “única saída que poderá colocar ao serviço da Nação toda a panóplia de vantagens das FACV (conhecimentos, experiência, valores e virtudes) será a evolução da Guarda Nacional, assente na PM, para uma força de duplo uso, defesa nacional e segurança interna, do tipo gendarmeria, com a distribuição funcional de missões entre a Guarda Nacional e a Polícia Nacional”.

Não distante desse ponto de vista o Ex Diretor Nacional de Defesa (E5) defende que,

“no futuro próximo as autoridades competentes terão de rever todo o quadro que envolve a atuação da PM (missão, tarefa, organização, formação equipamento, armamento, planeamento, atuação, etc.) de forma a adequá-la aos novos requisitos da sociedade cabo-verdiana, que poderá passar pela sua transformação numa unidade do tipo Gendarmaria ou Guarda Nacional Republicana, menos dependente do serviço efetivo normal, visando manter alguns das missões atuais, complementar ou mesmo substituir a Polícia Nacional em espaços geográficos específicos do país e participar em missões de manutenção e de apoio à paz”.

5.1.3 TREINO

Quanto ao VD treino procurou-se através das Q6 e Q7 obter informações relevantes e deparou-se que nas companhias de PM, segundo os entrevistados E5, E7, E9 e E10 são elaborados plano de treino ajustado a cada uma das CPM dos comandos regionais, durante a instrução complementar ministrada nas unidades. Esses planos de treinos têm como objetivo dotar os militares dessas companhias de bagagem de técnicas, táticas e procedimentos de Polícia Militar com vista à obtenção da Proficiência profissional e técnica, assim como estipulado no CEDSN (MDN, 2011; Matos 2012) que considera essencial aprofundar o treino da PM para melhor a capacitar para as suas intervenções. O E3 esclarece que, embora exista essa mentalidade de treinar os militares e de facto exista um plano de treino “não é fácil de os materializar devidos às missões de proteção física, principalmente pelo facto da maioria delas surgir de forma inopinada”. Ora, esta posição remete-nos para a ideia exposta pelo S. Ex^a Brigadeiro General Antero Matos (2012) que considera que a Guarda Nacional deveria dedicar boa parte do seu tempo ao treino e exercício. Assim, os entrevistados partilham a opinião exposta pelo Antigo CEMFA apresentada em Almeida (2019), que justifica a falta de preparação para o policiamento urbano se deve às excessivas missões, principalmente de segurança estática, que não deixam tempo para o treino operacional. Ademais a falta de preparação para missões, apresentadas pelos entrevistados é o Serviço Efetivo Normal que não permite por vezes a aquisição do conhecimento, da experiência e dos automatismos adequados, devido à frequente regeneração do efetivo.

“Visto que semestralmente, cada unidade perde sensivelmente metade dos efectivos (os mais experientes) e recebe metade para formação, poderá haver uma quebra de prontidão no início de cada semestre” (E1)⁷¹.

Deste modo, torna-se fulcral o cumprimento dos planos de treino, de forma a dotar esses novos militares de alguns conhecimentos práticos. A profissionalização de parte da PM poderia ultrapassar, definitivamente, essa situação inconveniente e proteger as FACV de possível má atuação de um ou outro militar derivado da inexperiência (Idem).

De uma forma geral os entrevistados afirmam que a atual formação/preparação dos militares do Corpo da PM é mais voltada para os militares e para situações de guerra, situações onde não há tolerância e, nem “tempo para ações de sensibilização ou pedagógicas” (E5). Por isso os militares estão mais preparados para situações de ordem pública em ambientes mais hostis. O entrevistado E6 e o subintendente da Polícia Nacional João Santos (Almeida, 2019) advertem para a complexidade do policiamento urbano, afirmando que “lidar com o público exige formação específica (...)” (E6).

Deste modo, é importante a introdução de matérias que ensinem a aplicação da lei e o relacionamento com os cidadãos no processo de formação dos militares (Matos, 2012).

Apesar da aceitação positiva que em determinados contextos tem merecido, normalmente, a PM é criticada por atuar como se estivesse em situação de guerra, com excessiva força, ou seja, com demasiada atitude, equipamento e armamento e pouca capacidade de diálogo e entendimento (E5). O desempenho positivo no setor da segurança pública, também reconhecido por Matos (2012) e Landim (2011), até então conseguido, segundo E5, E8 e E10, deve-se também ao facto de antes de cada missão serem feito brífingue do comandante da companhia aos efetivos que vão participar na missão. Nesse brífingue o comandante, determina tarefas críticas que devem ser treinadas pelos militares designados para essa missão, de forma a minimizar os impactos da falta de treino. Ou seja, “os treinos são orientados para a missão” (E11). O E5 acrescenta ainda que para a mitigação dos impactos da falta de treino e formação específicas para missões no âmbito da segurança interna, são emitidas ordens e recomendações claras que balizam o seu desempenho nessas ações e são feitos controlos mais apertados por parte da cadeia de comando e aponta a disciplina e a hierarquia como responsáveis pelo desempenho favorável até então.

⁷¹A grande maioria dos militares da PM ao fim de 14 meses passam a disponibilidade e as companhias recebem novos efetivos recém ingressados nas fileiras.

5.1.4 MATERIAL

Os dados expostos aqui nesse subcapítulo foram obtidos das respostas as questões Q8 e Q9. O entrevistado E5 defende que, apesar de os militares das CPM já terem executadas várias missões no setor da segurança pública e da grande aceitação da população, a PM ainda não está devidamente preparada para o setor de segurança pública, pelo facto de só possuírem equipamento e material de guerra, o que torna a sua atuação, aparentemente, muito musculada e transmite uma ideia de um país socialmente instável, particularmente para os turistas que são um elemento muito importante para a economia do país, que vai contra a tese da interoperabilidade dos meios exposta no CEDSN (MDN, 2011).

De uma forma unânime os entrevistados consideram que os meios dispostos nas CPM estão desfasados da realidade atual, devem ser revistos e adequados aos desafios atuais principalmente os meios que são empregues ao Policiamento urbano. Segundo Matos (2012) o equipamento utilizado nesse meio é determinante para o êxito da missão. Existe uma incapacidade de projeção para todo o território nacional, falta de meios de comunicação (E3). As missões no âmbito do SNPC que os seus meios são inexistentes (E4), contrariando o proposto pelo CEDSN quando dita que o Serviço Nacional de Proteção Civil deverá ter os meios necessários para cumprir as suas missões (RCV, 2011). Entretanto, “vê se um esforço do escalão superior em evidenciar esforços para uma melhoria contínua dos meios nas companhias de PM e nas FA” (E3, E9) e segundo o atual CEMFA⁷².

As tipologias de meios empregues nas várias missões carecem de ser ajustadas aos fins pretendidos e ao meio onde se realizam essas tarefas. Para as missões em ambiente militar, a tipologia dos meios existentes é adequada à realidade cabo-verdiana, apesar de se colocar a questão da qualidade, por vezes duvidosa, e a quantidade, que por vezes não é suficiente (E5). O problema da PM quanto à tipologia de material, coloca-se aquando da atuação da PM com material de guerra na segurança interna, aponta o entrevistado em questão, que defende a importância do princípio da proporcionalidade, isto é, os meios devem ser expostos e utilizados na devida proporção da ameaça. Assim, é importante rever e alargar a panóplia desses meios, de modo a permitir a sua utilização de uma forma gradual ajustando sempre à situação recorrente. Um dos inconvenientes da utilização de material de guerra, em detrimento de equipamentos não letais ou de menor calibre, no que se refere ao armamento, é que em caso de utilização indevida, os danos colaterais poderão ser maiores.

⁷²CEMFA (2020). In www.inforpress.cv/chefe-de-estado-maior-das-forças-armadas-ressalva-necessidade-de-maior-coesão-institucional. Acedido em 31/03/2020

Em consonância com o estabelecido no CEDSN (MDN, 2011), o qual expõem que o Estado deve proporcionar às FA capacitação constante no que se refere a capacidade de resposta rápida, na perspetiva de atuação em qualquer parte do território nacional e, justificando-se, além-fronteiras. E tendo em conta que a programação financeira das Forças Armadas é uma condição necessária para o cumprimento dos objetivos da política de defesa e segurança nacional (RCV, 2011), os entrevistados recomendam melhores equipamentos de proteção individual, melhores meios de projeção e patrulhamento nomeadamente viaturas táticas ligeiras, equipas cinotécnicas, melhores equipamentos e armamento de controlo tumultos, meios de proteção de altas entidades e meios de comando e controlo, meios de controlo de trânsito, meios de comunicação.

5.1.5 INFRAESTRUTURAS

As questões Q10 e Q11 retratam ao vetor infraestruturas que desempenham um papel importante no alojamento e no conforto dos militares das CPM. As CPM possuem as infraestruturas possíveis, considerando a incapacidade das FACV, ao nível orçamental, para fazer face a todas as questões relacionadas com as infraestruturas, dos aquartelamentos dos diferentes comandos. Não tem sido possível corresponder, ao ritmo pretendido, com a construção de novas instalações, concebidas de raiz, capazes de abarcar todas as dependências de uma CPM, ou com a recuperação, modernização e adequação das atuais instalações (E3 e E5). Todavia, tem havido uma progressiva melhoria nesse aspeto que tem permitido amenizar a situação (E3, E5, E9), visto que a programação das infraestruturas de defesa, é uma condição necessária para o cumprimento dos objetivos da política de defesa e segurança nacional (MDN, 2011). O atual CEMFA S. Ex^a Major General Anildo Morais declarou⁷³, que foram feitos avultados investimentos com o intuito de melhorar significativamente as infraestruturas das FACV com a construção, modernização e recuperação de algumas infraestruturas dos aquartelamentos das RM, com o fim de melhorar a qualidade de vida dos militares nos quartéis. Segundo o E2, existem infraestruturas próprias para os militares de serviço ronda pernoitarem e tendo em consideração o seu rápido emprego e por uma questão de segurança.

5.1.6 INTEROPERABILIDADE

Por fim as duas últimas questões do guião, Q12 e Q13, visam obter dados acerca do VD Interoperabilidade. Segundo o entrevistado E4 e conforme definido no Conceito

⁷³CEMFA (2019). In Inforpress. Acedido em 31/03/2020 em <https://www.inforpress.cv/chefe-do-estado-maior-das-forcas-armadas-ressalva-necessidade-de-maior-coesao-institucional>.

Estratégico de Defesa e Segurança Nacional (MDN, 2011), “a coordenação das duas forças é da responsabilidade do Conselho de Segurança Nacional (CSN) do Governo, que funciona como um “Estado-Maior Conjunto” e integram várias entidades com responsabilidade no sector de segurança”.

A PM pode coadjuvar as FSS ou servir como complemento as FSS (E11; Silva, 2014; RCV, 2011). Nas missões de coadjuvação, segundo o entrevistado E9 é feito um “planeamento conjunto das missões e execução do mesmo, o que também fica balizada a forma de atuação dos mesmos”. Nas missões em que a PM complementa as FSS cada uma das forças ficam responsável pela sua atuação e coordenação. A coordenação é feita sempre através de reuniões de trabalho, isto é, “Marca-se uma reunião de trabalho, a polícia nacional apresenta o programa e solicita o nosso apoio” (E10). Nas missões em que haja atuações em conjunto, tenta-se sempre evitar o contacto direto da PM com a população, isto é, nas operações que impliquem de revista de possíveis delinquentes, “a PM atuava na montagem de perímetros de segurança próximo permitindo a abordagem em segurança da PN facilitando nas rusgas e revistas” (E2).

De uma forma unânime os entrevistados consideram a interação entre as duas forças como sendo positiva e muito necessário. No entanto, “há ainda muito a trabalhar em matéria de procedimentos. A coesão nunca foi a melhor” (E3), isso deve-se ao facto duas forças possuírem *modus operandis* diferentes (E4, E5, E6, E8 e E9). A PM possui equipamentos inadequados para o policiamento urbano (E7, E9, E4, E2, E8 e E6) e necessita de preparar/formar melhor os seus militares no que toca à atuação no meio civil (E4, E6, E8, E9, E10 e E11), há falta de informações das FSS para a PM (E4 e E11), no terreno faltavam meios de comunicação entre estas duas Forças, que apresentavam Sistemas de Planeamento Operacional muito diferentes, o Comando e Controlo era pouco claros (E4). A articulação da PM com os demais FSS é tida como dificuldade que carece de mais atenção e meios para serem mitigados através do Plano Estratégico de Segurança Interna⁷⁴(PESI). Relativamente a estes aspetos é fundamental que se arranjam formas de melhorar e reforçar essa articulação CEDSN (2011), e proceder a “civilização das forças armadas” (Matos, 2012, p. 2), ou seja, dotar os Militares do Corpo da PM de ferramentas essenciais no que toca à aplicação da lei e ao relacionamento com os cidadãos.

⁷⁴Resolução nº 67/2014 de 26 de agosto de 2014: Aprova o Plano Estratégico do MAI (PEMAI) e o Plano de Segurança Interna PESI. *B.O, I série. Nº. 51*

5.2 Matriz SWOT: Capacidade da Polícia Militar

Com base nas entrevistas realizadas e na análise documental exposta no capítulo 2 - Situação Atual da Polícia Militar de Cabo Verde, foi elaborada a matriz SWOT ilustrada na seguinte tabela, com o intuito de criar uma visão clara e objetiva sobre as potencialidades e vulnerabilidades do corpo da PM e as suas oportunidades e ameaças no ambiente externo, que podem contribuir para uma tomada de decisão.

Tabela 6: Matriz SWOT Capacidades da PM

<i>Strengthnes (Pontos Fortes)</i>	<i>Weaknesses (Pontos Fracos)</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Grande Espetro de missões que pode realizar tanto como componente Militar da Defesa Nacional como na segurança pública; • Fundamental para as FACV, nas missões de segurança Interna; • Policiamento ostensivo; • Componente honorifica • Rigor, prontidão, destreza, disciplina organização, disponibilidade, hierarquia, vontade de fazer, espírito de missão, de corpo e espírito de sacrifício; • Grande capacidade de resposta nas situações mais hostis no policiamento urbano; • Grande capacidade de planeamento operacional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Meios inadequados para policiamento urbano; • Falta de capacidade de projeção para todo o território nacional. • Serviço Efetivo Normal; • Suporte legal incompleto ou pouco claro; • Preparação Operacional e Tático deficiente; • Excessivas missões e pouco efetivo; • Estrutura orgânica pouco adequada; • Inexistência de doutrina devidamente definida; • Inexistência de um centro de estudo capaz de produzir doutrina; • Reserva que os órgãos do poder político mantêm relativamente à sua atuação na segurança interna; • Algumas Infraestruturas carecem de recuperação e modernização; • Elevada rigidez cultural e conseqüentemente alguma resistência a mudança
<i>Oportunities (oportunidades)</i>	<i>Threatnesses (Ameaças)</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Indicação do Sr. Presidente da República, para as Forças Armadas reforçar as suas capacidades de resposta, no quadro do combate à delinquência urbana, o crime organizado, os tráficos de droga e de pessoas; • Capacidade de, com treino e formação, cumprirem as mais diversas missões de segurança, em apoio as FSS ou de forma independente. • Aumento gradual e contínuo de missões determinadas pelos escalões superiores e emanadas das decisões do poder político; • Nova tipologia de missões no âmbito interno requerem uma atualização das metodologias e dos respetivos meios. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fraca remuneração; • Represálias futuras derivado de uma atuação no policiamento urbano, para os Militares de PM que após 14 meses passam a disponibilidade; • Excessivas missões que dificultam o equilíbrio saudável entre treino e as missões; • Uso de material de guerra na segurança interna, em algumas situações, desnecessários e em caso do uso indevido os danos colaterais são maiores; • Fraca formação específica de militares da PM voltada para o policiamento urbano; • A utilização em tarefas rotineiras de importância relativa e muitas vezes menos dignificadas, com muita pouca capacidade de motivação dos seus efetivos e fraca potencialidade de projeção social;

Fonte: Elaboração Própria

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O presente capítulo consuma o término do corrente relatório, desta forma, é aqui que se analisa o cumprimento dos objetivos da investigação, realçando o novo conhecimento produzido em resposta às questões levantadas. Serão também expostas as limitações encontradas ao longo do trabalho e apresentadas algumas recomendações.

Neste trabalho investigámos a Polícia Militar de Cabo Verde recorrendo à abordagem qualitativa, com recurso a entrevista e a análise documental, no sentido de arranjar instrumentos que nos capacitem a responder à PP, “**De que forma pode se melhorar a capacidade da Polícia Militar de Cabo Verde?**”. Para melhor respondermos a essa questão, procederemos, primeiramente, as respostas às perguntas derivadas.

Começando pela **PD1**: “Quais as capacidades atuais da Polícia Militar de Cabo Verde à luz da sua Doutrina, Organização, Treino, Material, Infraestruturas e Interoperabilidade?”, a análise feita na matriz SWOT responde essa pergunta derivada, no entanto iremos abordá-las, de forma mais desenvolvida e justificada.

Ao nível da **Doutrina**, constatou-se a inexistência de uma doutrina cabo-verdiana, voltada para a realidade do país e para a sua realidade geográfica, visando corresponder aos desafios atuais que são impostos às CPM. Ou seja, a adoção da doutrina Portuguesa, que no passado fez sentido, está desfasada da conjuntura atual, apresentando muitas lacunas doutrinárias, principalmente em matéria de aplicação da lei e de relacionamento com os demais cidadãos, resultante das novas demandas da sociedade atual e da inexistência de um centro de estudo capaz de produzir doutrina nacional. Identificada a incapacidade ou a falta de funcionalidade da Direção dos Serviços de Justiça e Disciplina assim como dita o Decreto-Regulamentar nº 4/2009.

Consideramos que a aplicação da PM em tarefas de segurança interna é muito útil e necessária e defendemos a sua continuação uma vez que as FA estão ao serviço da nação e as ameaças internas já são uma realidade, por isso faz sentido evidenciar esforços para os combater. Contudo, é importante criar leis/estatutos que protejam os militares que são destacados para esses serviços aquando do exercício dessas tarefas.

A nível do VD **Organização**, consideramos que a estrutura orgânica atual do corpo da PM é inadequada, principalmente na 3ªRM pelos seguintes motivos:

- Existência de excessivas missões de Segurança estática que deviam ser realizadas pela PN ou por empresas de Segurança;

- Alocação de uma Companhia de PM para missões exclusivas de prevenção e degradação ambiental, especificamente a apanha de areia, missões estas que são da Polícia Marítima e que poderiam ser realizadas pela Guarda Costeira e não pela Guarda Nacional.

Continuando com estes níveis de empenhamento, é essencial um aumento considerável de efetivos, principalmente na CPM da 3ªRM. Para garantir que os seus militares cumprem de forma eficaz, as suas tarefas, e que lhes garantam os seus direitos.

Ao nível do vetor **Treino**, deparamos que são elaborados planos de treinos ajustado a cada uma das CPM dos comandos regionais, com o objetivo de dotar os militares de conhecimento à nível de técnicas, táticas e procedimentos de Polícia Militar com vista a obtenção da proficiência técnica e profissional. Contudo, verificou-se que estes planos de treinos não têm sido cumpridos devido a excessivas missões sobretudo de segurança estática que têm sido emanadas pelo escalão superior derivados das decisões do governo. A maioria das missões surge de forma inopinada, deitando abaixo qualquer tentativa dos comandantes dessas companhias de reagir face a estas situações.

Urge formar os militares em conteúdos relacionados com o código penal e as demais leis que retratam a conservação dos direitos dos cidadãos. Constatou-se ainda que o Serviço Efetivo Normal, tem constituído um obstáculo ao treino operacional, devido a constante regeneração dos seus efetivos, impedindo que os militares dessas companhias adquiram os conhecimentos, as experiências e os automatismos necessários.

Ao nível do VD **Material**, verificou-se que as CPM não estão devidamente equipadas. Este facto torna-se mais visível nas missões de manutenção da ordem pública, em que as atuações da PM se verificam como sendo muito musculadas, tendo em conta o uso de equipamentos e materiais de guerra nesses contextos, o que em muitas dessas missões são desnecessários, pondo em causa o êxito das mesmas. Constatou-se a necessidade da revisão dos meios do Corpo da PM, tendo como foco a tipologia desses meios, ou seja, equipar as CPM com uma grande panóplia de meios de forma a permitirem a sua utilização de forma gradual, ajustando sempre a situação recorrente, visto que a eficácia da atuação da PM depende muito dos meios e materiais que tiver ao seu dispor.

Ao nível do vetor **Infraestruturas**, deparámos que as infraestruturas das CPM necessitam de melhorias para proporcionar aos militares de PM melhoria de vida nos quartéis de forma a mante-los sempre motivados, concorrendo para um melhor desempenho nas suas tarefas. Também se verificou a preocupação do escalão superior em proporcionar melhorias nas infraestruturas, num ritmo possível.

E por fim, ao nível do VD **Interoperabilidade**, constatou-se que a cooperação com as FSS é necessária, por isso, devem ser feitos esforços pelas duas partes de forma a conseguirem atuações acertadas e dignas dessas duas instituições. Assim, deve haver maior partilha de informação e orientações específicas emanadas pelo CNS, a cada uma das instituições e feitos esforços dos seus comandantes de forma a essas indicações chegarem individualmente a cada agente e militar de forma a ultrapassar os receios, dissipar as dúvidas permitindo uma atuação conjunta e fluida.

Relativamente a **PD2**: Como se caracteriza as Polícias Militares de Angola, Áustria e Portugal à luz da sua Doutrina, Organização, Treino, Material, Infraestruturas e Interoperabilidade?

Ao nível de **Doutrina** a PM de Angola, destina-se a manutenção da disciplina lei e ordem e prover a segurança e proteção ao pessoal, ao material e instalações das FAA. Mediante despacho do CEMGFA pode auxiliar as FSS na manutenção da ordem pública. Na República Federal da Áustria, a PM tem como missão permanente de policiar a força, isto é, manutenção da disciplina lei e ordem no seio militar, podendo realizar missão de apoio de combate e missão de policiamento urbano quando solicitado e com o período de realização e conclusão dessas tarefas bem definidas. Em Portugal a PE desenvolve as suas tarefas no âmbito das missões derivadas da doutrina de PM na NATO especificamente missões de Apoio à mobilidade, Segurança, Detenção, Polícia e Policiamento de Estabilização.

Ao nível da **Organização**, Angola tendo em conta as suas seis regiões militares de escalão divisão, coloca em cada uma dessas divisões um batalhão de PM, com a exceção da RM de Luanda, onde existe um Regimento de PM que é responsável pela formação e distribuição dos militares da PM. A Áustria sendo um país constituído por nove Estados Federais, a sua PM organiza-se em cinco unidades de operações, de escalão companhia, distribuídas em cinco regiões funcionais, podendo ainda essas companhias de PM contar com unidades de reserva de escalão Pelotão. A PE portuguesa tem a sua maior unidade, o GPE, constituído por dois esquadrões de PE e um Pelotão de apoio. Para além do GPE existem unidades de PE de escalão Pelotão nas três Brigadas, no Estado-Maior do Exército, no Presídio Militar e um Pelotão de PE na Zona Militar da Madeira e dos Açores.

Ao nível do VD **Treino**, a formação de um militar de PM Angolana, decorre-se em duas fases, numa primeira fase a formação base e na segunda fase a formação específica. O treino da PM Austríaca é desenvolvido de forma combinada com outras forças de Polícia Militar estrangeiras e de uma forma conjunta com as várias forças e serviços da Áustria de forma a expandir as suas capacidades operacionais. Em Portugal, o treino é orientado para a

missão visando dotar e aperfeiçoar os militares com os índices psíquicos, físicos, técnicos e táticos, imprescindíveis ao cumprimento da missão.

Ao nível do VD **Material**, Angola aparece com alguns equipamentos modernos e alguns meios desfasados da conjuntura atual, a Áustria aparece com meios modernos atualizados e adequados as suas missões e a PE possui os meios suficientes para as suas missões, mas com muita margem para melhorias.

E por fim, ao nível do VD **Interoperabilidade**, que na PM da República de Angola, decorre no âmbito da atuação na ordem pública, em casos exclusivos perante despacho do CEMGFA. Na Áustria a PM coopera com outras forças de PM estrangeiras e com as várias forças e serviços da Áustria. Portugal como parte integrante da NATO, a sua PE realiza por vezes missões num ambiente multinacional, com contribuições dos vários países membros, tornando fundamental uma estreita cooperação entre as PM dos países da Aliança.

No que concerne a **PD3**: Que modelo se adequa melhor para Cabo Verde? Entendemos que o modelo de PM que mais se adequa a CV, é sempre determinado pelas instâncias políticas que são os responsáveis por dotar as FACV de recursos que permitem reestruturar o Corpo de PM do necessário para chegar a um modelo aceitável para o país. No entanto contactou-se, como indicado no corpo deste trabalho, a intenção do Presidente da República, no discurso alusivo ao DDN, em que pretende “reforçar as capacidades” da PM tendo em vista o quadro do combate à delinquência urbana, o crime organizado, os tráficos de droga e de pessoas. Na tabela seguinte consta a hipótese de uma prospeção de um modelo de PM para Cabo Verde que a permite reforçar as suas capacidades, baseado nos vetores em estudo. Cada vetor de desenvolvimento oferece inúmeras possibilidades, que através da conjugação dessas possibilidades permite a obtenção de um possível modelo.

Tabela 7: Prospeção de um possível modelo

EIXO 1 – DOCTRINA	
DOCTRINA DE REFERÊNCIA	
1. Criação da Doutrina própria do corpo da PM resultante das suas necessidades específicas e aplicado a nível nacional 2. Adoção da Doutrina Austríaca; 3. Atualização da doutrina existente (adaptada da Doutrina Portuguesa); 4. Adoção da Doutrina das FSS Cabo-verdianas.	
CARACTERIZAÇÃO DO CORPO DA PM	
CONCEITO DE EMPREGO	POSSIBILIDADES
1. Defesa Militar contra-ameaça externa, através da Geração e manutenção do potencial de combate; Apoio à Mobilidade; Segurança de Área; e operações com PG; 2. Segurança interna e defesa Militar;	1. Montar postos de fiscalização de circulação e efetuar reconhecimento de itinerários; 2. Garantir a guarda e segurança de reclusos militares; 3. Manter a disciplina lei e ordem; 4. Executar proteção a pessoas ameaçadas - Segurança a

3. Apenas a operações de Manutenção da disciplina Lei e Ordem no seio Militar;	Altas Entidades (VIP) – Proteção próxima ou segurança pessoal a entidades militares ou civis;	
4. Apenas a operações de Manutenção da disciplina Lei e Ordem tanto no seio Militar, como no meio civil;	5. Participar em Operações de Controlo de Tumultos;	
5. Pode enquadrar mais do que uma opção	6. Participar no âmbito de Outras Missões de Interesse Público (OMIP);	
MISSÕES	CAPACIDADES	
1. Auxiliar o comando na manutenção da disciplina lei e ordem no quartel e, quando determinado superiormente, colaborar com as FSS na segurança pública, na proteção ambiental e na defesa do património natural.	1. Conduzir operações de resposta a crises;	
2. Auxiliar o comando na manutenção da disciplina lei e ordem no quartel e, complementar ou substituir, em espaços geográficos específicos, as FSS na segurança pública, na proteção ambiental e na defesa do património natural.	2. Efetuar operações de segurança e proteção pessoal;	
	4. Participar em operações Conjuntas/Combinadas;	
	5. Executar missões de controlo de circulação; segurança de área; imposição da disciplina, lei e ordem; operações de segurança e guarda de reclusos;	
	6. Capacidade para realizar mais do que uma das operações citado.	
TIPOLOGIA DA FORÇA		
1. Força Militar com organização flexível e modular, adequada aos modernos requisitos de empenho conjunto e combinado de forças, privilegiando a interoperabilidade dos meios e desejavelmente, com capacidades crescentes de Manutenção da disciplina lei e ordem, apoio a mobilidade, segurança evacuação e ordem.		
2. Força Militar com doutrina e meios modernos adequados aos desafios atuais, menos dependente do serviço efetivo normal, com capacidades técnicas e legalidade de policiamento urbano, de capacidade de investigação, complementando ou substituindo as FSS em espaços geográficos específicos do país;		
3. Força Militar independente dotada de um corpo próprio, com instalações próprias, doutrinas e meios modernos adequados aos desafios atuais, menos dependente do serviço efetivo normal, com capacidades técnicas e legalidade de policiamento urbano, de capacidade de investigação, complementando ou substituindo as FSS em espaços geográficos específicos do país;		
4. Uma Força Militar de PM de duplo uso, do tipo gendarmaria, com a sua principal missão de manter a disciplina lei e ordem e com a distribuição funcional de tarefas entre a Guarda Nacional e a Polícia Nacional.		
EXO 2 – ORGANIZAÇÃO		
ESTRUTURA ORGÂNICA A SER EMPREGUE NAS REGIÕES MILITARES		
Primeira Região Militar	Segunda Região Militar	Terceira Região Militar
1. Grupo de PM	1. Grupo de PM	1. Grupo de PM
2. Companhia de PM	2. Companhia de PM	2. Companhia de PM
3. Pelotão de PM	3. Pelotão de PM	3. Pelotão de PM
ESTRUTURA ORGÂNICA DO GRUPO PM		
1. Comando; Estado-Maior; 1 ^o CPM; 2 ^o CPM		
2. Comando; Estado-Maior; Pelotão de Apoio; 1 ^o CPM; 2 ^o CPM		
3. Comando; Estado-Maior; 1 ^o CPM; 2 ^o CPM; 3 ^o CPM		
4. Comando; Estado-Maior; pelotão de Apoio 1 ^o CPM; 2 ^o CPM; 3 ^o CPM;		
ESTRUTURA DO COMANDO	ESTRUTURA DO ESTADO-MAIOR	
1. Comandante Grupo; Adjunto de Administração; Operador Rádio; Condutor	1. Oficial Pessoal/Logística; Adj. Oficial Pessoal/ Logística; Condutor/ Operador Rádio; Oficial Informações/Operações; Adj. Oficial Informações/Operações; Condutor / Operador Rádio	
2. Comandante Grupo; 2 ^o comandante; Adjunto de Administração; Operador Rádio; Condutor	2. Oficial Pessoal/Logística; Adj. Oficial Pessoal/ Logística; Condutor/ Operador Rádio; Oficial Informações/Operações; Adj. Oficial Informações/Operações; Assessor Jurídico (Subalt); Assistente Jurídico (Sarg); Condutor / Operador Rádio	
ESTRUTURA ORGÂNICA DO PELOTÃO DE APOIO		
1. Comando; Secção de Transmissão; Secção de Manutenção; Secção de Reabastecimento; Secção sanitária; Secção Moto; Modulo Cinotécnico;		
2. Comando; Secção de Comando; Secção de Reabastecimento (Esquadra de Manutenção, Esquadra Moto); Secção		

sanitária; Modulo Cinotécnico;		
ESTRUTURA ORGÂNICA DE UMA COMPANHIA DE PM		
1. Comando; Secção CMD; Secção Cinotécnica; Secção Sanitária; Secção Reabastecimento; Pelotão Ronda; Pelotão Reconhecimento; Pelotão Intervenção		
2. Comando; Secção Comando; 1º Pelotão PM; 2º Pelotão PM; 3º Pelotão PM;		
COMANDO	SECÇÃO COMANDO/TRANSMISSÃO	SECÇÃO SANITÁRIA
1. Comandante; Comandante Adjunto; Administrativo; Operador Rádio; Condutor	1. Sarg Adjunto Material/ Transmissão; Comandante Adjunto; Administrativo; Operador Rádio; Condutor	1. Comandante; Cabo Socorrista; Soldado Socorrista; Condutor/ Socorrista
SECÇÃO CINOTÉCNICA		SECÇÃO REABASTECIMENTO
1. Comandante; Binómio Busca Droga; Binómio Busca de Explosivos; Binómio Patrulha; Condutor/ Operador rádio		1. Comandante; Mecânico; Condutor/ Operador rádio; 2 Condutor/ Batedor moto
ESTRUTURA ORGÂNICA DOS PELOTÕES DAS CPM		
PELOTÃO RECONHECIMENTO/ PELOTÃO PM	PELOTÃO INTERVENÇÃO/ PELOTÃO PM	PELOTÃO RONDA/ PELOTÃO PM
a. Comando; 3 Secção Reconhecimento; b. Comando; 3 Secção de PM	a. Comando; 3 Secção Intervenção b. Comando; 3 Secção de PM	a. Comando; 3 Secção Ronda; b. Comando; 3 Secção de PM
COMANDO	SECÇÃO DE PM	
a. Comandante Pelotão; Sargento Pelotão; Cabo Condutor/Operador Rádio	a. Comandante Secção; 2 Comandantes Esquadras; 4 Agentes de PM; Condutor/Agente PM	
SECÇÃO RECONHECIMENTO	SECÇÃO INTERVENÇÃO	SECÇÃO RONDA
a. Comandante de Secção; 2 Comandantes de Esquadras; 4 Soldados PM; Condutor/ Operador Rádio	a. Comandante de Secção; 2 Comandantes de Esquadras; 4 Soldados PM; Condutor/ Operador Rádio	a. Comandante de Secção; 2 Comandantes de Esquadras; 4 Soldados PM; Condutor/ Operador Rádio
EIXO 3 – TREINO		
PLANOS DE TREINO	FORMAÇÃO DOS MILITARES DE PM	DURAÇÃO DE FORMAÇÃO
1. Plano de Treino Único para todo o Corpo de PM 2. Plano Treino ajustado a cada uma das unidades de PM dos Comandos Regionais	1. Formação Geral no CIM e Formação específicas nas respetivas unidades 2. Formação Especializada no CIM tendo em conta missões específicas de cada Pelotão	a. 1 a 3 meses b. 3 a 6 meses c. 6 a 9 meses
EIXO 4 – MATERIAL		
MEIOS DE PROJEÇÃO DE FORÇA	MEIOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL	ARMAMENTO
1. Viatura Tática Ligeira 2. Veículos de patrulha 4x4 3. Viatura Tática Transporte Geral 4. Motociclo 5. Viatura Tática Equipa Apoio Sanitário 6. Viatura Tática (Ambulância)	1. Coletes Tático Moderno 2. Gás Lacrimogéneo 3. Cotoveleiras 4. Joelheiras 5. Outros	1. Pistola 2. Pistola-Metralhadora 3. Pistola de 6,35 mm 4. Espingarda 5,56 mm 5. Taser elétrico 7. Lança Granada
MEIOS DE COMUNICAÇÃO	MEIOS DE CONTROLE DE TRANSITO	OUTROS
1. Megafone 2. Radios	1. Raquete Luminoso 2. Colete Refletor	1. Serra Elétrica 2. Máscaras NBQ

3. Equipas com Auscultadores	3.Lanternas	3. Telêmetro Laser
EIXO 5 – INFRAESTRUTURA		
INSTALAÇÕES	CARATERÍSTICAS	INFRAESTRUTURAS DE TREINO
<ol style="list-style-type: none"> 1. Casernas para alojar os militares 2. Instalações para alojar Material de Guerra 3.Instalações em quartel próprio para os militares PM 4. Instalações para alojar os cães 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Permitir fácil Emprego 2. Conferir Conforto 3. Modernas 4. Recuperadas 5. Manter os atuais 	<ol style="list-style-type: none"> 1.Pista de Obstáculos 2.Parada Militar 3.CIM 4. Utilizar Infraestruturas das FSS 5. Carreira de Tiro
EIXO 6 – INTEROPERABILIDADE		
ATUAÇÃO	TREINO	
<ol style="list-style-type: none"> 1.Padronizar a atuação baseada na Doutrina das PM Austríaca 2.Padronizar as atuações da PM tendo em conta em conta Doutrina Portuguesa (atualizar) 3. Padronizar a sua atuação seguindo os padrões das FSS 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Treino Combinado com forças de PM internacionais em que CV mantem relações. 2. Treino conjunto com as FSS 3. Treinos ajustados a cada CPM do corpo da PM 4. Plano de Treinos único para todo o corpo da PM 	

Fonte: Baseado nas entrevistas, na análise documental e no modelo do Coronel Marques da Silva

Após responder as questões derivadas, consideramos estar capazes de responder de forma coerente e precisa à pergunta de partida: **“De que forma pode se melhorar a capacidade da Polícia Militar de Cabo Verde?”**. Consideramos que as autoridades competentes devem rever todo o quadro que envolve a atuação da PM, Doutrina, Organização, Treino, Material, Infraestruturas, de forma a adequá-las aos novos requisitos da sociedade Cabo-verdiana. Cujo a solução pode passar pela criação de um grupo de PM na 3ªRM⁷⁵ aproveitando a CFC e pela profissionalização de parte da Polícia Militar, tornando menos dependente do serviço efetivo normal. A profissionalização⁷⁶ da parte da PM irá garantir que esses militares executam as missões mais sensíveis que carecem de mais preparação e experiência. Neste caso a PM continuaria com a tarefa principal de manter a ordem e disciplina nos quartéis, apoiando no garante da segurança externa e à título subsidiário, isto é, perante circunstâncias extraordinárias e com uma limitação temporal e espacial colaborar com as FSS na segurança interna. O Grupo possuía um Estado-Maior que resolvia o problema a nível do corpo da PM. Neste caso o contributo apresentado pelo

⁷⁵ Tem maior números de solicitações e está sediada na Capital do país (na maior e mais populosa ilha de Cabo Verde), onde possui os principais centros de decisão política e Militar do país;

⁷⁶ Profissionalizar um pelotão de Ronda

Coronel Marques da Silva aparece como referência e apresenta aspetos que devem ser tidos em conta⁷⁷.

Em alternativa, e num futuro mais longínquo e com um aumento considerável á nível orçamental, proceder-se à evolução do Corpo da PM, para uma força de duplo uso, do tipo Gendarmaria, mantendo a sua missão original de policiar a força e com a distribuição funcional de tarefas entre a Segurança externa e a segurança interna, obtendo assim a disposição legal para complementar ou substituir a Polícia Nacional em espaços geográficos específicos do país e dota-lo de doutrina e equipamentos próprios e modernos, tornando-se menos dependente do serviço militar obrigatório. Nesta alternativa o modelo da Áustria surge como um modelo de referência, não somente por de tratar de uma Polícia Militar moderna, com equipamentos e tecnologia de ponta e com uma grande capacidade de resposta, mas também por questões geográficas se comparamos os nove Estados federados, mesmo com dimensões diferentes, às nove ilhas povoadas de Cabo Verde e a distribuição da PM em regiões militares como em Cabo Verde.

Nas duas possíveis soluções apresentadas é possível chegar-se através da combinação das várias opções apresentadas na prospeção do modelo acima apresentada e promovem uma participação da PM na segurança interna sem descurar das suas tarefas originais e da segurança externa.

Consideramos que o objetivo da investigação foi cumprido em todos os níveis. Seria interessante realizar o mesmo estudo tendo em conta os VD Pessoal e Liderança.

Uma das limitações inerentes as investigações relacionadas com as temáticas das FACV, prende-se com a falta de variedade de documentação para sustentar a investigação, resultando, em muitos casos, défices de bibliografia. Também se sentiu essa dificuldade no que toca a documentos relevantes sobre a PM de Angola, uma vez que tanto em Angola como em Cabo Verde o grosso das suas elites não possuem o hábito da escrita e publicação de artigos, exigindo assim mais esforço do investigador. Entretanto, é sempre uma limitação que vale a pena ser enfrentada, por um dos seus, contribuindo com o seu trabalho de investigação.

Outra limitação sentida pelo autor refere-se ao condicionamento de números de páginas.

⁷⁷ Trata-se de um documento reservado e não publicado, encontra-se na posse do autor em caso de consulta

BIBLIOGRAFIA

- Academia Militar (2016). Norma de Execução Permanente nº 522/1.^a (20JAN16). Lisboa.
- Almeida, D. (2019). Militares não estão preparados para combater criminalidade urbana. *A Nação*, N^o 636.
- António, A. L. (2013). *ACADEMIA MILITAR A Polícia Militar das Forças Armadas Angolanas Criação, Implementação e Emprego*.
- Bernardino, L. M. B. (2017). A participação de Portugal na criação das Forças Armadas Angolanas – 25^o aniversário dos Acordos de Paz de Bicesse. *Revista Militar N.º 2585/2586*, 1–26.
- Borges, J. J. B. V. (2013). As Forças Armadas na Segurança Interna : Mitos e Realidades. *Revista Militar N.º 2532*, 25–41.
- Carvalho, J. S. D. E. (2004). *COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE AS RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO ENTRE CABO VERDE, PORTUGAL E A EUROPA, EM MATÉRIA DE SEGURANÇA*. Praia.
- Comando da 1^a Região Militar. (2011). Boletim Informativo do Comando da 1^a Região Militar. *O Alvo*, 10, 1–8.
- Crístovão, J. (2002). *História do Regimento de Polícia Militar*. Luanda: Regimento de Polícia Militar.
- Direção Geral de Comunicação e Informação Diplomática Espanhola. (2019). *República de Austria*. 79(2017), 1–10.
- Escola Prática de Cavalaria [EPC]. (2000). *DP 20 - Polícia do Exército*. Santarém.
- Escola Prática de Cavalaria [EPC]. (2009). *DP N^o 8-07-12: Polícia do Exército*. Abrantes.
- Estado Maior das Forças Armadas [EMFA]. (1993). *Normas de Execução Permanente [NEP] da Polícia Militar*. Praia.
- Fink, M. A. (2012). Patrulha Militar & Polícia Militar. *MILIZ*, 66, 37–39.
- Forças Armadas Angolana [FAA]. (sem data). *Estatuto Da Polícia Militar*. Luanda: EMGFAA.
- Forças Armadas Angolana [FAA]. (2002). *Manual de Polícia Militar*. Luanda: EMGFAA.
- Franco, J. G. D., & Genghini, M. A. B. (2008). *OS CONCEITOS DE ORDEM PÚBLICA E SEGURANÇA PÚBLICA NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DE 1988 E SEUS REFLEXOS NO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA*

- POLÍCIA MILITAR*. Universidade Presbiteriana Mackenzie.
- Horta, R. M. C., Ferreira, P. F. A., Brigas, H. R. P. S., & Freitas, T. M. F. de. (2019). *Emprego do Exército em Missões de Busca e Salvamento em Estruturas Colapsadas. Capacidades e Forma de atuação (Trabalho de Investigação de Grupo do CPOS-E)*. Instituto Universitário Militar, Pedrouços.
- Instituto Universitário Militar [IUM]. (2016). Orientações Metodológicas para a elaboração de Trabalhos de Investigação. *Cadernos do IESM N.º 8*, Vol. 53, pp. 1689–1699. Lisboa.
- Kolesár, S. (2018). *Modernization of Armed Forces of the Slovak Republic : Coming from Cold War era to the 21st Century (Diploma thesis)*. Masaryk University, Slovak Republic.
- Landim, J. S. (2011). *POLÍCIA MILITAR DE CABO VERDE E SEGURANÇA PÚBLICA AUTOR (Dissertação de Mestrado)*. Academia Militar, Lisboa.
- Luz, J. M. da, & Matias, J. (2013). Forças Armadas angolanas : natureza , contingentes e estruturas. *As Forças Armadas dos PALOP*.
- Marconi, M., & Lakatos, E. (2003). Fundamentos de metodologia científica. Em *Editora Atlas S. A.*
- Matos, A. (2010). A TRANSFORMAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS EM CABOVERDE. *Revista Segurança e Defesa nº 13*.
- Matos, A. (2012). *A IMPLEMENTAÇÃO DA GUARDA NACIONAL EM CABO VERDE*.
- Ministério da Defesa da Áustria [MDA]. (2019). *Austria MP Handbook*. Viena.
- MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL. (2019). *PLANO DE APRONTAMENTO E DE MANUTENÇÃO DA PRONTIDÃO PEL PE CT/FRI 2018-19*. Amadora: RL2.
- Ministério da Defesa Nacional [MDN]. (1993). Decreto-Legislativo nº8/93 de 29 de Junho: ORGANIZAÇÃO E QUADRO DE PESSOAL DAS FORÇAS ARMADAS. *Boletim Oficial, I Série nº, 1–12*.
- Ministério da Defesa Nacional [MDN]. (2006). Lei nº 89/VI/2006 de 9 de janeiro: Regime Geral das Forças Armadas. *B.O/ I Série/ Nº 2, 887–890*.
- Ministério da Defesa Nacional [MDN]. (2007). Decreto-Lei nº 30/2007 de 20 de Agosto: ESTABELECE A ORGANIZAÇÃO E OS QUADROS DE PESSOAL DAS FORÇAS ARMADAS DE CABO VERDE. *B.O/ I Série/ Nº 31*.
- Ministério da Defesa Nacional [MDN]. (2009a). Decreto-Regulamentar nº 4/2009 de 12 de Janeiro:ESTABELECE AS ATRIBUIÇÕES, COMPETÊNCIA E ORGANIZAÇÃO DOS COMANDOS FUNCIONAIS. *B.O/ I Série/ Nº 2*.

- Ministério da Defesa Nacional [MDN]. (2009b). *Quadro Organico 1º Esquadrão de Policia de Exercito*. Lisboa: Exercito Português.
- Ministério da Defesa Nacional [MDN]. (2011). Resolução nº 5/2011 de 17 de Janeiro: Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional. *Boletim Oficial, I Série Nº*, 18.
- Ministério da Defesa Nacional [MDN]. (2014). *Conceito Estratégico Militar*. Lisboa.
- Ministério da Defesa Nacional [MDN]. (2015). *Quadro Orgânico 09.07.06: Grupo de Polícia do Exército*. Amadora: Exército Português.
- Ministério da Defesa Nacional [MDN]. (2018a). *Despacho N.º 118/18 de 20 de fevereiro: Regulamento Geral de Serviço*. Praia.
- Ministério da Defesa Nacional [MDN]. (2018b). *Despacho N.º 120/18 de 20 de fevereiro: Quadros Orgânicos de Pessoal dos Comandos das 1ª e 2ª Regiões Militares e das Unidades deles Dependentes*.
- Ministério da Defesa Nacional [MDN]. (2020). Decreto-legislativo nº 1/2020 de 31 de janeiro: Estatuto dos Militares. *B.O/ I Série/ Nº 12*, 252–294.
- Ministério Federal da Defesa da República da Áustria. (2019). POLÍCIA MILITAR DA ASSOCIAÇÃO ESPECIAL. *Publicação oficial*. Viena: República da Áustria.
- MOREIRA, E. (2017). *COMISSÃO ESPECIAL DE UNIFICAÇÃO DE POLÍCIAS CIVIS E MILITARES DEPUTADO*.
- NATO. (2014). *ATP-3.7.2 NATO MILITARY POLICE GUIDANCE AND PROCEDURES*. Bruxelas: NATO standarization Office.
- NATO. (2019). *AJP-3.21 ALLIED JOINT DOCTRINE FOR MILITARY POLICE*. Bruxelas: NATO standarization Office.
- Neto, O. T. (2017). *Métodos e Técnicas de Pesquisa*. Argos: UNOCHAPECÓ.
- Pina, A. D. de. (2005). Polícia Militar Reforça Segurança Pública. *A SEMANA, Nº712*.
- Provdanov, C., & Freitas, E. (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico (2ª edição)*. Novo Hamburgo: Universidade Feevale.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. Van. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: gradiva.
- Regulamento da Polícia Militar*. (sem data).
- República de Cabo Verde [RCV]. (2010). Lei Constitucional nº 1/VII/2010 de 3 de maio: Constituição da República de Cabo Verde. *B.O/ I Série/ Nº 17*. Obtido de <http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/cvi117271.pdf>
- República de Cabo Verde [RCV]. (2012). Decreto-Lei n.º 28/2012 de 19 de Outubro:

- Alteração do Decreto-Lei nº 30/2007 de 20 de Agosto. *B.O/ I Série/ Nº 57*.
- Répubblica de Cabo Verde [RCV]. (2011). *AS GRANDES OPÇÕES DO CONCEITO ESTRATÉGICO DE DEFESA E SEGURANÇA NACIONAL*.
- Répubblica de Cabo Verde [RCV]. (2014). Aprova o Plano Estratégico do MAI (PEMAI) e o Plano Estratégico de Segurança Interna (PESI). *B.O/ I Série/ Nº 51, 10*, 887–890.
- Répubblica de Cabo Verde [RCV]. (2016). *Programa de Governo IX Legislatura*.
- Revista da Cavalaria. (2019). No Trilho da Doutrina da Polícia Militar e Polícia do Exército – 1956/2019. *Doutrina, 3ª Série*, 25–30.
- Rhyne, D. W. (2014a). *U.S. Coalition Forces and Host Nations:DOTmLPF-P for Contingency Procurements Part I*.
- Rhyne, D. W. (2014b). *U.S. Coalition Forces and Host Nations:DOTmLPF-P for Contingency Procurements Part II*.
- Rosado, D. P. (2015). *Sociologia da Gestão e das organizações* (Gradiva, Ed.). Lisboa.
- Santos, L.A.B., & Lima, J. M. M. (Coord. . (2019). Orientações Metodológicas para Elaboração de Trabalhos de Investigação. *Cadernos do IUM N.º 8 (2.ª ed., revista e atualizada)*. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Saraiva, A., Schwedler, M. von, & Fernandes, E. (2018). Toward understanding and using of Qualitative Research Methods in Manegement Studies. *Proelium VIII (1)*, (1), 7–39.
- Sarmiento, M. (2008). *Guião Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalho de Investigação Aplicada*. Lisboa: Universidade Lusíada.
- Silva, C. A. G. (2014). *A participação das forças armadas na segurança pública em Cabo Verde: Que colaboração? (Dissertação de Mestrado)*. ISCPSI, Lisboa.
- Silva, A. A. da, Silva, N. S. da, Barbosa, V. de A., Henrique, M. R., & Baptista, J. A. (2011). A Utilização da Matriz Swot como Ferramenta Estratégica. *SEGeT - VIII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia*, p. 11.
- Sousa, F. X. F. de. (2007). As Capacidades Militares Terrestres nas Operações de Apoio à Paz. *Revista Militar N.º 2470*, 1135–0.

APÊNDICES

APÊNDICE A – MODELO DE ANÁLISE

Tabela 8: Modelo de análise

Conceito	Dimensões	Indicadores
Capacidade de Polícia Militar de Cabo Verde	Doutrina	Missão Atribuições Princípios Formação Funções Conceito de Emprego Possibilidades Tipologia da Força Capacidades
	Organização	Estrutura orgânica
	Treino	Formação Planos de Treino Tempo de Formação
	Material	Meios de Projeção de Força Meios de Proteção Individual Meios de Comunicação Armamento Material de Engenharia Meios de Controle de Trânsito Adoção de novos meios Manutenção do existente
	Infraestruturas	Instalações Caraterísticas das Infraestruturas Infraestruturas de treino
	Interoperabilidade	Interoperabilidade com outras Forças Militares Interoperabilidade com outras FSS Interoperabilidade com outras Forças de PM de outros países Participação no Sistema Nacional de proteção Civil

Fonte: Adaptado de Quivy & Campenhoudt (2005)

APÊNDICE B – MODELO CONCEPTUAL



Figura 4: Modelo Conceitual

Fonte: Elaboração Própria

APÊNDICE C – CARTA DE APRESENTAÇÃO

ACADEMIA MILITAR
TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA**Tema - Polícia Militar de Cabo Verde: Incremento de Capacidades****Autor:** Aspirante Claudino de Jesus Semedo Tavares**Orientador:** Tenente-Coronel de Cavalaria José Pedro Mataloto**Excelência,**

Sou o Aspirante Aluno Claudino de Jesus Semedo Tavares da República de Cabo Verde, estou a frequentar o último ano do ciclo de estudos integrado conferente do Grau de Mestre em Ciências Militares na especialidade de Cavalaria, na Academia Militar de Portugal, no domínio da cooperação Técnico – Militar entre Cabo Verde e Portugal.

No âmbito do tirocínio para oficiais na Academia Militar, encontro-me a realizar o Trabalho de Investigação Aplicada, tendo em vista a obtenção do Grau de Mestre. Este trabalho encontra-se subordinado ao tema “**Polícia Militar de Cabo Verde: Incremento de Capacidade**”, sob a orientação do Tenente-Coronel de Cavalaria José Pedro Mataloto Comandante do Grupo da Polícia do Exército do Regimento Lanceiros nº2.

O objetivo deste trabalho é apresentar um modelo de otimização do corpo de PM. Para isso será analisado as potencialidades e vulnerabilidades desta força com base na análise documental e com auxílio da vossa excelência. Assim como será analisado alguns modelos de Polícias Militares de Países como Angola, Áustria e Portugal para no final apresentar sugestões de otimização da Polícia Militar, tendo em vista os vetores de desenvolvimento Doutrina, Organização, Treino, Material, Infraestruturas e Interoperabilidade.

Em virtude da criação de um modelo válido, proveitoso e sobretudo adequada a realidade Cabo – Verdiana, a participação de V. Ex.ª é crucial. Portanto, venho por intermédio do presente email solicitar a V. Ex.ª que se digne conceder-me a entrevista ou, autorização para lhe enviar o Guião da Entrevista. Necessitaremos ainda da autorização da V. Ex.ª, para a publicação do mesmo no trabalho final.

A entrevista em causa tem objetivos meramente académicos e de análise no contexto e, servirá de suporte para atingir os objetivos desta investigação.

Antecipadamente, muito obrigado pela amabilidade com que acolheu a minha solicitação Académica.

Grato pela sua colaboração.

Atenciosamente,

Claudino de Jesus Semedo Tavares
Asp Of Al Cav

Fonte: Elaboração Própria

APÊNDICE D – DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO**Declaração de Consentimento**

Tomei conhecimento que o aspirante de Cavalaria Claudino Tavares se encontra a realizar um Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), no âmbito do Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Cavalaria, subordinado ao tema “Polícia Militar de cabo Verde: Incremento de Capacidade”, sob a orientação do Tenente Coronel de Cavalaria José Mataloto.

Concordo em participar na entrevista realizado pelo Aspirante Claudino Tavares, por intermédio de um guião, onde consta um conjunto de perguntas sobre a temática em análise.

Declaro que não irei usufruir de qualquer compensação proveniente da entrevista. No final do Estudo poderei obter os resultados do mesmo, encontrando-se disponível no Repositório Comum da biblioteca da Academia Militar, ou através da solicitação do mesmo ao autor.

Aceito participar na entrevista proposta

Assinatura: _____

Data: __/__/__

Obrigado pela sua disponibilidade e colaboração

Claudino Tavares
Aspirante Cavalaria

Em caso de quaisquer esclarecimentos, por favor contactar:
Email: semedotavares08@gmail.com / Tel: **960146989**

APÊNDICE E – CARATERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Tabela 9: Caraterização dos entrevistados

NºE	POSTO/NOME	FUNÇÃO	FUNÇÃO/CURSOS NO ÂMBITO PM	LOCAL/SUPO RTE/DATA
E1	Brigadeiro-General Antero Matos	Reformado	Ex-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (2001/2009)	Email 13/14/2020
E2	Coronel Mário Vaz Almeida Furtado	Comandante da Guarda Nacional	Comandante da 1ª Região Militar	EMFA – Praia Email 16 /03/2020
E3	Coronel António Jorge Silva Rocha	Juiz Presidente do Tribunal Militar	Comandante do Pessoal das FA, responsável máximo pela formação e preparação militar geral e complementar das tropas	Cairo - Egipto Email 27 /03/2020
E4	Tenente-Coronel Amílcar Silveira Pires	Reformado	Formação MPOBC EUA; Estágio Comandante Cia RL2; Oficial Operações /Coordenador das Atividades de PM na 3ªRM (2009 – 2011); Comandante CPM Instrução; Diretor do CIMMB; Comandante da 1ª Região Militar;	Mindelo – São Vicente Email 09/03/2020
E5	Tenente-Coronel Paulo Jorge Brito Lopes	Reformado	Comandante da Companhia de Instrução da PM no CIM (2005); Comandante do Destacamento de Polícia Militar na 2ªRM (2006); Comandante de CPM na 2ªRM (2006-2007); Antigo Diretor Nacional de Defesa	Praia – Cabo Verde Email 01/04/2020
E6	Capitão Nilton Jorge Pina Barros	Comandante da Guarnição do Estado-maior	Comandante de Pelotão de PM da 1ªRM (2011); Instrutor de PM no CIMMB (2012);	EMFA - Praia Email 02/03/2020
E7	Capitão Rui Fortes	Diretor do CIMMB		CIM – Mindelo Email 17/03/2020
E8	Capitão Manuel Mendes Nunes	Adjunto de Comandante para Área Operacional na 2ª RM	Comandante de Pelotão de PM na 3ª RM (2003-2012); Comandante de companhia de PM na 3ª RM (2012 – 2019)	Ilha do Sal Email 11/02/2020
E9	1º Tenente Marco Paulo Teixeira Almeida	Oficial de Planeamento e Instrução	Comandante de Companhia de Polícia Militar do comando da 1ªRM (2016 – 2018)	2ªRM - Ilha do Sal Email 28/01/2020

E10	1º Tenente Odair Miguel Neves da Cruz	Comandante de Companhia de PM da 2ª RM	Comandante de Companhia de Polícia Militar desde 2015	2ªRM - Sal Email 22/01/2020
E11	1º Tenente Adilson Fernandes Lopes	Comandante de Companhia de PM da 1ª RM	Comandante de Companhia de Polícia Militar desde 2019	Comando da 1ªRM Email 24/01/2020

Fonte: Elaboração Propria

APÊNDICE F – GUIÃO DE ENTREVISTA



**ACADEMIA MILITAR
DIREÇÃO DE ENSINO
TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA**

**GUIÃO DE ENTREVISTA
POLÍCIA MILITAR DE CABO VERDE: INCREMENTO DE
CAPACIDADE**

Autor: Aspirante Aluno de Cavalaria Claudino de Jesus Semedo Tavares

Orientador: Tenente-Coronel de Cavalaria José Pedro Mataloto

Lisboa, novembro de 2019

Identificação do Entrevistado

Nome Completo:

Cargo/Função:

Posto:

Data:

Local da Entrevista:

Função que Desempenha (ou) ao serviço da CPM:

Questão 1. De acordo com a alínea b) do n.º 2 do art.º 248.º da constituição da República de Cabo Verde as FACV a Polícia Militar atua “em colaboração com as autoridades policiais e outras competentes e sob a responsabilidade destas” com o intuito de garantir a segurança pública.

- a) Que colaboração a PM tem dado nesse sentido? Como avalia essa colaboração?
- b) Tendo em conta a formação, o armamento, a filosofia organizacional e o sistema de serviço militar obrigatório, a PM tem todas as condições para atuar no sector de segurança pública?
- c) Pode se dizer que este artigo subordina parte das Forças Armadas a uma Força de Segurança? Que Implicações trouxe esse artigo?

Questão 2. A Polícia Militar é o corpo da Guarda Nacional que se destina à manutenção da lei e da ordem, à proteção de forças, entidades e da propriedade pública e particular, ao cumprimento de missões de reconhecimento, bem como outras que lhe sejam atribuídas por entidade dotada de competência legal para o mesmo.

- a) Qual é que considera ser a maior dificuldade/vulnerabilidade desta força Militar?
- b) Qual considera ser a maior potencialidade do mesmo?
- c) Na sua opinião, quais são as perspetivas de futuro para a PM?

Questão 3. As Forças Militares conduzem as suas atuações segundo um padrão estabelecido ditados pelos seus princípios, procedimentos e pelas suas normas que derivam

das suas Doutrinas. Considera que há doutrina suficiente para padronizar as atuações dos Militares da PM?

Questão 4. As Companhias de PM dos Comandos das regiões Militares de uma forma geral são constituídos por três pelotões, uma dedicada a Patrulha e Reconhecimento, duas dedicadas a Segurança física e na Terceira Região Militar existe mais um pelotão de Controlo Tumulto na Companhia de PM. Há diferença na formação dos Militares do pelotão de Patrulha e Reconhecimento dos Militares do Pelotão de Segurança Física? Que inconveniência isso pode trazer?

Questão 5. Segundo o Quadro Orgânico das FACV na 3ª Região Militar, diferente das outras regiões, existem 2 companhias de PM, uma dedicada a Fiscalização Costeira e outra dedicado a Patrulhas, Reconhecimento e Segurança Física/Controlo Tumultos. Na sua opinião seria mais uma valia transformar as duas companhias de PM num Grupo de PM?

Questão 6. É ministrado algum tipo formação/treino específico aos militares da PM designados para os serviços que tem a particularidade de lidar com o público?

Questão 7. Há uma preocupação em treinar sempre as tarefas críticas em cada um das Regiões Militares? Existe um plano de Treino com o intuito de manter presente nos Militares dessas Companhias as táticas, técnicas e procedimentos?

Questão 8. Os meios que as Companhias da Polícia Militar possuem é suficiente e o mais adequado para o cumprimento das missões que lhes são atribuídas?

Questão 9. Com base na sua experiência e/ou conhecimento de outros exércitos, que novos meios é que se poderiam constituir uma mais-valia para a PM no cumprimento das suas missões?

Questão 10. Existem Infraestruturas suficientes e adequadas para a alojar os Militares da CPM?

Questão 11. Existe infraestruturas própria para os Militares que fazem Serviço Ronda?

Questão 12. Como é feita a interação entre a Polícia Nacional (PN) e a PM? Há coordenação na atuação? Os procedimentos são iguais? Atuam como uma equipa coeso e sólido?

Questão 13. A PM é uma força militar que exerce funções de polícia no aquartelamento sobre os militares. Sendo assim, a PM ao desempenhar essas mesmas funções sobre a população civil deve atuar de forma diferente. Quais são as inconveniências da atuação da PM na sociedade civil?

FIM DA ENTREVISTA
Grato pela sua Colaboração

APÊNDICE G – DISTRIBUIÇÃO DAS QUESTÕES PELOS VETORES DE DESENVOLVIMENTO

Tabela 10: Distribuição das questões pelos vetores de Desenvolvimento

VETORES DE DESENVOLVIMENTO	QUESTÕES
DOCTRINA	<p>Questão 1. De acordo com a alínea b) do n.º 2 do art.º 248.º da constituição da República de Cabo Verde as FACV a Polícia Militar atua “em colaboração com as autoridades policiais e outras competentes e sob a responsabilidade destas” com o intuito de garantir a segurança pública.</p> <p>a) Que colaboração a PM tem dado nesse sentido? Como avalia essa colaboração?</p> <p>b) Tendo em conta a formação, o armamento, a filosofia organizacional e o sistema de serviço militar obrigatório, tem condições/valências para atuar no sector da segurança pública?</p> <p>c) Pode se dizer que este artigo subordina parte das Forças Armadas a uma Força de Segurança? Que Implicações trouxe esse artigo?</p> <p>Questão 2. A Polícia Militar é o corpo da Guarda Nacional que se destina à manutenção da lei e da ordem, à proteção de forças, entidades e da propriedade pública e particular, ao cumprimento de missões de reconhecimento, bem como outras que lhe sejam atribuídas por entidade dotada de competência legal para o mesmo.</p> <p>a) Qual é que considera ser a maior dificuldade/vulnerabilidade desta força Militar?</p> <p>b) Qual considera ser a maior potencialidade do mesmo?</p> <p>c) Na sua opinião, quais são as perspetivas de futuro para a PM?</p> <p>Questão 3. As Forças Militares conduzem as suas atuações segundo um padrão estabelecido ditados pelos seus princípios, procedimentos e pelas suas normas que derivam das suas Doutrinas. Considera que há doutrina suficiente para padronizar as atuações dos Militares da PM?</p>
ORGANIZAÇÃO	<p>Questão 4. As Companhias de PM dos Comandos das regiões Militares de uma forma geral são constituídos por três pelotões, uma dedicada a Patrulha e Reconhecimento, duas dedicadas a Segurança física e na Terceira Região Militar existe mais um pelotão de Controlo Tumulto na Companhia de PM. Há diferença na formação dos Militares do pelotão de Patrulha e Reconhecimento dos Militares do Pelotão de Segurança Física? Que inconveniência isso pode trazer?</p> <p>Questão 5. Segundo o Quadro Orgânico das FACV na 3ª Região Militar, diferente das outras regiões, existem 2 companhias de PM, uma dedicada a Fiscalização Costeira e outra dedicado a Patrulhas, Reconhecimento e Segurança Física/Controlo Tumultos. Na sua opinião seria mais uma valia transformar as duas companhias de PM num Grupo de PM?</p>

TREINO	<p>Questão 6. É ministrado algum tipo formação/treino específico aos militares da PM designados para os serviços que tem a particularidade de lidar com o público?</p> <p>Questão 7. Há uma preocupação em treinar sempre as tarefas críticas em cada um das Regiões Militares? Existe um plano de Treino com o intuito de manter presente nos Militares dessas Companhias as táticas, técnicas e procedimentos?</p>
MATERIAL	<p>Questão 8. Os meios que as Companhias da Polícia Militar possuem é suficiente e o mais adequado para o cumprimento das missões que lhes são atribuídas?</p> <p>Questão 9. Com base na sua experiência e/ou conhecimento de outros exércitos, que novos meios é que se poderiam constituir uma mais-valia para a PM no cumprimento das suas missões?</p>
INFRAESTRUTURAS	<p>Questão 10. Existem Infraestruturas suficientes e adequadas para a alojar os Militares da CPM?</p> <p>Questão 11. Existe infraestruturas própria para os Militares que fazem Serviço Ronda?</p>
INTEROPERABILIDADE	<p>Questão 12 Como é feita a interação entre a Polícia Nacional (PN) e a PM? Há coordenação na atuação? Os procedimentos são iguais? Atuam como uma equipa coeso e sólido?</p> <p>Questão 13. A PM é uma força militar que exerce funções de polícia no quartelamento sobre os militares. Sendo assim, a PM ao desempenhar essas mesmas funções sobre a população civil deve atuar de forma diferente. Quais são as inconveniências da atuação da PM na sociedade civil?</p>

Fonte: Elaboração Própria

APÊNDICE H - ENTREVISTA EXPLORATÓRIA AO CORONEL DE CAVALARIA MARQUES DA SILVA

O Coronel Cavalaria Marques da Silva no âmbito da cooperação Técnico-Militar Luso-Caboverdiana integrou o projeto 3 – Polícia Militar que consistia em dar assessoria técnica aos comandantes da Companhia de PM com o objetivo geral de apoiar a organização e criação de Unidades de PM e com os objetivos específicos: apoiar tecnicamente organização, formação e funcionamento do Comando da PM, especificamente no que toca a criação e operacionalidade das unidades de PM; apoiar tecnicamente o processo de conceção e implementação do Regulamento de PM; Apoiar tecnicamente a criação de um corpo de instrutores PM para a autonomização da instrução e treino. Lançou o projeto em 2004 numa altura em que havia muito interesse dos responsáveis de Cabo Verde em investir na PM. Entretanto, voltou para Portugal e mais tarde regressou para CV finalizando o projeto 3 com uma proposta de reorganização do corpo de Polícia Militar em 12 de dezembro de 2014. Numa altura em que houve a transição do projeto 3 para o projeto 1 (Assessoria estrutura Superior das FA).

As FACV cumprem um papel importantíssimo na segurança interna do país, com o corpo da PM a colaborar na manutenção da ordem pública e os Fuzileiros assumindo-se como uma força com um papel muito importante na defesa do mar.

O Governo Cabo-verdiano considera fundamental a segurança de Infraestruturas importantes para o país, destacando através de projeto do decreto lei para a proteção de infraestruturas críticas que a funcionalidade dessas infraestruturas contribui diretamente para o funcionamento/desenvolvimento do país e o bem-estar da população. A segurança dessas infraestruturas críticas foi atribuída o Ministério de Defesa Nacional.

A PM assume um papel importantíssimo no cumprimento das missões atribuídas às FA e na execução do componente Militar da Defesa Nacional, devido ao alargado espectro de missões que esta especialidade permite cumprir na área da segurança e defesa e ao excelente desempenho que tem vindo a desenvolver ao longo dos anos.

Nesse país as forças de segurança dependem muito dos serviços da Polícia Militar. Com o escalar da violência houve altura em que as solicitações da Polícia Nacional eram bastantes elevadas, houve até situações em que a PM fazia intervenções em sítios onde a PN não se arriscava a operar. Na 2ª Região Militar deparei-me com muita participação dos Militares da PM na segurança de Aeroporto. Na 3ªRM a companhia de PM tinha como

empenhamentos diários: Garantir Segurança no Palácio do Governo, no Palácio da Assembleia Nacional, no Palácio de Presidência, na residência do Ministro da Defesa Nacional, no Banco de Cabo Verde, no estabelecimento prisional de Fontes Almeida e ainda tinham Serviço interno e Porta de armas do Quartel da 3ªRM assim como executavam Rondas em apoio à polícia Nacional na prevenção e repressão do crime, prestação de serviços honoríficos e honras militares protocolares. Para além destes empenhamentos todos a CPM da 3ªRM ainda tinha de garantir folgas regulamentares de escalas de serviço e manter um efetivo de prevenção para atuação em qualquer situação inopinada. Todas essas solicitações são para uma companhia que tem cerca de 150 efetivos, que para cumprir essas solicitações não deixa espaço nem tempo para esses treinos que permitem a proficiência profissional e técnica para as suas tarefas diárias.

Há que repensar/reorganizar a PM de forma a corresponder melhor essas inúmeras solicitações, dos quais algumas são de grande exigência e sensibilidade. Na minha opinião justifica criar nessa RM um grupo de PM dotado de capacidades cinotécnica e de Esquadras motos para as solicitações de maior exigência. Esse Grupo além de permitir maior efetivo para dar respostas as várias solicitações também possuíam um Estado-maior que desenvolvia estudos de situação.

ANEXOS

ANEXO A – SISTEMA DE SEGURANÇA NACIONAL

1726 I SÉRIE — Nº 51 «B. O.» DA REPÚBLICA DE CABO VERDE — 26 DE AGOSTO DE 2014

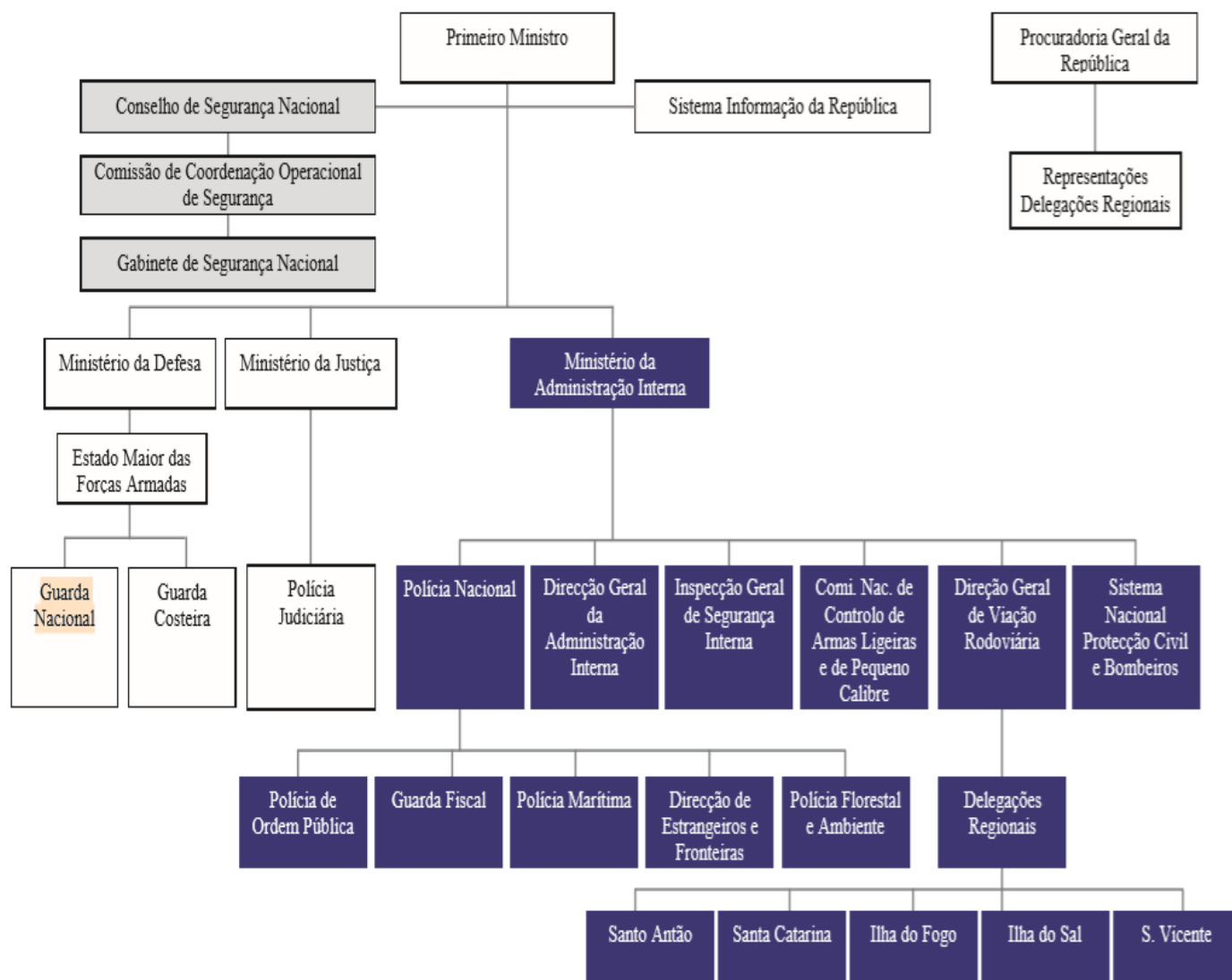
Mapeamento Institucional actual (com o Sistema de Segurança Nacional)

Figura 5: Sistema de Segurança Nacional de Cabo Verde

Fonte: Resolução nº 67/2014

ANEXO B – ESTRUTURA DO REGIMENTO DE POLÍCIA MILITAR ANGOLANA

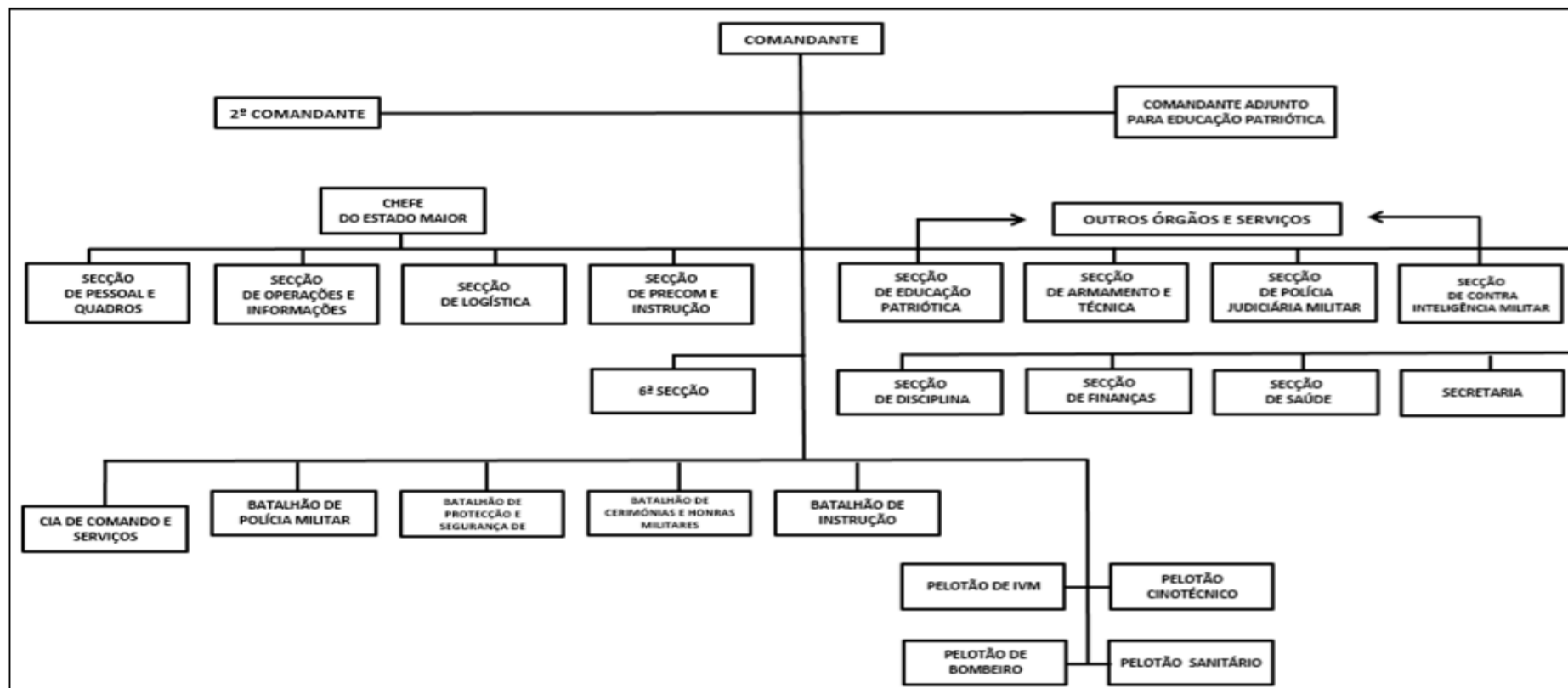



Figura 6: Organograma do RPM da Angola

Fonte: António (2013)

ANEXO C – PRINCIPAIS MATERIAIS DA POLÍCIA MILITAR AUSTRIACO

No.	Official Nomenclature / Picture	Description
1.	<p data-bbox="320 555 459 584">Patrol Vehicle</p> 	<p data-bbox="1155 656 1417 752">Patrol Vehicles (soft skin) for regular national MP Patrol in a permissive environment.</p>
2.	<p data-bbox="320 902 507 931">Patrol Vehicle 4x4</p> 	<p data-bbox="1139 1010 1425 1084">Patrol Vehicles for MP Patrols 4x4 in rural areas.</p>
3.	<p data-bbox="320 1249 624 1279">Armored MP Vehicles (Team)</p> 	<p data-bbox="1139 1352 1425 1480">Armored MP Vehicles IVECO HUSAR (team level) and Steyr PANDUR (Squad level)</p>
4.	<p data-bbox="309 1597 400 1626">Glock 17</p> 	<p data-bbox="1139 1697 1425 1771">Standard 9mm MP sidearm, including IR and optical laser</p>

<p>5.</p>	<p>Assault Rifle Steyr AUG-MP</p> 	<p>Standard MP Assault Rifle, Steyr AUG – MP 5,56mm, including IR and optical laser</p>
<p>6.</p>	<p>MP 90</p> 	<p>5,7mm MP 90 for designated duties (CPT, tactical arrest).</p>
<p>7.</p>	<p>Grenade Launcher</p> 	<p>40mm team support weapon. Ammunition to include CS-gas, NLW impulse, smoke, frag</p>

Figura 7: Equipamento Principal da PM da Austria

Fonte: Ministério da Defesa da Áustria (2019)

ANEXO D – DISTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES OPERACIONAIS DE PM AUSTRIACA NAS REGIÕES FUNCIONAIS

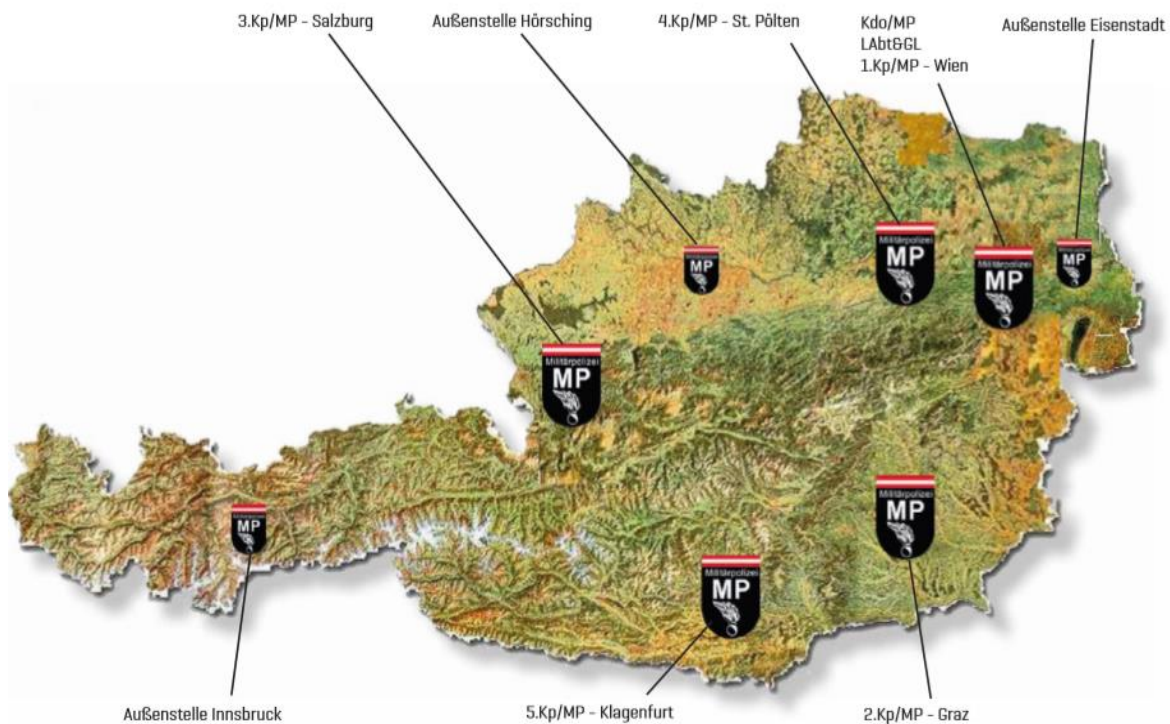


Figura 8: Distribuição das Unidades Operacionais de PM Austríaca nas Regiões Funcionais
 Fonte: Ministério Federal da Defesa da República da Áustria (2019)

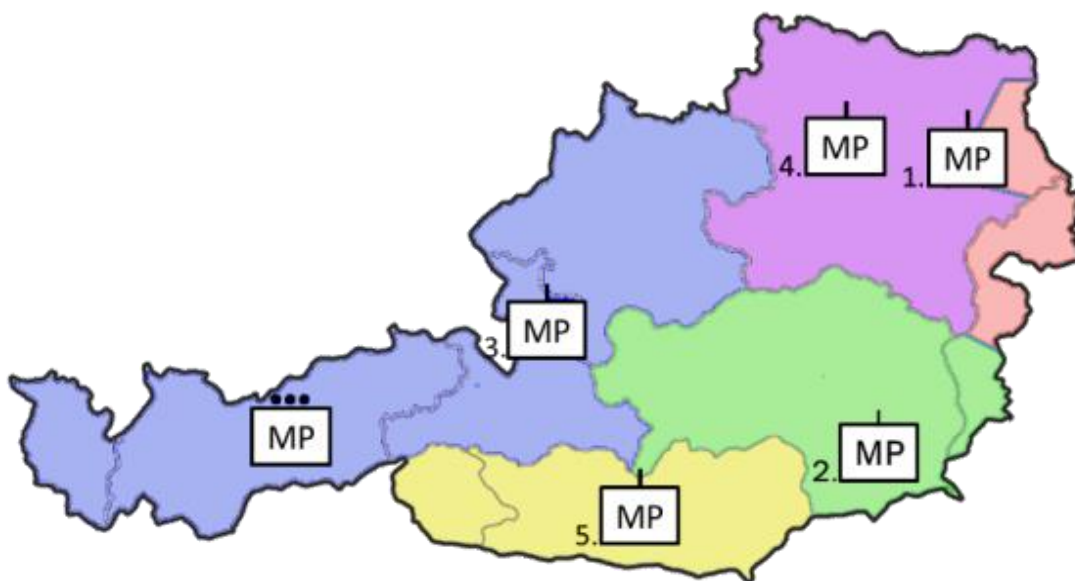


Figura 9: Distribuição das Unidades Operacionais de PM Austríaca nas Regiões Funcionais
 Fonte: Ministério da Defesa da Áustria (2019)

ANEXO E – ORGANIGRAMA DO GRUPO DA POLÍCIA DO EXÉRCITO

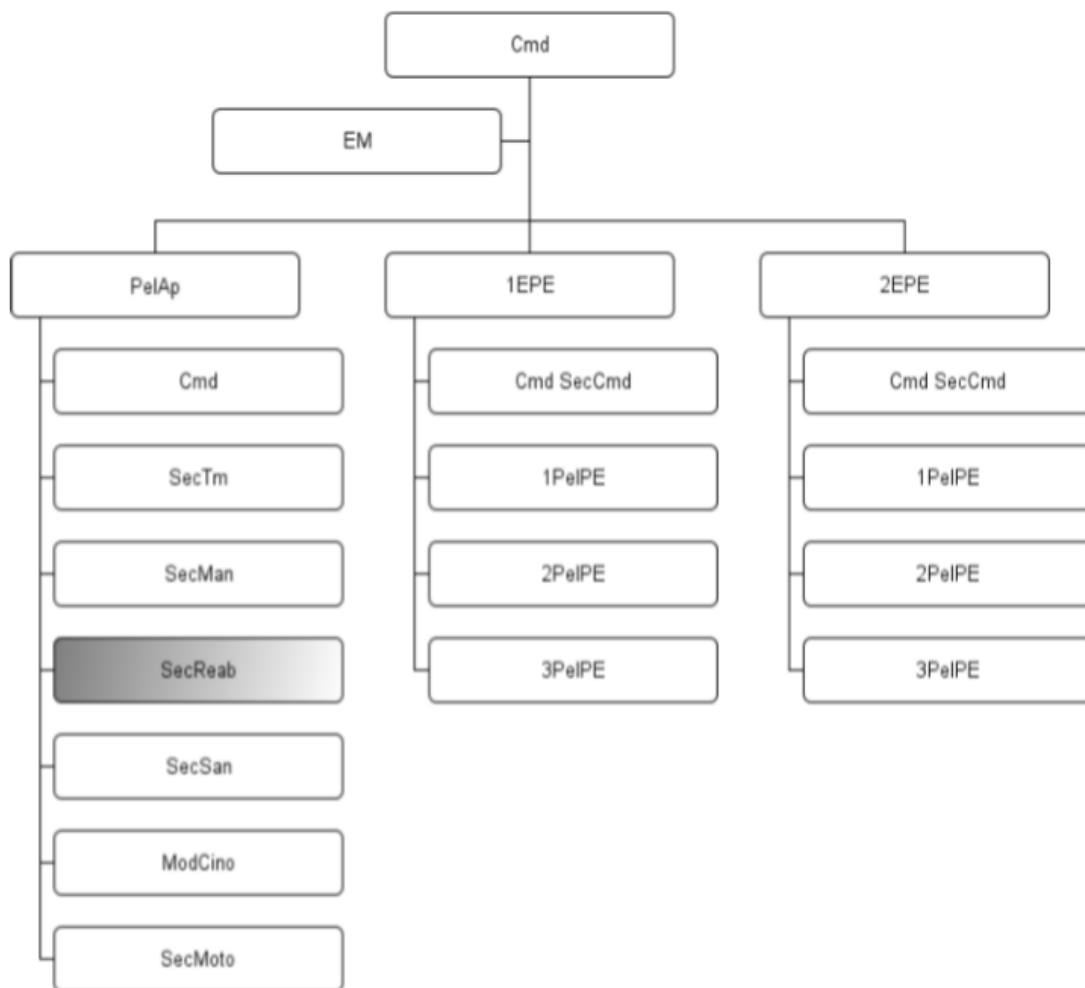


Figura 10:Organigrama do GPE

Fonte: Ministério da Defesa Nacional (2015)

ANEXO F – LISTA DA MATERIAL DO GRUPO DE POLÍCIA DO EXÉRCITO

GRUPO DE POLÍCIA DO EXÉRCITO							09.07.06
Nº Ref.	Designação	GPE					Total
		Cmd	EM	Pe/Ap	1EPE	2EPE	
	RESUMO DE GPE						
02.01.01.01.01	Pistola	4	8	27	91	91	221
02.01.02.01.200	Pistola-Metralhadora			9	25	25	59
02.01.03.01.01	Espingarda Automática	4	8	57	91	91	251
02.01.06.01.01	Caçadeira Tática "Shot-Gun"				6	6	12
02.01.07.01.01	Lança Granadas (Acessório para Espingarda Automática)			6	18	18	42
02.02.01.01.01	Metralhadora Ligeira				18	18	36
02.02.04.01.233	Sistema Míssil ACar Curto Alcance (ATGM SR)				3	3	6
02.02.06.01.252	Lança Granadas Automático				6	6	12
03.01.02.01.01	E/R VHF			8			8
03.01.02.05.04	E/R HF/VHF	1	2	18	27	27	75
03.01.02.04.03	E/R VHF/UHF	1	2	5	5	5	18
03.02.06.01.01	Módulo Centro de Comunicações de Companhia			1			1
01.05.02.01.01	Viatura Tática Ligeira	1	1	7	24	24	57

01.05.02.08.08	Viatura Tática Ligeira com Shelter			1			1
01.05.05.01.01	Viatura Tática Transporte Geral 5ton			4	3	3	10
01.05.05.03.01	Viatura Tática 5 ton c/ grua			1			1
01.05.11.05.02	Viatura Tática Tanque Combustível 6000 lts			1			1
01.05.15.01.02	Viatura Tática Equipa Apoio Sanitário			2			2
01.05.15.02.02	Viatura Tática Ambulância (3 maca)			2			2
01.05.03.01.01	Viatura Tática Média		1		1	1	3
01.07.01.01.01	Motociclo			8			8
05.03.01.01.01	Atrelado Ligeiro	1	1	7	24	24	57
05.03.01.02.02	Atrelado Médio		1	1	2	2	6
05.03.01.07.08	Atrelado Tanque Água (REF 1500L)			1			1
05.03.01.10.09	Atrelado Cozinha de Campanha			2			2
05.03.02.01.01	Atrelado Grupo Gerador até 10KVA			1			1
08.05.01.02.02	Módulo de Ambulância Tipo II			2			2
08.05.02.02.02	Módulo de Equipa de Apoio Sanitário			2			2

Figura 11: Lista de Material do Grupo de Polícia Do Exército

Fonte: Ministério da Defesa Nacional (2015)

ANEXO H – INFRAESTRUTURAS DO GRUPO DE POLÍCIA DO EXÉRCITO



Figura 12: Infraestuturas do GPE

Fonte: <https://www.google.com/maps/place/Regimento+de+Lanceiros+Nº2>

